

AS DUAS PÁTRIAS DE RAFAEL PINTO BANDEIRA

Walter Fernando Piazza

Meus caros confrades gaúchos,

Desculpem-me a ousadia, em vir lhes falar do grande e audaz brasileiro Rafael Pinto Bandeira.

Dirão os senhores que estou a gastar pólvora em combate terminado porquanto Rafael Pinto Bandeira teve excelentes biógrafos em Alcides Cruz e Moisés Vellinho, além de adminículos importantes ao estudo da sua ação, em outros autores.

Perdoem-me, pois, tamanha ousadia, mas, a controversa naturalidade do valeroso cabo-de-guerra, faz-me lembrá-lo, agora, quando se deve comemorar o bicentenário de sua morte, ocorrida a 9 de janeiro de 1795, salientada na bibliografia catarinense “como catarinense, natural da Laguna” (MEIRINHO, Jalf. “**Datas históricas de Santa Catarina, 1500-1985**”. Florianópolis, co-ed. Edit. UFSC – Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1985. p.14), ou, ainda, “legendário lagunense...” “terror dos castelhanos do Rio da Prata” (BOITEUX, Lucas Alexandre. “**Efemérides catarinenses (1500-1910)**”. Florianópolis, Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, v. 9, 1^a – 2^a trimestres, 1920, p. 6).

Entretanto foi o expressivo coeficiente lagunista na formação do Rio Grande que gerou a dúvida que, até hoje, paira aos investigadores da História Pátria: teria Rafael Pinto Bandeira nascido na Laguna ou no Viamão?

Vamos, aqui, procurar esboçar algumas informações para melhor entendimento da matéria.

Sobre as origens de Rafael Pinto Bandeira, “figura primacial do Rio Grande, na madrugada da sua existência política, “tem-se um capítulo de BORGES FORTES (“**Troncos seculares – O povoamento do Rio Grande do Sul**”. Rio de Janeiro, s/ed., 1931. p.75-78).

Ali se fica sabendo dos troncos lagunenses, a começar por José Pinto Bandeira, procurador do Conselho local, casado com D. Catarina de Brito, filha de Francisco de Brito Peixoto.

José Pinto Bandeira foi Oficial da Câmara de Laguna (vereador) em 1722, 1723 e 1725, e assinava “de cruz”.

Foi um dos signatários do termo que impediu a Francisco de Brito Peixoto, a 15 de outubro de 1725, a partir para o sul. (CABRAL, Oswaldo R. **“Raízes seculares de Santa Catarina”**, in “Publicação comemorativa do Centenário da comarca de Laguna”, Porto Alegre, Gráf. Sta. Terezinha, 1956. p.72).

José Pinto Bandeira teve um filho homônimo que, também, fez parte da Câmara de Laguna, em 1734 e 1735.

Foi José Pinto Bandeira, pai de Francisco Pinto Bandeira, também morador de Laguna e que, dali, era natural e ali nascera por volta de 1701.

Este Francisco Pinto Bandeira se tornou exímio conhecedor do território sul-brasileiro até as margens do Prata.

Vemo-lo portador, em 1734, de correspondência vinda da Colônia do Sacramento para a Câmara lagunense. Já em dezembro de 1735 chega à Laguna vindo dos sertões de Curitiba. Em 1737 era, por ordem do Brigadeiro José da Silva Paes, incorporado ao “Regimento de Dragões” do Rio Grande, como alferes, por ser “ele capaz de muito maior emprego e se distinguia muito entre todos os que ali serviam”. E, ainda, como desbravador dos “campos de Viamão”, juntamente com outros lagunenses, requereu, em 1738, e obteve terras na “Sapucaia”, instalando estância como o fizeram outros “lagunistas”, após a “frota” de João de Magalhães.

Entretanto pouco estacionava no lar que constituía na Laguna com D. Clara Matilde de Oliveira, filha de Antônio de Sousa Fernando, um dos retirantes da Colônia do Sacramento.

Desse casamento nascem Rafael, Desideria, Maurícia Antônia, Matilde Clara, Evaristo, Felisberto, Vasco José e Francisca Antônia.

O nascimento de Rafael Pinto Bandeira acontece em 1738 (BORGES-FORTES, cit. 78), o que confere com o apontado pelo seu melhor e mais completo biógrafo (CRUZ, Alcides. **A vida de Rafael Pinto Bandeira**, Porto Alegre, Livraria Americana, 1906. p.31 notas 28-29), ao afirmar que o óbito do bravo cabo-de-guerra o dizia “natural da Laguna”, falecido com 57 anos de idade, em 1795, na vila do Rio Grande e declara mais que nos registros eclesiásticos de Viamão não encontrou o termo de batismo respectivo.

Ora, a vida aventureira de Francisco Pinto Bandeira quase não o prendia ao lar, pois, a serviço da Coroa Portuguesa, com os seus “Dragões” e “Aventureiros” não tinha oportunidade de aquietar-se.

Nos registros eclesiásticos de Viamão – que são de 1747, vai aparecer o nome de Rafael Pinto Bandeira somente em 31 de maio de 1751, quando, juntamente com sua irmã, Desideria Maria, servem de padrinhos à Ana, filha de Manoel Dias, pardo forro, e de Rosa, “índia das Aldeias de Buenos Aires” (NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão**. Porto Alegre, ed. EST/Sulina, 1975. p.54).

Mas, voltemos aos serviços militares de Francisco Pinto Bandeira para melhor sentir-se o exemplo que transmitiria ao seu primogênito.

Em 1753, na demarcação do Tratado de Madri, quando a “partida” sob o comando de Gomes Freire de Andrada, futuro conde de Bobadela, chega ao Rio Grande, é Francisco Pinto Bandeira mandado, com um destacamento de “Dragões”, estabelecer em Rio Pardo, no local hoje conhecido como ‘Alto da Fortaleza’ e ali construir os armazéns que deviam abastecer as tropas.

Naquela posição consolidou Francisco Pinto Bandeira o seu valor de chefe destemido.

Ali, no “alto da Fortaleza”, a 11 de março de 1754, comandando aquele fortim, com um contingente de 60 homens, foi assediado por mil indígenas, chefiados por um jesuíta espanhol. Destroça-os e tem, entretanto, um ferimento ocasionado por uma flecha, que atravessa o seu braço esquerdo.

No mesmo ano, a 29 de abril, voltaram os indígenas, comandados por Sepé e dois jesuítas, a atacar aquela posição.

Tinham aqueles indígenas, na véspera, atacado a povoação e posto fogo a uma rua que ardeu por inteiro.

O ataque de 29 de abril foi efetuado por três lados, com quatro bocas de fogo, que incessantemente fuzilava os sitiados, mas estes puseram em debandada os inimigos.

Vendo o inimigo fugir Pinto Bandeira perseguiu-os e prendeu Sepé e um grande número de indígenas.

E, teve Francisco Pinto Bandeira a oportunidade de acompanhar Gomes Freire, comandando a vanguarda da tropa, e ao transpor o passo de Jacuí desalojou um grupo numeroso de índios missioneiros, que estavam entricheirados na margem oposta.

Demandava Gomes Freire ao acampamento de Santa Tecla sempre escaramuçado pelos índios e a vanguarda de Pinto Bandeira, juntamente com os “Aventureiros” lagunenses, a seu mando, e juntamente com os granadeiros da Ilha de Santa Catarina, repeliam os agressores. A luta continuava...

E, nessa marcha Pinto Bandeira, com os seus “Aventureiros” tomou, a 20 de maio de 1756, o povo missioneiro de São Lourenço.

A ação militar era continuada...

Vemos a 1ª de janeiro de 1763, à frente de 230 “Dragões”, tomar a trincheira de Santa Bárbara, defendida por sete peças de artilharia e 500 milicianos espanhóis, que se renderam e tinham a pretensão de atacar e tomar Rio Pardo.

Nessa continuada campanha o audaz Francisco Pinto Bandeira alcançou o posto de Coronel e depois de tanta luta faleceu nesta terra do “Continente de São Pedro do Rio Grande”, em 1772, tendo, pois, a oportunidade de ver algumas das inigualáveis e assombrosas ações de seu filho, Rafael Pinto Bandeira.

Para melhor conhecimento da vida de Francisco Pinto Bandeira há estudo biográfico fundamentado em documentação brasileira e portuguesa (v. BOITEUX, Henrique. **Santa Catarina no Exército**. v.2. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1942. p.393-409).

O Barão do Rio Branco, em suas “Efemérides Brasileiras” (Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1946. 734p.) exalta Rafael Pinto Bandeira em quatro delas: a 3 de janeiro e a 14 de janeiro de 1774, a 27 de fevereiro e a 31 de outubro de 1776.

Entretanto, tais simples “Efemérides” não ressaltam toda a ação audaz daquele cabo-de-guerra.

Vejamos como foram as ações...

As “Arreadas” de Rafael Pinto Bandeira já eram, anteriormente, assinaladas nos fatos militares do “Continente de São Pedro”, pois assentara praça no Regimento de Dragões em 1754, por ordem de Gomes Freire de Andrada.

A sua bravura fez com que rompessem as tradições hierárquicas da tropa, sendo, então, de simples soldado promovido a tenente, a 2 de janeiro de 1765.

A partir de novembro de 1773 assume o comando das tropas espanholas que, reunidas em Montevideó, deviam demandar às campanhas gaúchas, o General Don Juan José de Vertiz y Salcedo.

O “Continente de São Pedro” está sob o Governo de José Marcelino de Figueiredo, que pôs de sobreaviso todos os contingentes militares que podia, então, dispor.

É nessa campanha que vai melhor sobressair a ação de Rafael Pinto Bandeira!

Na confluência do Pirai-chico com o Rio Negro, ponto de convergência estratégica, Vertiz y Salcedo ergueu o forte de Santa Tecla, apesar de pouco resguardo exterior, mas interiormente provido de cisternas, paióis, hospital e uma capela (CRUZ, cit., p.45).

Outras tropas espanholas saindo das Missões do Uruguai, com contingente de 500 a 600 homens correntinos aos quais se agregou contingente de índios

missioneiros, sob comando de Don Antonio Gomes, famigerado chefe, para atacar a fortaleza do Rio Pardo.

Rafael Pinto Bandeira fora mandado para observar os castelhanos e fazer-lhes guerrilha.

No passo de Santa Bárbara, Rafael Pinto Bandeira, a 2 de janeiro de 1774 (e não a 3 como assinala Rio Branco), com 120 soldados, destrói a coluna de d. Antonio Gómez de Velasco, contando 600 homens, aprisionando-os, juntamente com outros oficiais e soldados, arrebanhando, na ocasião, cavallhada e gado vacum. (CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul. Período colonial. Porto Alegre, Edit. Globo, 1970. p.184).

Logo depois, no passo de Tabatingaí, a 14 de janeiro, o Capitão Francisco Zabala, à frente de 440 soldados, é derrotado e posto em fuga, pela tropa de Pinto Bandeira, coadjuvado por Cipriano Cardoso e Carneiro da Fontoura, este chefiando um contingente de "Dragões" (CÉSAR, cit. p.184).

A notícia do primeiro dos rencontros de Rafael Pinto Bandeira com os espanhóis produziu no Marquês de Pombal a mais profunda admiração de modo a fazer conter na Carta Régia de 9 de julho de 1774, dirigida ao Marquês do Lavradio, para que este dissesse das homenagens que a Coroa Portuguesa deveria prestar ao denodado campeador!

Rafael Pinto Bandeira não se deixou envaidecer!

Em outubro de 1775 reuniu três esquadrões de clavineiros e partiu do Rio Pardo para atacar São Martinho do Monte Grande, ponto fortificado no caminho de Viamão às Missões do Uruguai. Assaltou, a 31 de outubro de 1776, aquele posto-chave e tomou-o, aprisionando uns, escapulindo-se outros!

Nessas lutas são salientados os soldados negros de Pinto Bandeira.

Os soldados negros sempre foram o terror dos contendores.

Tal fama pode ser aquilatada numa "Relación" versificada que trata da invasão espanhola no sul do Brasil intitulada "Relación exacta de lo que ha sucedido en la expedicion a Buenos Ayres que escribe un Sargento de la Comitiva en este año de 1778" (CÉSAR, Guilhermino. "Do Sargento ao Coronel", Porto Alegre, "Correio do Povo", ed. de 9.2.1974, p.3; e "Os soldados negros de Pinto Bandeira", Porto Alegre, "Correio do Povo", ed. de 16.3.1974, p.3).

Nela se lê:

"Alli nos desembarcamos
con sumo gusto y placer,
como se dexe entender
según los sustos passamos:
mas apenas acampamos,

quando ya mi compañía
con otras quatro tenia
orden de salir corriendo
contra un Fidalgo tremendo
que a hurtar cavallos venia.
Pinto Bandeyras llamado
era en efecto este tal
Fidalgo de Portugal,
y era Coronel graduado:
lleva siempre a su lado
según voces diferentes
horror de Negros valientes
que el temor no conocian,
mas por Dios que no querian
hacerse nunca presentes”.

Está, pois, exaltada a valentia dos homens que acompanhavam Rafael Pinto Bandeira em suas investidas e notadamente os Negros valentes, cujo modo de guerrear causava medo nos contendores.

Na pena de um adversário o elogio se torna mais valioso!

Mas o herói só é engrandecido quando ao lado das vitórias militares se lhe dá a vitória moral!

Após a expulsão do invasor espanhol arma-se contra Rafael Pinto Bandeira processo criminal, sob a acusação de se ter locupletado com as presas de guerra feitas em Santa Tecla. (CÉSAR. *História...*, p.198).

A defesa do valoroso cabo-de-guerra se estriba no Bando de 3 de dezembro de 1774, em que o Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Brasil, aumentou a cota-parte atribuível aos apresadores de bens tomados em guerra, abolindo o quinto reservado à Fazenda Real e aumentando a margem destinada aos oficiais e soldados.

Mas Lavradio ardilosamente determina a José Marcelino, censurando-o pelo não-cumprimento de suas ordens, e o Governador intimou Pinto Bandeira a prestar contas das presas efetuadas.

As provas produzidas pelo cabo-de-guerra não satisfizeram a José Marcelino, que determinou o seqüestro dos bens de Pinto Bandeira e remeteu-o preso para o Rio de Janeiro.

O valoroso soldado para salvaguarda de sua honra pede, dentro dos regulamentos militares que seja instalado Conselho de Guerra, no que foi atendido pelo sucessor de Lavradio, Don Luís de Vasconcelos e Sousa, em julho de 1779, e, em abril de 1780 o mesmo Vice-Rei em nome de D. Maria I, determina o trancamento do processo e a confirmação de Rafael Pinto Bandeira “no posto que dignamente ocupa” (Coronel da Legião do Rio Grande). (CÉSAR, *História...*, p.198-199).

Só muito tempo depois de solto é que foi à Lisboa, no ano de 1789.

Rafael Pinto Bandeira assumiu o Governo interino do Rio Grande, a 25 de janeiro de 1784, conforme comunicação dele ao Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, sendo substituído, em tal cargo, pelo Coronel Joaquim José Ribeiro da Costa, nomeado para tal a 30 de outubro de 1786. (COSTA E SILVA, Riograndino. "Notas à margem da História do Rio Grande do Sul". Porto Alegre, Edit. Globo, 1968. p.194).

Entretanto a Governança de Pinto Bandeira se estende até maio de 1787, quando obteve licença para ir ao Rio de Janeiro.

Retorna Pinto Bandeira ao Governo do Rio Grande a 29 de abril de 1790, já então como Brigadeiro, e exerce-o até sua morte, a 19 de abril de 1795, ainda como "Governador interino".

Durante o período de sua interinidade na Governança do Rio Grande houve por bem Rafael Pinto Bandeira transferir a sede da Feitoria do Linho Cãnhamo do Rincão do Canguçu para o Faxinal do Courita, à margem do Rio dos Sinos, atual São Leopoldo. (CÉSAR, *História...* cit. p.209).

Por outro lado tem-se, ainda, um depoimento sobre a ação geopolítica de Rafael Pinto Bandeira, como "Governador interino" do Rio Grande de São Pedro:

"Pelo Tratado de Santo Ildefonso, a linha divisória no extremo-sul seria a vertente mais ao norte, que desembocasse na Lagoa Mirim, e a convenção de Lisboa fixou-a como sendo o rio Piratini.

Assume interinamente o governo da Capitania de São Pedro, a 31 de maio de 1784, o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. Considerando que o Piratini não é afluente da Lagoa Mirim e sim do São Gonçalo, dá uma melhor interpretação ao pacto firmado entre as metrópoles. Buscando a primeira vertente volumosa que deságua na Lagoa Mirim, muda o acampamento militar do passo Maria Gomes, no rio Piratini, para a serra do Erval, nas nascentes do Arroio Grande. Apesar dos protestos dos espanhóis, esta guarnição do Regimento dos Dragões permaneceu aí dezessete anos (1784-1801).

Este acampamento militar deu origem à cidade de Erval. As primeiras casas tinham parede de torrão ou pau-a-pique, cobertas de santa-fé e começaram a ser construídas em 1786.

Os habitantes que aí se fixaram eram quase todos antigos guerreiros do Corpo de Dragões, companheiros de luta de Rafael Pinto Bandeira.

Os seus antigos companheiros de armas, com o estímulo e a anuência de Rafael Pinto Bandeira, que extrapolou as suas atribuições para isso, haviam se estabelecido nos campos neutrais, entre o Arroio Grande e o rio Jaguarão.

Pinto Bandeira previa que este rio seria um dia a linha divisória entre Portugal e Espanha.

Foram contemplados com glebas nestas áreas litigiosas: Bonifácio José Nunes, a quem estava reservado o principal papel de fundador da povoação, José da Silva Tavares, José Teixeira Pinto, Boaventura Pereira da Silva, Antônio Madruga de Bittencourt e Antônio dos Santos Abreu (o Coruja). As propriedades estavam assim localizadas: Bonifácio José Nunes – arroio dos Nunes; José da Silva Tavares – margens do Arroio Grande, nas proximidades do acampamento; José Teixeira Pinto – serra do Erval, entre Bonifácio José Nunes e Boaventura Pereira da Silva; Antônio Madruga de Bittencourt – entre o arroio do Bote e serra do Coruja; Boaventura Pereira da Silva – entre o arroio dos Nunes e a serra do Erval; Antônio dos Santos Abreu – extensa sesmaria entre a serra do Coruja e o Jaguarão Chico.

Estes eram os principais companheiros de Rafael Pinto Bandeira, aqueles com postos militares mais graduados, mas não os únicos.

Cerca de cinquenta chefes de família tornaram-se habitantes urbanos, na nascente povoação”. VIEIRA, José Cypriano Nunes. **O fundador do Herval**. Bagé, EDIFUNBA, 1988, p.12-13).

Rafael Pinto Bandeira casou, em primeira núpcias, a 17 de outubro de 1773, em Rio Pardo, com Maria Madalena, viúva de Santiago da Costa, natural e batizada na missão de São Lourenço, filha legítima de Candido Pereira e de sua mulher Benedita Madalena, não havendo desse consórcio descendência.

Era então Rafael Pinto Bandeira, “Capitão de Cavalaria Escolhida” e teve como testemunhas do seu enlace o Coadjutor da freguesia de Rio Pardo, Pe. José Antonio de Mesquita e o soldado voluntário Manoel Pinto (Arquivo do IHGRGS, Livro 1º de casamentos de Rio Pardo, 1762-1786, fls. 61, sob nº 228, cópia datilografada).

Consociou-se, pela 2ª vez, na vila do Rio Grande, a 2 de fevereiro de 1788, com Josefa Eulália de Azevedo, filha legítima de José de Azevedo e Sousa e de sua mulher Bernardina do Espírito Santo, natural da Colônia do Sacramento. Dessa união nasceram Rafaela e Maria José.

Rafaela casou-se com o Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire.

A viúva de Rafael Pinto Bandeira, D. Josefa Eulália casou-se, em novas núpcias, com o Desembargador Luiz Correa Teixeira de Bragança.

Ao finalizar este arrazoado vamos tratar do retrato supositício de Rafael Pinto Bandeira estampado por Alcides Cruz, na sua obra, a propósito do nosso herói.

Diz aquele autor gaúcho que tal retrato estava nos manuscritos “Subsídios para a História da Província de Santa Catarina”, que ainda se encontram inéditos no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, de autoria de José Gonçalves dos Santos Silva.

Tais manuscritos foram comprados aos herdeiros de Santos Silva pelo idealizador do nosso Instituto, José Artur Boiteux, que deve ter cedido a Alcides

Cruz a cópia fotográfica do aludido retrato, face ao agradecimento estampado na obra do autor gaúcho.

Tal retrato ilustra a obra “Pequena história catarinense” (Florianópolis, Imprensa Oficial, 1920. p.87), de autoria do irmão caçula de José Boiteux, futuro Almirante Lucas Alexandre Boiteux, que, ali, alude ao “bravo lagunense”, que “vencia e arrasava a fortaleza de Santa Tecla”, e “juntava assim mais um florão à sua gloriosa vida de soldado impávido”.

Mas que fé merece José Gonçalves dos Santos Silva e por que estampou o retrato de Rafael Pinto Bandeira?

José Gonçalves dos Santos Silva era um ilustrado comerciante português, fugitivo de sua pátria, onde participara em 1820, de movimento conspiratório sob a chefia do Desembargador Manoel Fernandes Tomás.

Na cidade do Desterro, de 1829 até sua morte, em 1871, dedicou-se, a par de suas atividades comerciais, àquelas de pesquisas históricas e de filantropia.

A sua contribuição ao conhecimento da História de Santa Catarina é deveras notável e de um seu manuscrito, intitulado “**Subsídios para a História da Província de Santa Catarina**”, até hoje inédito e depositado no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, tem-se o retrato de Pinto Bandeira.

Tal retrato, numa suposição nossa, deve ter sido desenhado a partir de descrições efetuadas por soldados catarinenses que batalharam ao lado de Rafael Pinto Bandeira nas refregas com os espanhóis confinantes!

Um instante final para reflexão!

Até a criação da freguesia da “Guarda Velha” do Viamão, o vigário da Laguna, percorria as terras do sul em atendimento às suas populações. Isto até 1747 e, portanto, se registros houve foram efetuados nos livros da freguesia de Santo Antônio dos Anjos da Laguna!

As declarações sobre a naturalidade de Rafael Pinto Bandeira, por ocasião do seu óbito, reforçam, de um lado, a sua origem catarinense! De outra parte fica bastante assinalada a contribuição daquele cabo-de-guerra, como de inúmeros outros luso-brasileiros, para a fixação dos limites meridionais da América Portuguesa!

POST-SCRIPTUM:

Após a dissertação acima, no auditório do IHGRGS, houve contribuição dos presentes, em discussão de elevado nível.

O consócio PAULO XAVIER apontou a existência de registro de batizado na freguesia de São Pedro do Rio Grande, cujo termo de nº 85 é o que se segue (L. 1ª, A 1738-1753-, fls. 16v.):

“17/12/1740 – RAFAEL, filho legítimo do ten. Francisco Pinto Bandeira e Clara Maria de Oliveira (passada certidão em 19/07/1782). Padrinho o Cel. Diogo Osório Cardoso, solteiro e Eufrásia Maria de São José casada com Sebastião Gomes de Carvalho”.

Com esta transcrição fica sanada a dúvida até então existente!

UM VOLUNTÁRIO DA PÁTRIA

Lothar Hessel

Entre os muitos jovens sul-rio-grandenses que há uns 130 anos ouviram e atenderam os apelos da Pátria para defendê-la, de armas na mão, das forças do paraguaio Francisco Solano Lopez, que haviam invadido nossas fronteiras em dois pontos, estiveram dois taquarienses: João Ubaldo Neri e Júlio de Azevedo Viana (Taquari, 1840? – Estrela, 1915). Na volta, obviamente, tinham muitas coisas a contar, até mesmo porque voltaram vivos, que outros muitos não tiveram a mesma sorte.

Do segundo, que viveu 73 ou 75 anos, ainda não se apagaram de todo os relatos, mesmo tendo de atravessar três gerações para chegarem até nós, por tradição familiar.

Júlio de Azevedo Viana serviu sob o comando do general Manuel Luís Osório; contava que esse comandante não ficava só na retaguarda ditando ordens e estratégias, mas entreverava-se pessoalmente com seus comandados nas batalhas. Isso confirma o que escreveu o general Dionísio Cerqueira a seu respeito e que pode ser lido à pág. 84 da primeira edição da “Cronologia da História Rio-Grandense”, de Afonso Guerreiro Lima. Por isso mesmo, era muito benquisto por seus comandados.

Júlio de Azevedo Viana participou da batalha de Tuiuti; nesta ou em outra refrega foi baleado numa perna. Pode-se imaginar que o serviço médico de então não poderia atender inteiramente a contento tantos feridos, atingidos numa mesma ocasião. Assim sendo, a ferida de Júlio arruinou, chegando ao ponto de os médicos quererem amputar-lhe a perna. Ao que ele respondeu: – “Prefiro morrer com as duas pernas do que viver com uma só!” Então um médico austríaco passou a aplicar na parte afetada umas ervas medicinais cozidas. Resultado: pouco depois caíram as carnes apodrecidas, deixando o osso à mostra. O soldado recuperou-se, ficou meio rengo para o resto da vida, mas esta duraria mais uns 50 anos.

Com isso, pôde tornar-se um cidadão prestimoso em sua terra. Já como sargento reformado, foi procurador da Câmara Municipal e membro do Conselho do município. Continuou também em seu ofício de carpinteiro (como São José, padroeiro de sua paróquia). Construiu uma sólida casa de material numa das esquinas da Praça central de Taquari e que só recentemente foi demolida. Possuía também uma chácara no Passo da Aldeia.

Retornemos, porém, ao ensangüentado Paraguai. Aos agentes metálicos de Dona Morte — balas e arma branca — associou-se a certa altura o **cólera-morbus**. Milhares foram os atingidos; e o vibrião colérico não fazia distinção entre brasileiros e paraguaios, argentinos, uruguaios, negros, brancos ou índios.

Entre os remédios surgiu, então, um maravilhoso cipó que em seguida seria chamado **cipó-mil-homem** (ou cipó-mil-homens, *Aristolochia triangularis*) porque, diziam, salvou incontáveis pessoas. Júlio contava que punham a planta (talvez o caule) em infusão na cachaça e enterravam as garrafas, para não serem roubadas por outros atingidos.

Quanto à alimentação, não será difícil aceitar que o Serviço de Intendência do Exército Imperial também não desse conta do recado em certas oportunidades. Assim, a única alimentação sólida da tropa foi, por vezes, um naco de carne bovina, com couro e tudo, assado ou atirado às brasas. E avidamente devorado.

História que esse voluntário-da-pátria recordava às vezes, em Taquari e Estrela.

OS 75 ANOS DO IHGRGS

Fernando O. M. O'Donnell

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul é dessas raras agremiações que vingam porque não temeram ultrapassar os seus supostos limites. Três num só ou um a originar-se de dois, ei-lo a suceder ao primeiro deles, nascido em meados do século passado e que teve a duração das rosas de Malherbe, e, ao segundo, organizado no descenso dessa mesma quadra, em plena vigência da **pax** imperial. O seu perfil atual amolda-se neste, que feneceu tão logo começaram a ensarilhar-se as armas para o suporte da Tríplice Aliança, mas que, enquanto existiu, oxigenou a vida intelectual de sua época através de sessões memoráveis e da Revista Trimensal, publicação aberta aos melhores cálamos da Província.

Fundado em 5 de agosto de 1920, com os mesmos fins dos anteriores, reúne-se hoje com seus amigos para dizer-lhes que o tempo, embora faça de tudo um eufemismo, tem confirmado, no viço de seus 75 anos, o quanto a persistência de uma boa causa é diferente e bem mais construtiva do que as falsas imortalidades que campeiam por aí protegidas pela inércia.

O resumo de sua história exige uma frase longa. Não haverá, porém, outro esmalte para colori-la melhor senão o que trace, com ânimo de abranger o todo, a energia imensamente positiva que pulsa numa ação contínua ornamentada pela coragem e pelo desprendimento.

Desculpai-me se me atrevo a ver assim, através da cortina opaca de minhas palavras, a soma do que é hoje uma realidade. Como orador que deve cumprir o preceito estatutário, estou aqui com o medo que transmite a certeza de não poder corresponder à grandiosidade do momento. Para vencê-lo, tomada a alma de emoção, invoco meus conterrâneos que então participaram dele na qualidade de cofundadores.

Imagino o quanto ter-lhes-á custado representarem aquele glorioso recanto, aqui já notável, desde a fase anterior, em razão da múltipla e invulgar cultura do Cônego João Pedro Gay. Para igualá-la, num tempo em que as letras históricas

ainda não haviam proclamado a sua independência daquela “província da retórica” em que as anexara Tito Lívio, devem ter dado a esta Casa todo o brilho de seus talentos.

São eles Emílio Fernandes de Souza Docca e os irmãos Homero, Álvaro e Amaro Batista.

Destes irmãos Homero e Álvaro, advogado um e médico o outro, falam por si a própria história do Rio Grande republicano, os Anais das primeiras legislaturas federal e estadual desse período de novas liberdades, que ainda há pouco o povo sacramentou num plebiscito esmagador, e suas contribuições à política ao Direito à Medicina humanitária, à Administração Pública e às finanças do Estado; de Souza Docca direi, com toda a perplexidade que me causa a coincidência, ter sido o nosso primeiro orador. Militar por vocação e descendente de troncos rurais (louvo-me na preciosa “Aproximação” de Earle Macarthy Moreira), trazia ele, como eu trago, grudada em suas raízes humanas, sem jamais querer livrar-se dela, a terra que as plantas não deixam mesmo depois de arrancadas do chão.

Foi o Príncipe dos Poetas Gaúchos, também um são-borjense, quem fixou este fenômeno que faz dos homens escravos da paixão telúrica, sentimento tão antigo e universal que até os deuses, antes de abandonarem o nosso mundo, passaram seus derradeiros momentos no meio dos que cultivavam o solo⁽¹⁾.

A essa paixão devemos, em grande parte, — eles e eu — a acolhida deste sodalício. Não fora o amor que nos levou à primeira das fontes do conhecimento — a curiosidade — e, a partir daí, reter dados sobre o microcosmo municipal até saber aquele “pouco mais” para transmitir aos outros, e não estaríamos aqui desdobrados no ofício comum. Amadores da História, trouxemos, da origem local, o instinto de pátria reafirmada em suas fronteiras a reviver a cada instante. O sal do batismo nas águas lustrais do nosso Jordão missioneiro, em cujo caudal desenha-se a fisionomia de nossa formação, deve ter atizado a vontade de aprender para melhor compreendê-la.

Depois — é claro — diferente a capacidade e diversas as oportunidades de cada um, aqueles que hoje são figuras tutelares, tornaram-se magníficos. Cabe-me, diante deles, ter a humildade — que procuro imitar dos que de natural a possuem como um dom — ou a coragem — que porfio aprender dos que se humilham diante da razão — para, por dever de muita justiça, declarar-me apenas um modesto continuador ao abrigo de suas sombras.

— x —

Para vos falar um pouco mais desta Casa e da idade que hoje celebra, tentarei seguir a lição de Estêvão Pascácio — *si animus est sincerus, sermo est simplex*⁽²⁾. E desde que já existe toda uma literatura suficientemente esclarecedora sobre o seu passado, não hei de repeti-la para os que melhor a conhecem, senão que apenas

(1) Vergílio, *Geórgicas*, II, 473-474.

(2) Stephanus Pascasius, *De vit. et virt.*

abordar, de passagem, alguns de seus aspectos mais presentes. Agindo com essa prudência, distancio-me de outras pretensões e, assim, não incorro no perigo de vos causar muito enfado.

Corporação pluripessoal, em cujos umbrais transitaram 86 companheiros, já falecidos, e hoje integrada por 26 efetivos, o Instituto representa a soma da capacidade e da disponibilidade de seus membros e tem podido superar o que mais afasta e menos une em sua composição heterogênea, transformando-a num conjunto harmônico e atuante. Daí constituir-se em uma de suas mais caras tradições o recrutar, em todas as atividades e profissões, sem preconceito de qualquer ordem, intelectuais, estudiosos e cidadãos de diverso saber, em especial aqueles que se dedicam às finalidades de seu Estatuto nas áreas dos temas rio-grandenses e sejam versados nos ramos em que se dividem as ciências humanas e sociais.

Cabe-lhes também proteger e ampliar o formidável patrimônio da Instituição e a riqueza infusa de seu acervo, os quais são mais inestimáveis por sua memória e seu testemunho do que por seu valor material.

A posse ou guarda de arquivos, em grande parte ainda inéditos, integra também esse conjunto em que alicerça a fidelidade de sua produção intelectual. O esforço em preservá-los dos azares da deterioração e da garimpagem criminosa é, aqui, tão grande quanto o de franqueá-lo à consulta constante dos pesquisadores.

Estabelecimento aberto, reconhecido de utilidade pública, a todos ele recebe e supre, inclusive aos que o criticam e hostilizam e mandam seus alunos coligirem aqui informações para as suas teses, como fez notar, em outra celebração como esta, Sérgio da Costa Franco, *nostro miglior fabbro*.

Aí está a sua Biblioteca, onde impera, em razão da grande utilidade e da presteza no atendimento, aquele “silêncio que nunca se cala”⁽³⁾, tão essencial às evoluções do raciocínio. Sendo recinto mantido por entidade civil, mas acolhendo a quem anda à cata de elementos, incorpora, por inteiro, em seu recolhimento fecundo, a imaginosa transubstanciação surpreendida por Lezama Lima — em suas salas, em geral, a solidão busca uma companhia, mas, em particular, a companhia busca a solidão⁽⁴⁾.

Não haverá, certamente, aura mais pura do que essa, nem se poderá contar nos dedos o número dos que aí travaram contatos feiticieiros com a saga rio-grandense, ora vendo cavalgar nos ares a imensa flecha do êxtase, ora degustando a polpa somática das reminiscências.

Tendo já atingido a notável marca de 130 edições, a sua Revista vem dando contribuição ímpar ao debate, à difusão e ao intercâmbio dos assuntos de sua especialidade. Uma das pouquíssimas na área que se publicam em caráter contínuo em

(3) Nonos, Dionisíacas, IV, 263.

(4) José Lezama Lima, Fugados, ed. bras. p. 96.

nosso País, justo seria considerá-la um autêntico **organum** onde se acumulam, sistematicamente, o desenvolvimento, as mutações, a evolução e as projeções críticas da **intelligentsia** de nosso Estado. Por tudo isso, manter-lhe a periodicidade é um dever, tanto quanto é dever observar que, em razão de sua natureza, e na forma do artigo 56 do Estatuto, destina-se, como veículo de opinião, ao uso **exclusivo** de seus membros ou, **por exceção**, de expoentes ou luminares que não façam parte de seus quadros.

— x —

Vai para longo tempo, e como a acompanhar-lhe a crônica, a penosa e porfiada aquisição da sede, ao correr do qual permeia uma suposta inserção de co-propriedade.

Entre os que trataram do assunto em dias mais recentes, estão os confrades Luís Alberto Cibils, Lothar Hessel e Hélio Moro Mariente.

De suas esclarecedoras informações, dadas a lume por este Instituto ou pela Academia, ainda que perdure algum contraditório, que se desvanece diante da concordância quanto ao essencial e ao justo, conclui-se que, em decorrência de uma permissão de uso, envolvendo o Poder Público estadual, na qualidade de permitente, e duas entidades, uma das quais este Instituto, como permissionárias comuns de três terrenos contíguos na Rua Riachuelo, redundou que, enquanto este ia paulatinamente os ocupando, utilizando e conservando, a outra os deixava com teimado abandono e descaso, até que, ao ver-se excluída de direito já o sendo de fato, em meados dos anos 40, acabou por dar ouvidos aos gansos do Capitólio e, assim, reiterou, deduzida em tênues liames de identidade e fins, pretensões ao espólio do extinto Partenon Literário, desaparecido havia então seis décadas.

Dos estertores dessa venerável instituição perempta, dá-nos notícia Moysés Vellinho: “Em 1888, — escreve — roído por dissensões internas, o Partenon era apenas um fantasma do que fora. Nas vésperas da revolução de 1893, consta que houve ainda tentativa de reerguimento. Mas a instituição não dava mais acordo de si”⁽⁵⁾.

Note-se: não dava mais acordo de si havia sessenta anos e queriam reivindicar, **per fas et nefas**, o cabedal oriundo de benemerência jacente, que, como é sabido, provinha de uma certa dama porto-alegrense, “no último quartel do século passado”⁽⁶⁾.

O Instituto, todavia, consciente de seu papel, firmava-se no local, até ver-se dele senhor e regular possuidor, tanto que, hoje, não se lhe pode mais antepor, à cerrada e irretorquível prova documental que possui, quaisquer adminículos memorialísticos ou testemunhais.

O episódio é aqui retraçado para demonstrar o ânimo desta corporação e não vai, em mencioná-lo, senão respeito às congêneres; o que ela deseja é não existirem

(5) Moysés Vellinho, in Primeiro Seminário de Est. Gaúchos, PUC, Champagnat, POA, 1958, p. 25.

(6) Helio Moro Mariente, Revista da Acad. Riograndense de Letras, nº 9, p. 39.

entidades que, por praticar sem fins lucrativos culto às coisas do espírito, tornem-se, elas, indigentes, ou sofram prejuízos em razão de itinerância forçada, endereço errante ou derrelição. O mais, é como assevera, com clarividência, e forrado na verve que o distingue de forma tão peculiar, o eminente Lothar Hessel: “Trata-se hoje apenas de tradição e os cérebros que a transmitiam têm ido, invariavelmente, para certo tipo de caixão, caro e bem trabalhado”⁽⁷⁾.

Foi para normalizar essa questiúncula na área sempre tão sensível da cultura e para corrigir possível tropeço de exação ao dispor do patrimônio público, que o Governo do Estado, na gestão transata, em 1992, cedeu, a título precário, uma área à Academia.

Resolvido destarte o problema, ninguém soube melhor do que Carlos Reverbel saudar esse feliz desfecho numa única sentença lapidar: “Com este ato – escreveu – fica reparada uma frustração centenária”⁽⁸⁾.

Esperemos todos que algum anjo tresmalhado tenha dito “Amém!”...

— x —

É claro que, como qualquer outra, esta agremiação enfrenta dificuldades e necessita de suporte para custear compromissos. Tudo, no entanto, atenua-se em razão de seu objetivo pétreo, que é eminentemente cultural, regionalizado e sem fins lucrativos.

Não vindo ao caso as questões *interna corporis*, pode, quiçá, parecer demasiado romântico ou desusado lembrar, a propósito, o exemplo de nossos antecessores, consubstanciado no lema que impele consagrarmo-nos à verdade sem paixões.

A seu respeito, impende referir o douto Parecer da lavra dos consócios Pe. Arthur Rabuske e Lothar Hessel⁽⁹⁾. Sente-se, nesse trabalho modelar, o quanto é difícil interpretar com a devida clareza e traduzir um texto de junturas intrincadas. Mas, num certo sentido, ele espelha a alma desta Instituição em sua transparência. Explico melhor: no afã de corresponder à mensagem de nossos pais fundadores, esses dois homens de luzes e conhecedores respeitados da língua latina, não titubearam, embora embaçados em achegas eruditas e sólidas razões, em optar por uma versão simultânea, mediante a qual o vernáculo pudesse auxiliar subsidiariamente na sua compreensão deixando-a, contudo, em aberto, para o aporte de novas contribuições.

Não se poderia estampar em semelhante gesto maior exemplo de humildade intelectual e grandeza de caráter!

Diante de tal franquia abalanço-me a trazer à colação o trabalho, velho de mais de século, mas íntegro e bom como os vinhos que não perdem o *bouquet*, de J. L. Burnouf, “Oeuvres complètes de Tacite”, edição da Livraria Hachette, Paris,

(7) Lothar F. Hessel, Revista da Acad. Riograndense de Letras n° 12, p. 18.

(8) Zero Hora, ed. 23.7.92, p. 4.

(9) Revista do IHGRGS n° 125, ps. 127 a 133.

1865, página 393, no qual o autor especifica que a referência a quem se dedica “à profissão de lealdade incorruptível”, é, na verdade, o historiador.

Ei-la, com escusas da má pronúncia: “Mais un historien qui se consacre à la vérité doit parler de chacun sans amour et sans haine”.

Quanto a não ter paixões diante da verdade, é certo ser mandamento do qual não se abdica. Mas aqui, contudo, outras e edificantes paixões adoçam o nosso convívio. Uma delas materializa-se na dedicação comovedora, exemplar e inexcusável que devota ao Instituto a Família Duarte, cujo símbolo maior me transporta a reverenciar, com saudade, a figura austera de Tomás Carlos Duarte, que exerceu realmente essa “profissão de lealdade incorruptível” e foi a primeira mão amiga que para mim se estendeu das quantas têm aqui me conduzido. É raro ver-se, nestes tempos de urgências, fidelidade — e, creio, não exagero se disser **devoção** — de tal quilate. É ouro puro e de alta lei. É gema de primeira água. E como vem se transmitindo por gerações, por que não engendrarmos um processo do coração para tombá-la e constituí-la parte de nosso patrimônio moral?

— x —

Por último, uma palavra sobre a nossa circunstância.

Ora, uma vida que, em muitas vidas, vai longa, impõe ser repensada. Exsurgem daí, como questões de mera sobrevivência ou adaptação à realidade circundante, a reforma do Estatuto e, até, a tomada de feição fundacional.

Reformar ou modificar, porém, é como diagnosticar sobre as ruínas do que caiu em desuso, do que está superado, do que se tornou letra morta. E já que somos apenas historiadores e geógrafos a diagnosticar em conjunto, pensemos em quem ensinou que o melhor médico é aquele que se engana o menos possível num e noutro sentido⁽¹⁰⁾...

Não se tome isso por advertência. Não e não!

Todavia, quando a letra morta tem sua causa no descumprimento, de que adianta reformá-la sem o desiderato de obedecê-la?

Não seria mais oportuno descobrir por que ela é sempre esquecida e sempre desconhecida?

Tais subjeções plasmam o choque entre o núcleo palpitante e irredutível da memória normativa e os enxertos da periferia renovadora. Esse conflito — se assim se pode chamar — é de natureza intertemporal e, enquanto consequência do contato travado individualmente no plano crítico face à estrutura, afeta, de modo direto, ainda que sem comprometer, as relações pluripessoais, projetando, no conjunto, uma falsa porém latente idéia de divisão, do novo ante o velho, de ação e reação, de formalismo conservador e anacrônico e reforma salvadora.

(10) Hipócrates, De Med. Antiqua.

Para evitar tão desagradável comoção, não bastam a experiência dos mais doutos ou a paciência dos mais antigos; nem, por semelhantes meios suasórios, se há de quebrantar o ardor daqueles que, mesmo por menos sábios ou por mais recentes, intentem contribuir para melhorar. Pressupondo-se a boa-vontade de uns e outros no salvaguardar os radicais normativos é que aderimos, em público, livre e solene compromisso às injunções que, hoje, aqui, buscamos seguir à risca. Entre tantas virtudes, elas também são premonitórias. Estão a nos dizer que, desde que as observemos em consciência do que valem, devem permanecer imutáveis na medida em que permitam as circunstâncias, e, assim, imunes de reiteraões, não as afetarão nem o enfraquecimento nem a obsolescência. E como aqui não se pratica o **non plus ultra**, nem o **aggiornamento**, nem se tece o manto de Penélope, que paire sempre a certeza de um grande futuro que vem de nosso passado e está presente em nosso presente!

Com essas palavras últimas e com a convicção pauliana de que combatemos o bom combate e conservamos a fé, saiamos daqui renovados na gloriosa e feliz juventude de nossos 75 anos!

NOTA:

Alocução proferida pelo orador do IHGRGS na sessão solene dos 75 anos da Instituição.

SEGUNDA PARTE
(Documentação)

**[FUNDO DOCUMENTAL VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO
Doc. Nº 0023 Cópia de alguns officios que se acham na Secretaria
deste Governo. 1776-1806]**

[fl.1r.]

Cópia de uns capítulos de uma Carta do Ilm^o e Exm^o Sr. Marques do Pombal, datada de 31 de julho de 1776, para o Ilm^o e Exm^o Senhor Marques Vice-Rei.

5^o A Valiosa obediência, e prontíssima resignação, com que o Sargento-mor Rafael Pinto Bandeira foi atacar com quatrocentos cavalos, sem outra forragem que capim, e sem Infantaria ou Artilharia alguma de bater uma Fortaleza de cinco baluartes, guarnecida com duzentos e cinquenta homens, e providas com munições de guerra e boca para se defender, e o constante espírito de firmeza com que se sustentou diante dela, por vinte e sete dias, faltando-lhe todos os socorros de mantimentos, de sorte que chegou a ser reduzido à extrema necessidade de se sustentar, e aos seus subalternos, com raízes e com ervas do campo, enquanto se lhe não rendeu a dita Fortaleza, e não fez sair dela no dia 26 de março, o Governador e [fl.1v.] e a guarnição espanhola. Foram fatos que não puderam deixar de acrescentar muitos quilates na Consideração de Sua Majestade ao grande conceito, que já tinha dos distintos merecimentos do mesmo digno official.

6^o E querendo o mesmo Senhor dar-lhe alguns sinais da sua Real Benevolência: há por bem criá-lo Coronel de uma Legião de Tropa Ligeira privativa, exclusivamente composta de Aventureiros naturais dos Territórios do Rio Grande de São Pedro, Viamão, do Rio Pardo, e de outros Territórios que jazem ao Sul até o Rio da Prata, e ao Ocidente até onde chegarem os confins do mesmo Continente.

7^o A dita Legião consistirá em seiscentos homens de Infantaria e Cavalaria naquela proporção que o General João Henrique Bohm concordar com o dito Coronel nomeado, assim pelo que toca à divisão das Companhias, e as que devem ser de pé e de cavalo, como ao número e qualidade dos Officiaes de umas e outras. Porque com as experiências que o dito Coronel tem feito ver que lhe não faltam das operações do Sertão e dos passos dele, tem Sua Majestade por certo que a dita Legião será regulada em termos de lhe fazer grandes Serviços.

8º No mesmo tempo houve Sua Majestade, outrossim, por bem fazer Mercê ao dito Rafael Pinto Bandeira do Hábito da Ordem de Cristo, com duzentos mil réis de tença, não obstante o Posto de Sargento-mor que ocupa, e sem exemplo, porque também o não tem o que ele obrou no Serviço de Sua Majestade atacando, e rendendo, a dita Fortaleza de Santa Tecla, nas circunstâncias acima ponderadas.

LIVRO 1º DE BATIZADOS DO RIO GRANDE [1738-1753] (*)

[fl.16v.]

85. 17/12/1740 – RAFAEL, filho legítimo do ten. Francisco Pinto Bandeira e Clara Maria de Oliveira (passado certidão 19/07/1782). Padrinho o cel. Diogo Osório Cardoso, solteiro e Eufrásia Maria de São José casada com Sebastião Gomes de Carvalho.

LIVRO 1º DE CASAMENTOS DO RIO PARDO [1762-1786] (*)

[fl. 61r.]

228. 17/10/1773 – Testemunhas o Coadjutor José Antonio de Mesquita e Manuel Pinto, soldado voluntário – O Capitão de Cavalaria Escolhida RAFAEL PINTO BANDEIRA, filho legítimo do Coronel de Cavalaria Auxiliar Francisco Pinto Bandeira, já defunto e Dona Clara Maria de Oliveira, nascido em São Pedro do Rio Grande; com MARIA MADALENA, viúva de Santiago da Costa, natural da Missão de São Lourenço, filha legítima de Cândido Pereira e Benedita Madalena.

OBS: casou em segundas núpcias, na Vila do Rio Grande, no dia 2 de abril de 1788, com Josefa Eulália de Azevedo.

LIVRO 3º DE ÓBITOS DO RIO GRANDE [1788-1800] (*)

[fl. 82v.]

450. Aos nove dias do mês de janeiro de mil setecentos e noventa e cinco anos, nesta Freguesia de São Pedro da Vila do Rio Grande, faleceu da vida presente o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, casado com Dona Eulália de Azevedo, natural da vila da Laguna [SIC], de idade de cinquenta e seis anos. Não fez testamento, deixou sua mulher viva e uma filha legítima Herdeira menor, e em seu poder ficaram os seus bens. Recebeu o sacramento da Penitência e Extrema Unção. Foi encomendado segundo o Ritual e sepultado dentro da capela-mor em cova da fábrica, que lhe deu a Irmandade do Santíssimo Sacramento por ser atual Provedor da mesma Irmandade. E para constar fiz este assento e assinei. O Vigº Agostinho José Mendes dos Reis.

(*) Arquivo Genealógico Moacyr Domingues

FUNDO DOCUMENTAL VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO

Doc. Nº 177

Ano: 1824

Local: Porto Alegre

Remetente: José Tomás de Lima – Insp. Feitoria do Linho Cânhamo

[fl.1r.]

Memória que apresenta ao Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Inspetor da Feitoria Nacional do Linho Cânhamo sobre o aumento e prosperidade daquele estabelecimento e de que tanto necessita para saírem as vantagens esperadas.

Sunt alii quos ipse via sibi reperit usus

Virg. Georg.

Seguir religiosamente a velha rotina nos trabalhos rurais, só porque devemos dar acatamento e cega submissão às regras avoengas, ou ao ensino de nossos pais, que também já tinham sido os herdeiros de semelhantes prejuízos inveterados, a despeito de melhores idéias e invenções, e encontrando inconvenientes e entraves a cada passo, é absurdo, e em muitos um espírito de misantropia e de egoísmo, por não se querer arredar de um curto círculo, que outrora foi traçado por uma mão acanhada, indolente, e muito aquém da compreensão dos vãos que pode dar o espírito humano. Combinar os ensinamentos recebidos com a experiência, e com as invenções e descobertas do tempo, saber conhecer os abusos com a prática, e dispor-se a evitá-los, é de uma mente que deseja ver medrar o bem geral, que provem da agricultura (a mais sólida riqueza dos Estados), principalmente, se vencendo a repugnância de sair da [lv.] esfera de seus limitadíssimos talentos, se atreve a expor as suas idéias sem que possua as regras da escola, sem nexos e harmonia.

Aplicando, pois, estas asserções a um fim especial, e não devendo afastar-me daquele a que me dedico, exporei em breves, e mal colocadas frases: – 1ª) Que as limitadas vantagens que se tem extraído da Feitoria Nacional do Linho Cânhamo, logo depois do seu começo, provém principalmente do desprezo e indiferença com que os Governos têm olhado para aquele estabelecimento, reputando-o nulo, e sem forças de poder chegar aos úteis fins da sua instituição, e em segundo lugar do pouco zelo e eficácia de alguns Administradores que ali tem havido – 2ª) Que dando-se o encorajamento necessário àquele estabelecimento, e provendo-se lhe de alguns meios e recursos de que necessita utilizará vantajosamente ao Estado, e com particularidade a Província, pelos seus resultados – 3ª) Que admitindo-se a transmutação do mesmo estabelecimento para a fralda da Serra, ou Cordilheira Geral, no local aonde está situada a Estância da Feitoria, se extrairá duplas vantagens pela qualidade produtiva e riqueza do seu solo, e por chamar-se a melhor unida[...] as forças que são destruídas [SIC] pela separação das duas fazendas – 4ª) Que pode adotar-se um melhor método econômico na manutenção da escravatura da Feitoria e com menor dispêndio da Fazenda Nacional.

Oxalá que eu pudesse desenvolver e analisar estas matérias com a devida precisão de que se fazem suscetíveis, e que concorreria para conhecimento de causa, e se a escassez das minhas idéias [2r.] não contribuem para explanar como empreendido, nem por isso desisto de uma empresa que considero adequada aos meios de se extrair fruto do estabelecimento da Feitoria do Cânhamo, que foi confiada a minha administração.

– 1^a –

Ninguém ignora que dando-se o primeiro impulso àquele estabelecimento para o por em um pé de utilidade, e preencher as vistas da sua instituição, foi com o correr dos tempos afrouxando o zelo, e interesse que se fez notável no seu começo: então nada se economizou, e a nada se atendeu senão a desempenhar religiosamente as Ordens dos Exmos. Vice-Reis a quem era esta Província subordinada, ainda mesmo que tais execuções não preenchessem aos fins desejados. Do seu primitivo local transferiu-se a Feitoria para às margens do Rio do Sino, aonde hoje permanece, e nesta mudança perdendo-se as benfeitorias, e tudo quanto não era amovível, é bem provável que houvessem não pequenos dispêndios, e aqueles prejuízos que andam anexos a tais translações; e para o seu novo assento esbulhou-se alguns proprietários de antiga e pacífica posse que tinham naquele território, servindo as suas mesmas benfeitorias de acomodações para os empregados. Dado este passo, e estando ainda em seu pleno vigor os desejos de desempenhar eficazmente as Disposições da Corte de Portugal a tal respeito, o Governo da Província continuou a dar importância ao novo estabelecimento, e a concorrer por todas as maneiras que podia, e que era admissível com o estado das finanças daquele tempo [2v.] para que prosperasse, e progredisse a cultura do Cânhamo, já anuindo a todas quantas requisições eram feitas pelo seu Administrador, já visitando incessantemente aquele estabelecimento, investigando o seu terreno, e dando com isto uma lição profícua aos empregados para que se não entorpecesse o seu zelo e eficácia. São conhecidas as abundantes produções do Cânhamo naqueles primeiros anos; pois que rara era a safra anual que não ressarcia os trabalhos e dispêndios com duzentas arrobas de Cânhamo apurado, e com suficiente porção de estopa, o que ainda se pode ver das contas que então se prestavam ao Governo. Além disso, e com menor número de escravos, se conservavam sempre peçados os seus armazéns de toda a qualidade de grãos, e de outros produtos da terra, que com o gado que se criava na Estância da Feitoria fazia-se independente de socorros exteriores para a subsistência e vestuário dos escravatura. Foi mui pouco duradoura aquela feliz época em que a Feitoria parecia satisfazer as esperanças dos que haviam promovido a sua ereção: e contra a expectativa dos que viram os progressos do seu começo, tocou logo o seu estado de decadência, de que ainda [hoje] se recente, e de que seguir-se-a a sua ruína, se for olhada com o mesmo menoscabo e apatia como até aqui, pelos Governos passados.

É de uma evidência indestrutível, que, da época do governo do Exmo. Paulo José da Silva Gama para cá, data a decadência, e definimento daquele estabelecimento que tantas vantagens prometia nos Governos anteriores àquele. Longe de

mim querer [3r.] imputar àquele Governador e aos que lhe sucederam a positiva origem, ou causal dos inconvenientes que sobrevieram ao andamento da Feitoria; causas remotas muitas vezes influem para um fim sem que se dêem a conhecer se não pelo inverso daquilo que operam. Mas o certo é que a indiferença com que desde então se olhou para aquele estabelecimento, as repulsas que sofreram as requisições que faziam os Inspetores; o esquecimento de visitá-lo, e de influí-lo com as imediatas deliberações etc, etc, cooperação para o seu atraso e retrogradamento.

Quando em novembro de 1820 fui empossado da Administração da Feitoria, e depois de ficar ao alcance do seu estado, e circunstâncias, dirigi ao Exmo. Ministro de Estado da Repartição da Marinha uma Conta circunstanciada, particularizando quanto se podia expor de um estabelecimento verdadeiramente abandonado, gravitando sobre as Rendas da Província. Mal podia pensar que não havendo decorrido muitos dias da última conferência com que me honrou o mesmo Exmo. Ministro, sobre as coisas da Feitoria, em que, além de outras insinuações, me estimulou a que fosse pontual em transmitir uma [...]ção exata do seu estado, indicando os meios de a tornar florente, e valiosa, e tudo quanto se fazia mister para chegar a este fim nem sequer tive ao menos o devaneio de uma resposta em que se anunciasse a sua recepção! Não tardei a segundar para a Corte as minhas instâncias, com referência ao que já havia enunciado em a primeira correspondência, e reincidindo naquelas requisições para que fora iniciado pelo mesmo [3v.] Exmo. Ministro nem a urgência da causa, nem o ser filha das suas insinuações, e nem mesmo ainda a intimidade da pessoa que serviu de conduto para que chegasse a suas mãos a última correspondência, e que se interessava por isso, pode merecer a menor contemplação! Sem o mais pequeno vislumbre de obter da Corte os precisos auxílios que com tanto zelo e desvelo reclamava, e antevendo que quantos passos daria então se viam baldados, porque negócios de muito maior transcendência ocupava o Ministério da Corte do Brasil, como era a feliz Regeneração Política dos seus povos na memorável época de 1821, deliberei-me a não sublimar tanto as minhas vistas, recorrendo humildemente ao Governo desta Província para que patrocinasse a causa, de tirar aquele estabelecimento do abandono em que estava. Era então Governador [o Exmo.] João Carlos de Saldanha que, com os felizes auspícios com que iniciou o seu Governo, se augurava grandes vantagens à Província. Na maior crise de se promover os melhoramentos públicos, e quando era como o mais favorito intuito o dismantelar-se a Feitoria, para engrossar (somente naquele período) o Tesouro público apresentei-lhe um Memorial em que explanava as proficuas vantagens que se poderiam tirar daquele estabelecimento se verificasse as melhoras de que era ele suscetível, e que bastante precisava; fundando os meus raciocínios nos efeitos da prática que já tinha, e nas pesquisas dos que podiam ter voto na matéria, e fugindo todavia de vãs teorias, e de planos abstratos. É verdade que foi adotado o meu plano mas tão somente naquela parte em que [4r.] demonstrava que se podia extrair vantagens da Feitoria, ficando a outra, de que era esta a necessária consequência, ainda na mesma letargia e desprezo como sempre. Ao Governo Provisório, que sucedeu àquele, apresentei por vezes os negócios da Feitoria na mesma atitude como verdadeiramente sem-

pre estiveram. Nem por isso fui mais feliz do que em iguais passos, que dei nos tempos anteriores: algumas vantagens continuaram-se a extrair dali, como não é custoso evidenciar, e foram sempre denegados os socorros de que havia pura dependência; até mesmo para ficar de uma vez libertado [o] ônus com que ainda pesa sobre a Fazenda Nacional, se bem que duplicadamente menor do que em outras administrações.

Não tem sido de menor tropeço ao próspero andamento da Feitoria a indolência, e para melhor dizer, o pouco zelo e desleixamento de algum dos Inspetores, em quem tem recaído a sua administração. Não é um espírito de emulação, maledicência, ou pungido pelo amor próprio, que me impele a avançar a esta asserção: faltaria com fatos, e fatos que estão ao alcance de muitos por não serem remotos, se fosse admissível a esta qualidade de escrito, e mesmo para fugir da indução, todavia fictícia, de que transformava uma Memória em Libelo infamatório. A administração do Tenente Antônio José Machado de Moraes Sarmiento, que com alguma razão se pode denominar – a idade áurea da Feitoria – pelas avultadas somas de Cânhamo que dali safa, quando ainda não estava no pé de escravatura aqui ao depois chegou, não foi, contudo muito bem ajustada, quanto ao assento que devia tomar, e aos limites [4v.] fixos e invariáveis em que devia compreender aquele estabelecimento, cuja falta tem suscitado mil contendas, dúvidas e trapças entre os seus confinantes, e de que tem provindo bem conhecidas lesões à Feitoria, apesar das justas oposições dos Inspetores, como não seria difícil demonstrar. Iniciou o Padre Antônio Gonçalves Cruz a sua administração com mais felizes auspícios, do que com a continuação dela se manifestaram. O seu gênio empreendedor, que queria ao mesmo passo abranger todos os ramos da agricultura, e sustentar as manufaturas domésticas sem um suficiente capital de forças não lhe deu tempo a cogitar, que em tais diversões mancaria o principal fito daquele estabelecimento, isto é, a cultura, propagação e manipulação do Cânhamo. É quando verdadeiramente, em meio da sua administração p[...] o fim, começou a decadência da cultura do Cânhamo. Passarei em silêncio a ruínosa administração do Capitão José Manuel Antunes da Frota, para não recordar uma época em que nada se poupou para detriorar [SIC] a Feitoria, e torná-la em um montão de ruínas.

Houveram ali dois Inspetores temporários, um depois do assassinato do Padre Cruz, e outro pelo falecimento do Capitão Frota: nas suas respectivas administrações, assim como nada praticaram que redundasse em positivo benefício da Fazenda e da sua principal cultura, tampouco progrediu a sua decadência. Uma coisa porém faz-se notável, que foi então quando se ministraram pela Junta da Fazenda Nacional da Província avantajados e sucessivos [5r.] auxílios àquele estabelecimento, pelo bem conhecido motivo de se dirigirem os referidos dois Inspetores diretamente àquele Tribunal, e não serem munidos das Instruções, que tinham os Nomeados pelo Soberano para que sobre os negócios da Feitoria se comunicassem imediatamente com o Exmo. Ministro da Repartição da Marinha.

– 2º –

Tendo da maneira que me foi possível relatar sucintamente as principais origens que me parecem influíram para o decaimento da Feitoria do Cânhamo, sendo

começada com tão prósperos sucessos convém que em contraste deste quadro ofereça um prospecto mais favorável, explanando as mais certas vantagens que dali se podem extrair com o mesmo capital de forças que existe, ainda apesar de ser agora mutilado, com a remessa de uma porção de escravos que se destinam para a Imperial Fazenda de Santa Cruz da Província do Rio de Janeiro.

Logo que um estabelecimento, ou qualquer instituição conta, quando menos, com a influência, consideração e vistas benignas daquele que o pode tornar florente e valioso, é isto também um motivo cooperante que o pode fazer progredir, e encaminhar aos fins desejados; e se além disso, se julga nas circunstâncias de merecer proteção, auxílios, e apoio, é então, e só então, que pode chegar a meta da sua preponderância. A Feitoria pelo seu estado atual, porte a que chegou, e vantagens que se pode tirar dela, tem todo o jus de atrair a si as vistas do Governo, e de merecer um [5v.] profícuo apoio dele. A cultura e propagação do Linho Cânhamo, como o principal fito daquele estabelecimento, pode ser elevada ao maior grau que se queira, e que seja compatível com as forças que nele subsistir; mas para isso convém irremediavelmente que se transmute o estabelecimento para a fralda da Serra (como em outra parte expenderei), e que se adote outro método de preparar e beneficiar o Cânhamo por ser o ali seguido muito moroso, penível, e dependente de muitas forças e circunstâncias, como não seria custoso demonstrar praticamente. Por esta forma um homem que não seja de forças medianas prepara, beneficia e apura duas libras de Cânhamo, quanto muito, por dia; isto é graminando, afroalhando e espadelando, e no fim desta tarefa sente os mesmos efeitos como se fosse ocupado em o mais rígido trabalho. Consequentemente outra qualquer forma que se adote para este processo será mais vantajoso a todas as luzes. Na Feitoria existe uma máquina desencadernada, e que foi para ali mandada quando era Inspetor interino o Tenente Joaquim Maria da Costa Ferreira para laborar na preparação do Cânhamo: desgraçadamente ainda até hoje está sem ser aproveitada, se não é pelos insetos que nela poisam [SIC] tranqüilos testemunhando a negligência e desleixamento de tantos que a têm visto com insensibilidade e apatia, tendo ela custado tão avultadas somas ao Estado! Tenho nela falado várias vezes aos Governos, e mostrado as vantagens e recursos que dali sairiam, se se pusesse em atitude de laborar (o que certamente se fazia escusado, por [6r.] que não houve nenhum que deixasse de saber que ela ali existia em inação, e que trabalhando se acautelaria em parte a diminuição que se tem sofrido no produto do Cânhamo), mas as minhas vozes, e talvez que as dos meus Antecessores, sempre foram muito fracas para promover aquelas e outras medidas de melhoramento. Armando-se pois aquela máquina, no que suponho não haverá grandes e insurmontáveis [SIC] dificuldades, porque acham-se todas as peças numeradas e assinaladas, e se faltarem algumas poderão ser arranjadas por Artífices peritos, sobre a direção do Coronel José Pedro Cezar, que a tem examinado, e que já me declarou que a podia por em ação; e feitos os experimentos necessários para se conhecer dos seus positivos efeitos, poderá então dar-se vazão à preparação de todo o Cânhamo de uma safra, sem que passe de um ano para outro, o que sempre me tem acontecido por falta de braços, e isto com alguma lesão

deste gênero, porque está reconhecido que a sua manipulação deve ser logo em seguimento da sua colheita, para prevenir a perda do suco que sofre a fibra com a diuturnidade, o ser [...lhada]. Economizadas desta maneira as forças que se destinam para beneficiar o Cânhamo, pode-se empregar maior soma delas em aumentar as sementeiras desta planta, que iam sendo restringidas, por se haverem aumentado os depósitos, e se não poder dar expedição a toda a safra anual; e havendo o formidável recurso da máquina, pode-se sem custo extrair da Feitoria as mesmas porções de Cânhamo que se tirava no seu começo. A moderna máquina de Christian, deve [6v.] seguramente fazer os mesmos efeitos, quanto à preparação do Cânhamo, mas não podendo ter a grande expedição da outra resultariam os mesmos inconvenientes, da estagnação das Colheitas nos depósitos, a não ser o seu número em proporção das plantações do Cânhamo, bem entendido: regulando-me pela que vi nesta Cidade e que pertence ao Barão de Santo Amaro. Além disso, com muito menor dispêndio se levantará a máquina existente na Feitoria do que se faria uma de Christian, sendo os seus relativos efeitos de uma extraordinária diferença e a favor da primeira, como tenho expendido.

Tendo mostrado que dando-se o necessário encorajamento à cultura e preparação do Cânhamo, resultarão as vantagens que dá a posse deste gênero, tão preciso para a Marinha do Império, sendo estas vantagens gerais, ou propriamente do Estado; convém também explanar que, em resulta da mesma proteção e apoio, sobresairão outras vantagens, que sejam peculiares à Província.

A abundância de madeiras sólidas que têm as Florestas da Serra Geral, e próprias para a construção [...] e da Marinha, pode fornecer um meio de se erigirem e construírem com menos dispêndio as obras Nacionais, e de se fazerem deste artigo os suprimentos necessários para a Fábrica do Trem de Guerra desta Cidade.

A Feitoria tem fornecido em o tempo da minha administração avultadas porções de madeiras para a continuação e conclusão da Obra da Alfândega, e ao mesmo passo suprimindo ao Trem com alguma de que se lhe faz mister. Estes fornecimentos podem [7r.] ser maiores e mais contínuos se, adotando-se a forma proposta de se preparar o Cânhamo por meio da máquina, puderem-se dispensar deste serviço os escravos que forem necessários para o falquejamento e desdobramento das madeiras. Por igual forma dali pode sair toda a sorte de madeiras para construções navais, e até fabricarem-se nas suas imediações e à margem do Rio do Sino para maior comodidade dos transportes; ao que se poderia acrescer adjutórios dos escravos da Feitoria que têm alguma prática de Ofícios mecânicos.

Sendo o carvão um dos artigos da primeira necessidade para a Fábrica do Trem, e ocorrendo muitas ocasiões, principalmente pelo inverno, em que ainda por um preço exorbitante, não se encontra no mercado, paralisando assim o tráfico daquela Casa, pode ser ele semelhantemente suprido pela Feitoria, como até agora tem sido, se bem que com alguma interrupção, provinda dos mesmos inconvenientes acima ditos.

Não é menos útil que se continue a alugar algumas escravas da Feitoria, e que possam servir de amas de leite, sendo tão procuradas, e até proferidas [SIC] de entre as dos particulares. São elas quase inúteis para o serviço da Fazenda nesse período, em que continuamente estão ocupadas em amamentar e pensar as crianças; e por oito, dez, ou doze meses que sejam alugadas para esse fim, nem podem diminuir sensivelmente a lotação do serviço, que na Feitoria é destinado às mulheres, e resulta a vantagem de entrarem para o Tesouro Público as somas que [7v.] provierem de seus aluguéis.

São estas as mais óbvias e certas vantagens que se podem extrair daquele estabelecimento, prescindindo de outras que não me aventuro a especializá-las, porque dependendo de circunstâncias, e estando como anexas as variedades dos tempos, não deixaram de ser fálveis todos os cálculos que se façam a tais respeito: nesta classe entram as sobras anuais dos mantimentos que se cultivam na Feitoria para a manutenção da sua escravatura e a do algodão que sobressaíssem à porção destinada para o seu vestuário; o que tudo se poderia permutar a numerário, e recolhido o seu produto ao Tesouro.

- 3^a -

É demonstrado a toda a evidência que o Cânhamo não recebe crescimento, vigor e densidade se se faz a sua sementeira no mesmo lugar em que foi ele plantado o ano pretérito: muito ávido do suco da terra a defeca [SIC], e empobrece por mais pingue que seja, e a inutiliza para si pelo espaço, pelo menos de um ano, e para as outras por mais tempo sem que mesmo consinta nascerem simultaneamente com ele outras ervas e arbustos: ora se se deseja a prosperidade, propagação e aumento desta planta deve-se procurar todas as medidas que tendam para aquele fim, e uma delas é seguramente desprezar-se a tenacidade de repetir seguidamente no mesmo terreno as suas sementeiras.

Nem toda terra é compatível e própria para esta planta tão melindrosa, e que precisa de não pequenos desvelos; assim [8r.] como ela medra e prospera em terreno umedecido, brando e suscetível de lavrar, assim também faz-se peca, humilde, e sem consistência em o que não contenha aquelas propriedades.

O território ao Sul do Rio do Sino, aonde está assente a Feitoria^(*) sendo quase todo composto de faxinais estéreis, campestres e terras alagadiças, é conhecidamente impróprio para a cultura do Cânhamo, e da que se tira a subsistência da escravatura; e isto mesmo foi notado muitas vezes pelo perito e experimentado agrícola o Padre Cruz, quando por várias ocasiões requereu a mudança da Feitoria. Houveram e há seguramente boas terras nesta banda, e da propriedade da mesma Feitoria; e são aquelas que formam a fralda da Serra de Sapucaia; mas umas por já cultivadas

(*) Veja-se no fim da Memória a Planta dos 2 territórios ao N. [e] S. do Rio do Sino e que pertenciam à Feitoria [Nota: não foi encontrada a planta aqui citada].

e cansadas, outras por serem concedidas a particulares, não só em tempos mais remotos, como proximamente, e isto com impugnação minha, e finalmente outras que se acham a uma tal distância daquele estabelecimento que não é sem grandes inconvenientes e tropeços que nelas se cultiva, sendo o maior o de se dividirem forças, que reunidas podem ser mais produtivas, fazem-se ineficazes, e consequentemente constituem a Feitoria por aquela parte quase estéril, e sem recursos. Havendo pois este grande obstáculo para o aumento e prosperidade da cultura do Cânhamo, é preciso decepá-lo, para nada haver por este lado que a destrua, e somente ter a recear os danos do tempo a que é sujeita, bem como outra qualquer. Por isso faz-se muito [8v.] oportuno e conducente aos fins desejados, que se transfira aquele estabelecimento para a fralda da Serra Geral, ao Norte do Rio do Sino, e em o lugar que está situada a Estância da Feitoria. São muitas e óbvias as vantagens que reúne em si este local para a nova situação da Feitoria, e as que devem, dentre elas, seguir-se de tal mudança, mencionarei as que se fazem mais frisantes, não temendo contravenção nisto que avanço, quando me fundo na experiência e em causas bem demonstráveis.

Serão mais avultadas as produções do Cânhamo naquele Terreno pingue, e cuja qualidade é tão extensa quanto abrange a mesma Serra, e as colheitas menos custosas pela sua contiguidade ao lugar do estabelecimento, havendo no mesmo uma extensa e permanente lagoa, para a maceração do Cânhamo, e torrentes límpidas para os mais misteres.

Semelhantermente serão mais fáclimas e produtivas as plantações do algodão, milho, feijão e mandioca para o vestuário e manutenção da escravatura; não se dependendo então da escolha do terreno, preveios [SIC] ensaios, e outras mortificantes medidas que são próprias para o amanhã das que são estéreis, ou já empobrecidas dos princípios germinantes.

O corte, falquejamento e desdobramento das madeiras que forem precisas para as obras Nacionais e construções navais será [SIC] praticado quase à vista do próprio estabelecimento pela proximidade em que lhe fica a Serra que é abundante de tais madeiras, como acima mencionei, facilitando-se o seu [9r.] transporte para o porto de embarque, e ocorrendo a oportunidade de haver uma sucessiva comunicação entre as culturas e estes serviços, para o fim de haver uma mútua prestação de auxílios, aonde quer que aja dependência deles; o que se faz impraticável quando medeiam grandes distâncias de umas a outras lavouras, ou destas aos serviços propriamente ditos do mato.

O Carvão com que se deve fornecer à Fábrica do Trem de Guerra pode ser feito na margem do Rio do Sino, tanto porque naquela parte há grande abundância de madeiras que são próprias para a sua fatura, como pela prontidão, e facilidade com que dali se pode fazer passar para a mesma Fábrica.

Reunindo-se os dois estabelecimentos, isto é, o da Feitoria e a Estância em um só local, cessa o possível inconveniente de se acharem divididas as forças para os

serviços de um e de outro, ficando as que são destinadas para o serviço da Estância fora das vistas do Inspetor, por ser a sua efetiva residência na Feitoria; daquela maneira, nem serão tantos os escravos que saíam para o serviço do campo, e nos dias que não tenham esta ocupação entrarão em comum com os outros na partilha dos diferentes trabalhos.

Além do mais é seguramente de uma vantagem saudável a troca de um local baixo, taciturno, rodeado de pauis, e pequenas matas, por um terreno majestoso que domina grandes distâncias, alegre, sempre ventilado, tendo por uma parte extensas campinas e por outra as altivas Florestas da Serra Geral, que [9v.] chega até aquele ponto em graduadas colinas; e aonde se pode formalizar o mais lucrativo e formoso estabelecimento de agricultura e criação de gados.

A mudança pode ser praticável pelas mesmas forças da Feitoria e só com dependência de pequenos auxílios exteriores, que não avultarão a muito; isto é daqueles artigos que não possam ser feitos pelos escravos obreiros da Feitoria; e de que dela não se poder extrair para por o novo estabelecimento no mesmo pé em que se acha o antigo, quanto às acomodações, celeiros e senzalas da escravatura, não se precisará de grandes delongas.

Transferida assim a Feitoria para o lado setentrional do Rio do Sino, pode o antigo lado meridional ser destinado para nele se estabelecer uma pequena Colônia, com os recursos que ainda lhe ficariam, pois que para semelhantes estabelecimentos haveria suficiente terreno, sendo dividido em porções a que se adicionariam os matos que ainda restassem.

— 4º —

Pela falta do gado da Feitoria com que se fornecia o sustento à escravatura, e conhecendo-se que era necessário este alimento principalmente naquela desgraçada época em que as colheitas dos mantimentos eram (por desmazelo e negligência) tão limitadas que apenas davam para um trimestre de fornecimento, vendo-se em todo aquele estabelecimento os sinais característicos da destruição, miséria e desgraça; foi o mesmo fornecimento da carne feito pela Fazenda Nacional, da maneira que são [10r.] às Tropas em serviço, distribuindo-se a cada indivíduo da escravatura duas libras de carne diariamente. Este fornecimento foi diminuído em metade logo ao segundo ano da minha administração, que pude ampliar a cultura do mantimento; e dos artigos com que ora é suprida a escravatura passa abundantemente, e sem dependência de lançarem mão das suas lavouras particulares, como faziam, nos outros tempos, privando-se assim da venda que faziam das suas produções, e com que proviam o vestuário de seus filhos menores. Também convém acrescentar que o vestuário que era suprido pela Fazenda Nacional nas duas administrações interinas, e ainda na mesma do Capitão Frota, já hoje é manufaturado e arranjado na Feitoria, de algodão que ali se cultiva, e lãs que produz um rebanho de 300 ovelhas que para ali entrou na minha administração e que é simplesmente devido aos meus desvelos e economias.

É geralmente adotado pelos grandes Fazendeiros desta Província o método econômico e pronto de fornecer às suas numerosas escravaturas as costelas secas das reses que se beneficia nas charqueadas, bem como outras quaisquer partes das mesmas reses que não sirvam para exportação, e que possam servir de alimento, preferindo este gênero comestível à carne verde, pela bem conhecida vantagem de se fazer menos dispendioso, menos suscetível de corrupção, e adubar melhor os outros alimentos com que se a junta. Um escravo, a quem se não dá sal e graxa para a fatura da sua comida, fica melhor servido recebendo [10v.] este gênero, do qual verte estes dois adubos, e a saboreia melhor, do que a mesma carne fresca.

É ele menos dispendioso, comparativamente à ração de carne verde que se dá a um escravo, porém cálculo exato e bem fácil de fazer, como passo a demonstrar. Ao arrematante que fornece munício à escravatura da Feitoria paga a Fazenda Nacional 640r\$ por cada uma arroba de carne verde; um escravo em trinta e dois dias com esta arroba de Carne, a razão de libra por dia (recebendo anteriormente a minha administração duas libras diárias, como acima expendi); esta libra custa por aquele preço 20r\$; e eis o único dispêndio diário que presentemente a Fazenda presta a cada escravo daquele estabelecimento. Mas dando-se à escravatura em lugar de carne verde, as costelas e as outras partes da rês, que se não exportam, e havendo dois, ou três charqueadores previamente ajustados, e fixos de prestarem tais artigos para todo um ano, e sem interrupção, o que poderão fazer por trimestres; vem cada escravo a gastar oito costelas (por exemplo) em trinta e dois dias, em cujo tempo comia uma arroba de carne verde: ora sendo o preço usual de cada costela na charqueada 60r\$ (e talvez que pelo ajuste do suprimento anual venha a sair cada uma a 40r\$) dispende cada escravo em um dia com o fornecimento deste gênero, se se considera pelo seu primeiro valor 15r\$, ou em trinta e dois dias 480r\$, diferindo para menos no valor da carne verde 160r\$ em os mesmos trinta e dois dias. Logo é mais econômico e vantajoso ministrar-se este [11r.] alimento à escravatura em lugar da carne verde que recebe, havendo além das vantagens expostas a de aumentar-se a força que cultiva, com a dispensação [SIC] de três escravos que se destinam para o corte, pastoreio e mais necessários arranjos do gado do munício que para ali vai em porções.

É pois mais conveniente que se forneça à escravatura da Feitoria o gênero comestível que deixa a rês charqueada do que a carne verde que ministra o contrato; já que aquele estabelecimento, depois de ter uma suficiente cria de gado, que podia dar para a perene manutenção da escravatura, se vê hoje reduzido ao mísero contingente de depender de semelhante auxílio pela rapacidade que sofreu desde o ano de 1815 até o fim de 1819.

Hei chegado a balisa a que me propus nesta sucinta Memória. Oxalá que as minhas idéias, que forcejei para que fossem corroboradas com a evidência de fatos, e que verdadeiramente nascem do zelo e fervor com que me dedico a servir a Nação, e da solicitude com que me emprego para bem de mederar [SIC] e prosperar o estabelecimento que foi confiado a minha administração, pudessem elas ter a eficá-

cia necessária para produzirem uma decidida proteção do Governo a proveito da Feitoria Nacional do Cânhamo, que por tantas razões deve ser mantida e patrocinada.

Porto Alegre, 30 de abril de 1824.

[a] José Tomas de Lima.

FUNDO DOCUMENTAL VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO

Doc. Nº 324

Data: 7.10.1844; 3.10.1844; 28.3.1828; sem data

Local: Porto Alegre

Remetente: Francisco de Paula Soares [de Gusmão] ⁽¹⁾

[fl.1r.]

Ilm^o e Exm^o Sr. Visconde

Satisfazendo gostosamente os quesitos dos quais V.Exa. se dignou pedir-me esclarecimentos sobre o Distrito, Povoação e Colônia das Torres, meu paulistano coração sente o maior prazer em recordar fatos que por mim foram praticados de ordem de V.Exa., ou como Presidente desta Província ou já Ministro do Império do Brasil.

E como Exm^o Sr. eu me negaria a informar circunstanciadamente sobre um lugar com que V.Exa. tanto simpatizou desde o memorável dia de seu ingresso nesta Província – em fevereiro de 1844 [SIC-1824]. Dia em que V.Exa. abriu o Portão Riograndense nas Torres, e não só foi V.Exa. o 1^o Presidente da Província como foi o 1^o que o encetou e por isso mandei no mesmo Portão inscrever este dia remarcável para as Torres.

Seria certamente uma revoltante ingratidão da minha parte injustamente praticada com o imortal – Protetor das Torres – que tantos benefícios liberalizou com seus habitantes por sua sem igual solicitude.

Sim, Exm^o Sr., foi V.Exa. o primeiro viandante que com olhos de Filósofo atendeu e conheceu a importância das – Termópilas Brasileiras –, deste maravilhoso fenômeno da natureza que será admirado em todo tempo, porque pareceu que o gênio militar o delineara de propósito para sua força natural no limite [fl.1v.] da beligerante Província de São Pedro para torná-la inexpugnável. A pintura do grande Camões nas suas Luziadas descrevendo o Cabo tormentoso da Boa Esperança, o Guardião dos Mares, me faz suscitar também agora a idéia de que a P.[rovíncia] Riograndense se acha valorosamente defendida e guardada pelo – Norte – a sua

(1) A origem desta memória sobre as Torres, produzida por Francisco de Paula Soares de Gusmão, é provocada por correspondência do Visconde de São Leopoldo em data de 24 de setembro de 1844, mas encaminhada, efetivamente em 2 de outubro, conforme se colige do documento nº 327 do Arquivo de José Feliciano Fernandes Pinheiro, que é uma minuta da carta.

entrada por estes 3 Formidáveis Irmãos / as torres / vigilantes guardas ou sentinelas da praia da Laguna.

Na verdade, Exm^o Sr., que aspecto não representam as Torres aos viandantes no meio da praia levantar-se este majestoso Colosso de Pedra e Barro, tendo seus flancos apoiados um sobre o mar e outro sobre a Lagoa da Povoação, formando assim a estreita garganta fechada pelo Oceano e Serra Geral... Tão extraordinária circunstância sem dúvida despertou no coração de V.Exa. o desejo de dar-lhe a importância que sua natureza exigia e, por isso, V.Exa. o mandou declarar – Presídio das Torres – e para que este título não ficasse irrisório, e conservasse sua atitude guerreira, V.Exa. lhe deu Guarnição de Artilharia e Bandeira de modo que no dia 12 de outubro do mesmo ano de 1844 [SIC-1824] pela primeira vez tremulou nas Torres o pendão auriverde Nacional e com soltivas de calibre 9 foi festejado o aniversário feliz de Nosso Imortal Fundador do Império, juntamente com o a de nossa – Emancipação Política.

As Torres sucumbiria [SIC] se também se não viesse [fl.2r.] em 1824 V.Exa. presidir os nossos destinos. E como ela sob os auspícios de V.Exa. naquele tempo prosperou e foi feliz, assim agora que a revolução tem assolado a Província e eu espero que pela proteção de V.Exa. lhe possa defender como – Lisboa – depois do terremoto pelo influxo saudável do grande Pombal apresentou a seguinte legenda – Post, facta resurgens! –. Tais são os votos dos Torrenses que comigo apresentam a V.Exa. / ao mesmo beijo as mãos / apresentando os materiais brutos para V.Exa. com eles fazer valer aquele lugar que tanto necessita de seu favor e proteção.

Desculpe V.Exa. o desarranjo desta atendendo mais ao meu coração que a minha cabeça, assim fará justiça a quem tem com o maior afeto.

De V.Exa. muito grato e obrigado Patrício

[a] Francisco de Paula Soares

S.C. 7 de outubro de 1844.

[fl.2v.] [com letra do Visconde de São Leopoldo]

Lembrança

Informou-me o Brigadeiro Paula que defronte das Torres, em distância ao mar, coisa de meia légua, havia um pequeno Ilhote, ou rochedo escalvado, habitação de lobos marinhos, onde em dias bonançosos os pescadores iam pescar garopa; é antes um rochedo escalvado, [arrecifes ?] nos Mapas.

A composição das – Torres – são rochedos basálticos, que banham as águas do mar.

Diz Humboldt – Tomo 1^o das Viagens às regiões Equatoriais [SIC-Equinociais], livro 1^o à página 367: **as camadas de argila acompanham os basaltos, como os tufos? acompanham as lavas modernas.**

(Nota: houve parte do barro que se achou em uma das Torres). E no Tomo 7^o,

Cap. 21, pág. 170, descrevendo as maravilhas da natureza que observou sobre a montanha de Mariani- o chamado Rondalito de Mariani?. “Dali os olhos medem de um golpe um lançel de escuna de uma milha de extensão, e enormes massas de pedra, negras como o ferro, saem do seu seio, umas unidas duas a duas, semelhantes à colinas basálticas; outras assemelham a torres, a capelas fortes e há edificações [...]”... Esta paisagem que se descobre do alto da montanha de Mariani?, o qual viajante algum não tem ainda descrito, nem o tempo, nem a vista das cordilheiras não tem extinguido com mira [...]

É das cenas majestosas da natureza como das obras sublimes da poesia e das artes, elas deixam lembranças que se despertam sem cessar e que pela vida inteira, se misturam a todos os sentimentos do grande e do belo.

[fl. 1r.]

Fronteira do N.[orte] da P.[rovíncia] de S.[ão] Pedro

O Ponto Militar das Torres nesta Província de São Pedro é assas importante e atendível, não só por sua posição topográfica vantajosamente colocado 1/2 légua distante do Rio Mampituba, limite desta Província com a de Santa Catarina, e ainda mais por sua força natural e bastante capacidade para toda sorte de fortificação ou defesa, não lhe faltando água e lenha para uma longa e porfiosa resistência. As Torres, vulgarmente assim chamadas, são três outeiros ou rochedos célebres de pedra e barro, perpendicularmente cortados da parte do mar, que na distância de 60 léguas da Barra do Rio Grande se levantam / quase contíguos / na praia por onde se dirige a Estrada que desta segue para a Província vizinha, e a sua configuração e altura, observada de longe pelos viandantes, foi quem deu a estes outeiros isolados na Costa a denominação que jamais perderam – de Torres –.

Primeira Torre

Foi nesta Torre ou Outeiro mais próximo do Rio Mampituba em que se colocou a Guarda do Registro desta Província, e igualmente a Administração ou Cobrança dos Direitos N.[Naturais?] da passagem dos rios da praia / vulgarmente assim chamados na cobrança do quinto e dízimo dos animais, ou gado, que sai por aquele registro, razão porque era antigamente conhecida pela – Torre da Guarda – ou Registro das Torres –.

Nesta torre mesmo por sua força já dita, em 1797, tempo da guerra de Portugal com a Espanha, e governando esta Província, então Continente do Rio Grande, o Ten.Gen. Sebastião Xavier [da Veiga Cabral da Câmara], mandou o Engenheiro Saldanha [José de] e Ajudante João Baptista com 2 peças de calibre 4 e gente bastante para levantar uma Bateria, na qual colocaram aquelas peças, fabricaram para a guarnição que tem só pau, e [fl. 1v.] palha, uma pequena casa de pedra e telha para receber a pólvora e mais munições.

Tais foram as notícias que pude colher dos antigos moradores do lugar em

1819, quando o Exm^o Conde da Figueira, governador desta Província, por ordem da Corte mandou ao Coronel Engenheiro Porto, fortificar a Barra do Rio Grande e a mim, sendo Major de Artilharia de S.[São] P.[Paulo], fortificar o Ponto das Torres, procedendo primeiramente eu um escrupuloso exame, não só no estado da fortificação das Torres, como das **Barras dos Rios Tramandaí e Mampituba**, na Costa do distrito se era suscetível de algum desembarque. Cujá Comissão preenchida apresentei ao mesmo Exm^o o resultado de minhas investigações, e que tinham por fim mostrar que não era possível haver desembarque de Tropas naquela Costa sem abrigo, antes guardada por um banco de areia desde o Rio Grande, no qual quebrando-se o mar com grande força, e ainda a mesma nas barras daqueles rios. Relativamente à vista do de defesa ou fortificação das Torres, que também me ordenou o informasse, apenas encontrei o vestígio dela, e por isso com os Prisioneiros Espanhóis que da Capital levei para semelhantes trabalhos, motivados pela suposta vinda de uma Esquadra da Espanha, pude reconstruir um Baluarte de faxinas, revestidas de leivas, e a barbeta a maneira de – cauda de andorinha – e à prova de calibre 12, tirando dele duas grandes cortinas para empregar a Infantaria na defesa da praça com seus respectivos fossos. Uma cortina para a parte do Oceano onde tem apoiado seu flanco direito, e a outra para a parte da Lagoa onde se acha também apoiado o flanco esquerdo. Sendo que da margem desta Lagoa o terreno principia a elevar-se grandemente em rampa até o cume das Torres, lugar dominante e apropriado para uma Cidadela, ou última defesa da guarnição: dali se vê o mar em toda a sua extensão, e [fl.2r.] contornos da torre, e bem poderia fazer-se uma vigia ou sinal para ser conhecido aquele ponto pelos navegantes; eu tinha projetado a criação de uma Capela do Senhor do Passos com permissão do Exm^o Presidente São Leopoldo. Na cortina da parte da Lagoa foi que coloquei o Portão Riograndense ou o Registro da Província – ele foi aberto em fevereiro de 1824 pelas mãos do Sr. Presidente da Província, até então se passavam uma porteira de varas que tinha ao lado, mas neste dia rasgou-se o fosso no lugar da entrada: este portão tem bastante capacidade para por ele passar seges, carretas, está bem defendido até a soleira pelos fuzis do Baluarte que foi denominado – Ipiranga – aludindo o sítio remarcável /de nossa pátria/ onde o imortal Fundador do Império deu o 1^o Grito da Independência do Brasil, mas só em 1824 é que teve artilharia sob a Presidência do Exm^o São Leopoldo.

As obras de fortificação das Torres foram logo desvanecidas pela certeza de não vir de Espanha semelhante Esquadra, em consequência eu tive ordem de recolher-me à Capital com os prisioneiros de guerra para não serem mais necessários semelhantes trabalhos, porém conhecendo eu então a importância do lugar colocado em uma estrada tão frequente, pelos muitos interesses comerciais de ambas as Províncias, estimulado, enfim, do amor da glória que meus Patrícios tinham adquirido na fundação de S.[Santa] C.[Catarina] e Vila da Laguna. Não hesitei em correr e suplicar ao Exm^o Conde da Figueira para que se dignasse reverter aqueles meios que estavam em minhas mãos responder além da Criação, assas necessária, e urgentíssima de uma Povoação naquele Registro, acrescentando a tudo isto a razão de

não haver na distância de 40 léguas, povoados de moradores que tanto dista da Freguesia do Arroio a Nossa Senhora da Laguna, nenhum auxílio ou recurso dos socorros espirituais para cuja P.[Província, Provisão?] havia um despacho do M.[Marquês] de A.[Alegrete] concedendo [fl.2v.] 150 braças em quadro para levantar a P.[Povoação] N.[Nova].

O Exm^o Conde [da Figueira] bem possuido das vantagens que lhe fiz sentir a bem dos povos, não trepidou em ordenar positivamente a criação da N.P. [Nova Povoação?] e para iniciamento [SIC] dela em junho de 1820 mandou levar para as Torres as Índias P- de Taquarembó que se achavam na Capital as quais casei, arranchei logo com seus maridos em forma de arraial na margem da Lagoa.

Passei logo a cuidar da construção da Igreja ou Capela, mas sem esperar que ela se concluisse fiz vir de Santa Catarina o Padre Marcelino Lopes Falcão, pago a minha custa /200 rs./ para nos servir de Capelão, para cujo fim na minha residência arranhou-se uma prataria e obtidas as louças precisas para nele celebrar-se os Offícios divinos e administrar ao Povo o Pasto Espiritual, bem esperançado que por este modo afluiriam os moradores da P.V. [Província Vizinha?] para gozarem de tais vantagens e destarte nós obteríamos uma emigração considerável para as Torres. Não há dúvida, dia de Natal de 1820 tivemos a 1^a Missa nas Torres, que muito animou e promoveu sua população, chamando para ali muitas famílias que se vieram estabelecer, as quais eu agasalhava dando-lhes terra para se arrancharem, e ajudando com os presos a fazer com este sistema fui marchando, de modo que o resultado de semelhante medida correspondeu a nossa expectativa, que de 300 almas que havia nas Torres em 4 anos excedeu depois a mil. Assim, animado sobremaneira, continuei a minha tarefa arruando a Povoação, abrindo fontes, providenciando cemitério, e quanto me parecia útil a bem dos povos, sendo que nestes trabalhos eu empregava somente os profissionais de Guarda que ali tinha a minha disposição, até que apareceu em 1822 a declaração de [não continua – Independência?]

[fl.1r.]

Segunda Torre

Este 2^o Outeiro – conhecido pela Torre do Meio – em razão de sua situação entre as outras duas, não deixa de ser notável, porque no seu cimo tinha uma bacia ou depósito de águas da chuva, que formava uma lagoa, no fundo da qual /parecera? extraordinário/ encontrei excelente barro para telha e tijolo, do qual me aproveitei, fazendo para o mar um profundo rasgamento [SIC] por onde a esgotei, a fim de aproveitar-me de todo o barro que tinha em si.

Nesta mesma torre, para facilitar o serviço, arranjei o forno e a olaria a minha custa, pagando aos Mestres que vinham ensinar aos Profissionais, e assim consegui fabricar-se telha e tijolo para Igreja, residência para mim e o Padre, e também para os moradores que se quisessem aproveitar.

Não menos interessante para nossos trabalhos foi encontrar-mos entre esta Torre e a primeira, um prodigioso depósito de grandes caramujos que no tempo invernos de grandes marés as águas sobem consideravelmente nestas praias, e depois retirando-se ficam os caramujos envolvidos na areia que o mar tenha lançado e foi-me de suma importância esta mina preciosa para as obras da Povoação das Torres, porque certamente seria muito dispendioso levar cal àquele lugar, é que quanto não seria preciso e com que transporte o faria eu? Entretanto eu consegui destes caramujos fazer excelente cal, melhor que a de marisco, e com ela edificou a Igreja, meu quartel do Capelão, o da guarnição e os depósitos indispensáveis para acomodar a Tropa da Guarnição, os presos empregados nos trabalhos da nova povoação e os objetos militares, assim pude ultimar o meu desempenho de criar a povoação sem despesa da Nação.

[fl.1v.] [Letra do Visconde. Deve ser a sequência do doc.]

Pela cor das pedras, parecem antes formações basálticas – talhadas à prumo pela parte do mar, mas da parte da terra, com declive, e acobertadas outeiros, acobertados de uma crosta ou camada de barro.

[fl.2r.]

Terceira Torre

Este Outeiro 3º conhecido pela – Torrinha – em razão de sua pouca extensão ou capacidade, também antigamente tinha sua importância quando o lugar das Torres ou guarda não estava como agora povoado; desta Torrinha se serviam os Tropeiros ou condutores de gado para Santa Catarina, como de um potreiro, ou mangueira, introduzindo o gado por uma abertura apropriada que tinham arranjado para semelhante fim do lado do campo, e por ali tocavam o gado para cima da Torrinha, de onde mais não podiam sair porque tapavam com varas a entrada a maneira de uma porteira, faziam fogo ali, e assim passavam a noite bem descansados sem o trabalho de rondar nem ainda de fugir. Não era este tão pequeno benefício nas noites frias e chuvosas que o gado quer só disparar da ronda.

Entre esta torrinha e a do meio, afiançam os moradores e o Piloto da Colônia não afirmou existir para a parte do mar um canal de 18 palmos de fundo sobre pedra e por isso imutável: o mesmo Piloto disse-me se atrevia /se lhe pagassem bem/ a romper aquela barra trazendo as águas do Mampituba à Lagoa da Povoação das Torres, e dali ao sítio indicado em 1826, quando passou o Marquês de Barbacena eu comuniquei estas coisas, ele conveiu pela inspeção da vista do lugar ser suscetível de semelhante empresa, pela inclinação do terreno por onde se deve trazer o rio Mampituba todo banhado pantanoso, e com vestígios de comunicação com aquela Lagoa da povoação, que depois serviria de ancoradouro das embarcações que entrasse [SIC], falando ou tratando aqui da pretendida Barra das Torres [fl.2v.] vem apelo [SIC] a tratar também da ilha dos lobos, situada 3 milhas, mais ou menos, em frente da 1ª Torre, que bem podia servir para abrigo das embarcações que não

pudessem entrar. No tempo da guerra com Buenos Aires muitos piratas, supponho eu, por ali se vinha [SIC] abrigar, e nos incomodavam pondo-me em alarme com a guarnição, porém eles apareciam ao sol posto, não amanheciam alguns deve ser muito baixa entretanto é um ponto marcado na Costa.

É inegável a importância de uma Barra para o Distrito das Torres, não só para os moradores como para a Colônia ali estabelecida, que não pode trazer ao mercado da Capital seus efeitos, e nessa dar impulso à sua lavoura pela falta de navegação ou transporte, o que desarruina consideravelmente aos moradores tanto Brasileiros como Alemães, e pelo contrário, se houvesse um porto, que vantagens não atrairia para as Torres.

[fl.1r.]

Distrito das Torres

O Distrito das Torres, por sua posição ou natureza, acha-se assinaladamente demarcado, dividindo pelo Norte com a Província de Santa Catarina, e se vale de divisa o Rio Mampituba, limite desta Província; pelo Sul divide-se com o Distrito do Arroio, e é sua divisa natural o Rio Tramandaf; pelo Leste divide-se com o Oceano; e pelo Oeste limita com o Distrito ou Freguesia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, e se valha de divisa a mesma Serra Geral, gorando pois este Distrito de uma posição tal como se mostra, claro está que ele deve reunir em si todas propriedades e vantagens dos mais Distritos com que confina.

Tendo estes rios que servem de limite ao Distrito das Torres suas vertentes ou cabeceiras na Serra Geral, e desaguardo todos no mar, não só este pela água, como todos os rios e lagoas que tem o Distrito abundam tanto de peixe que faz certamente o principal alimento dos moradores Torrenses, que o confirmam por meio das – salgas e secas – não faltando do inesgotável recurso do mexilhão, ou marisco, cujo infinito Depósito acha-se apinhado nas pedras das Torres da parte do mar.

É quase todo o terreno do Distrito uma campina, somente com 2 ou 3 léguas de largura do mar à terra, e por isso a denominação – Campo do Meio – nele se encontram algumas florestas, ou capões de matos, seus faxi- [fl.1v.] nais, arroios banhados e alguns comoros de areia.

É pela fralda, ou abas da Serra, o Distrito guardado por uma cadeia de lagoas que se comunicam por sangradouros até o Distrito do Arroio. Às margens destas lagoas e fraldas da Serra acham-se povoadas de estabelecimentos rurais, ali é que os Torrenses têm as suas fábricas de cana, ou mandioca, bem como nas margens do Mampituba que se acha bem povoado principalmente – o Passo dos Paulistas – na estrada que das Torres vai para a serra, por onde se evadiram B.[Bento] G.[Gonçalves] com seus Republicanos.

Os estabelecimentos beira-rios, ou lagoas, são os melhores pela vantagem da navegação, ainda que não seja efetiva ao menos quando há bastante água os mo-

radores da costa da lagoa tiram por ela a reboque suas pipas e efeitos até o Distrito vizinho, ou pegam as carretas no sítio denominado – Pinguela – ou para levá-las diretamente à Capital ou a outro porto do Capivari, conforme convem aos donos. Os socorros de peixe da água doce e salgada, unindo às produções de gêneros da 1ª necessidade que superabundam no Distrito, favorecido pela natureza, permite afirmar-se que na Província não há certamente um lugar como as Torres para a pobreza viver. Ali a banana que faz muita parte do alimento dos escravos e crianças é efetiva todo o ano; as batatas chamadas inglesas, este pão dos Colonos, abunda por toda [fl.2r.] parte, dando duas colheitas no ano; os Colonos, na falta de milho, dão as batatas às suas aves e criações, bem como os nossos Brasileiros quando lhes falta o milho recorrem à farinha de mandioca, que dão aos seus cavalos e porcos ...

É fecundíssimo o Distrito das Torres, nele se não conhece – seca – que ocasione a perda das sementeiras ou colheitas dos moradores, pelo contrário, o mar e a serra conservam e entretem no lugar a umidade criadora, e por isso os lavradores todos os anos têm duas colheitas de feijão e milho, e a denominam a de cedo e outra a de tarde, conforme o tempo em que lançam as sementes na terra, a mandioca também há em muita abundância, de modo que a farinha se chega a vender por baixo preço. As terras do Distrito são incomparavelmente boas para a agricultura. As abas da serra são pela maior parte barro e pedra excelente para as canas, as baixas são arenosas, próprias para mandiocas, as beira-rios fecundadas pelas inundações tendo produção.

Há muita terra apaulada [SIC] própria para a plantação do arroz, era neste ramo de agricultura que eu desejava ver os habitantes empenhados, principalmente a praga tão gomosa/. Sem dúvida os lavradores protegidos com o favor do terreno haviam de progredir certamente; meia dúzia de máquinas de socar e limpar bastaria para dar vantagem aos especuladores. Porque é sem dúvida o arroz o alimento universal, bastante sadio, de pouco preço, contudo ele aparece na mesa do pobre, do rico, nos hospitais e palácios, pelo que é o seu consumo extraordinário e por isso [fl.2v.] o considero digno dos cuidados dos habitantes se encarregarem de sua plantação, e talvez acontecesse nas Torres haver lugares como no Maranhão que dizem é só plantando uma vez e suas colheitas não tem fim; deste modo teriam os lavradores mais um ramo de exportação, e um meio de enriquecer-se.

Os moradores preferem para a plantação da cana e café.

Os espigões das terras altas /de barro/ voltadas para o nascente é porque dizem eles que o sol que desfaz a neve que é muito prejudicial à cana e café, e já se planta somente no Distrito, especialmente – os colonos – Era de minha recomendação particular o café – algodão – e o fumo, o trigo também plantam mais nem todos tem semente a podem comprar.

É riquíssimo o Distrito de madeiras de construção e por isso conservam com os de Palmares e Mostardas um comércio muito efetivo, mesmo muitos moradores

de Mostardas têm estabelecimentos no Distrito, porque em Mostardas só tem fazendas de criar e campo, e nele só plantam trigo e centeio; assim os gêneros das Torres tem só uma extração, ou consumo ali, bem como os de Mostardas são mais apetecidos nas Torres, e por isso entretem uma penetração de gêneros, de modo seguinte: os mostardenses trazem de seu Distrito cavalos, bois, vacas e com estes gêneros compram carretas, tábua de ripas, e quanto necessitam para edificar suas casas; também trazem em carretas charque, graxa, trigo, centeio, peles de carneiro, couros para curtir e alguns tecidos de lã, mas em troca nas suas carretas levam o milho, feijão e farinha. Os serranos também fazem grande tráfico com as Torres, porém hoje podemos dizer que só fazem com os colonos, porque estão colocados mais próximo, tem estrada nas 3 Forquilhas.

Quando fui para as torres, em 1819, estava o Distrito muito mal povoado porque todos temiam entranhar-se pelo sertão, por motivo das incursões do gentio, e na verdade eles tinham feitos seus estragos e mortes, saindo em vários pontos do Distrito

[documento anexo]

[fl.1r.]

Ilmo Exmº Sr. Visconde de São Leopoldo.

Beijo as mãos de V.Exa. pelas afetuosas expressões com que se digna tratar-me. Eu jamais esquecerei os favores que V.Exa., na Presidência liberalizou comigo e com as Torres, é por isso que eu /como Deus me ajudasse/ tencionava apresentar a V.Exa. um esboço histórico daquele ponto importante, tratando-se passadamente do Distrito e da Colônia, ainda bem que conservo comigo os materias que iam de ser o Arquivo Torrense... Era uma homenagem de minha gratidão para com respeitável Protetor, e que deu importancia e nome ao Presídio das Torres.

Agradeço infinitamente a remessa do Mapa no qual escapou ao falecido José Pedro [Cesar?], o rio das 3 forquilhas que vem da serra desaguar na lagoa junto de Vitorino Nunes, por cujo sangrador se entra a cavalo para a Colônia Protestante, cujas excelentes terras confirmam o officio do ex-Regente Araújo Lima [Pedro de], que envio a V.Exa. bem com a estatística da Igreja das Torres, feita pelo nosso Serrano em 1826, depois passou a Freguesia com Côngrua pela Lei da A.P.

Fique V.Exa. convencido que ambiciono a glória de V.Exa. para que um raio dela reflète [SIC] sobre nós.

Desculpe V.Exa. a confusão de idéias de quem se apressa ser com a maior consideração de V.Exa. o mais obrigado Patrício e criado.

[a] Francisco de Paula Soares

P.[Porto] A.[Alegre] 3 de outubro de 1844

[fl.2r.]

Ilm^o e Exm^o Sr. Visconde de São Leopoldo.

G ° D ° [Guarde Deus?]

Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro

S.[São] P.[Paulo]

[fl.2v. – com a letra do Visconde de São Leopoldo]

Informações que vou conseguindo.

A Colônia Protestante das Três Forquilhas acha-se hoje mais aumentada que a de São Pedro de Alcântara ou das Torres. Acha-se assentada em uma várzea cortada pelo rio assim chamado rio, porque confluem nele dois outros, as colônias estão situadas de lado a lado. A população montará a 100 famílias.

Da Colônia das Três Forquilhas a sair aos campos de cima da serra, mata cerrada com uma só picada, distam-se cinco léguas da Colônia das 3 Forquilhas ao porto de embarque, na Lagoa de Vitorino Nunes, terá légua e meia.

Era um artigo principal de cultura para cima da serra, a plantação de canas, de que faziam aguardente, o açúcar, mas esta tem decaído, presentemente é a farinha de mandioca.

[fl.1r.] [Documento dilacerado em seu princípio e fim]

[Letra do Visconde de São Leopoldo]

[...]tivas a Colônia de São Pedro de Alcântara – Distrito das Torres.

[...]lônia de São Pedro de [...] unida em um todo, nas [...] o com as [...] que se lhes [...] para [...] nas margens [...] Três Forquilhas – na serra, que se dirigindo-se à Sua Majestade Imperial de agradecimento, mereceram a resposta seguinte:

“ Sendo presente à Sua Majestade o Imperador o seu officio, na data de 31 de dezembro do ano passado, acompanhando uma Representação dos Colonos Protestantes estabelecidos na Colônia de São Pedro de Alcântara, Distrito das Torres, em que manifestam a sua satisfação pela feliz escolha das terras, que lhes foram dadas, o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Acolher benignamente aquela demonstração do seu agradecimento e participar-lhes que nesta data se ordena ao Presidente da Província para que faça estabelecer na dita Colônia alguns Colonos Artistas, de que ali se precisa para exercerem os seus officios a bem daquele estabelecimento.

Deus Guarde a Vossa Mercê. Palácio do Rio de Janeiro em 28 de março de 1828.

[a] Pedro de Araújo Lima

Sr. Francisco de Paula Soares

[Neste mesmo documento consta:]

Épocas da Fundação e aumento da Igreja das Torres

No ano de 1815, passando por ali de Visita o Bispo Diocesano Dom José Caetano [da Silva Coutinho], à requerimento dos poucos moradores, deu faculdade para ali se levantar uma Capela.

No ano de 1818, por Despacho de 9 de setembro concedeu o Marquês de Alegrete cento e cinquenta braças em quadro para levantar a povoação e Igreja, que se principiou e parou por causa da pobreza e desunião dos moradores até o ano de 1820, em que o Conde da Figueira, por desconfianças de guerra, a mandou fortificar pelo Sargento-mor Francisco de Paula Soares, o qual principiou a realizar a fundação da povoação e Igreja, mas com a ausência deste, tornou a parar. Recebeu um verdadeiro impulso que levou a seu complemento em o ano de 1824, em que o Visconde de São Leopoldo, o primeiro Presidente Constitucional da Província, passando por ali e observando as vantagens do sítio encarregou o préstimo e atividade do dito Tenente Coronel Paula Soares as obras da Povoação e da Igreja, que se concluiu em fevereiro de 1825, fortificando-o em forma de Presídio Militar, por recomendações da Corte, pelo receio da guerra com Portugal, por ocasião da Independência do Brasil, abrindo-se estrada para cima da serra.

Foi elevada à Capela Curada por Provisão do Vigário Geral Antônio Vieira da Soledade, datada de 15 de março de 1825, pertencente à Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, comarca Eclesiástica de Santo Antonio da Patrulha: seus limites ao Sul eram, ao Sul [SIC] o Sangradouro de Vitorino Nunes, e ao Norte o Rio Mampituba, que também divide a Província com a outra [...] [de Santa Catarina].

FUNDO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO - ÍNDICE DE ASSUNTOS

[Os números, que se seguem aos assuntos, correspondem aos dos documentos]

A

Ações, 368
Agente Consular Norte-Americano, 130
Aguiar, Albino Gomes Guerra de, 266
Alagoas, 331
Albino, 246
Aldeia dos Anjos, 41, 182
Alencastro, Maria Manoela d', 287
Alfândega, 30, 44, 64, 99, 126, 100, 115, 117, 129, 215, 273, 342
Almeida, José Pereira de, 347
Almeida, Miguel Calmon du Pin e, 272, 277, 283
Almeida, Pedro José de, 255
Alunos da Aula de Filosofia Moral e Racional, 180
Alvará, 153, 199
Alvarás Régios, 122, 131
América Meridional (Limites), 4
American Philosophical Society, 203
Anais da Província de São Pedro, 284, 289, 378
Andrada, Antônio Carlos Ribeiro de, 61, 62, 344
Anglas, Boissy D', 25
Angola, 30
Anistia, 303
Apontamentos Sobre a História da Província de São Paulo, 269

Aposentadoria, 311, 316
Arcebispo da Bahia, 19
Arco do Cego, 32
Armamentos, 189
Armazéns nacionais, 189
Arquivo do Visconde, 395
Assembléia Constituinte, 157
Assembléia Geral Constituinte, 144, 156
Assembléia Legislativa, 267
Auchmuty, S., 45
Auditor dos Regimentos da Capitania, 37
Auditor Geral das Tropas da Capitania, 78
Autos de investigação, 215

B

B., Paulo José de Melo Andrade e, 333
Bagé, 94, 98, 123
Bahia, 54, 209, 218
Balém, J. M., 396
Bandeira, Domingos Pires Monteiro, 63
Barão de Laguna, 172
Bárbara, João de Santa, 180
Barbosa, Francisco Villela, 179
Barbosa, Januário da Cunha, 291
Barbosa, João de Azevedo, 383
Barcelos, Boaventura Rodrigues, 87, 89, 106, 123
Baronesa de Sorocaba, 224, 384
Barra do Arroio de São Francisco, 69

Barradas, Ildefonso Homero Gonçalves, 401
 Barros, Lucas Antônio Monteiro de, 186
 Batismos, 270, 354
 Bender, J. H., 365
 Betancourt, Tomás Antônio, 175
 Bezerra, João Paulo, 111
 Bispo Capelão Mór, 202
 Boletim da "Typografia do Governo", 207
 Braga, 28
 Braga, Antônio J. Gomes..., 348
 Braga, Antônio Rodrigues Fernandes, 267
 Braga, João Francisco Vieira, 242, 295, 349, 351, 352
 Bragança, Luís Corrêa Teixeira de, 56, 161
 Braço de Armas, 208
 Brum, Manuel de Macedo, 230
 Brusque, Francisco, 132
 Buenos Aires, 212
 Burgain, Luiz Antônio, 387
 Burocracia, 210

C

Cabral, José Marcelino da Rocha, 250, 253
 Caçapava, 194
 Caldeira, João da Silveira, 214
 Câmara Eclesiástica, 270
 Câmara Municipal de Porto Alegre, 39, 152, 158, 159, 173, 255, 356, 388
 Campinas (São Paulo), 306
 Campo de São José, 135
 Capitão-General, 113
 Cartas Políticas, 14
 Carvalho, Aloísio de, 402
 Carvalho, Francisco Freire de, 245
 Carvalho, Guiomar Joaquina de, 197
 Carvalho, João Vieira de, 118, 160
 Casamentos, 270, 354
 Castela, 33
 Castro, 307
 Castro, Antônio Martins de, 346
 Castro, Francisco Pedro de Miranda e, 255
 Castro, João Capistrano de Miranda e, 326, 328
 Castro, Luiz de Freitas e, 329
 Ceslans, Antonius de Almeida Pacheco, 386
 Chácara, 263
 Cia. Estrada de Ferro de Porto Alegre a

Novo Hamburgo, 368
 Cidade Jr, Antônio D'Azambuja, 335
 Cidade, Antônio Azambuja, 246
 Cipriano da Silva Proost, 298, 337
 Cisplatina, 164, 207
 Coimbra, José Vitorino, 332
 Colonização, 200
 Comarca de Paranaguá e Curitiba, 376
 Comerciantes (Rio de Janeiro), 249
 Comerciantes (Rio Grande), 71
 Companhia de Mineração, 385
 Concessão do Título de Visconde de São Leopoldo, 208
 Conde da Figueira, 128
 Conde de Aguiar, 65, 76
 Conde de Lages, 216
 Conde de Rezende, 24
 Conde do Rio Pardo, 93, 178
 Conselheiro de Estado, 311
 Conselheiro do Império, 388
 Conselho da Fazenda, 66, 164
 Conselho de Estado, 183, 221, 222
 Conselho de Guerra do Príncipe Regente, 375
 Conselho Geral da Província, 185, 195
 Constituição de Portugal, 143, 154
 Contas, 236
 Contrato de Construção, 346
 Convenção Nacional, 25
 Coruja Filho, 396
 Costa, João Severiano Maciel da, 168
 Costa, Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da, 140
 Costa, Manuel Rodrigues da, 157
 Couros, 379
 Coutinho, Rodrigo de Sousa, 38, 50, 55
 Cruz Alta, 363
 Cunha, Antônio José de Azevedo, 231
 Cunha, Valério Sátiro da, 116
 Curitiba (Comarca de), 376
 Czerniewitz, Louis, 294

D

Da Vida e Feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, 301
 Declaração de princípios do povo francês, 25
 Decreto Real, 121

Descrição Topográfica da Comarca, 376
Desembargador Juiz da Alfândega, 80
Despertador (O), 280
Despesas Autorizadas, 236
Desterro, 43
Direitos dos Gados de Corte, 164
Diretor Geral dos Índios, 350
Dívida Passiva (Mapa), 18
Dívidas do Governo Farrapo, 336
Dízimos, 388
Domingues, Antônio José, 391

E

Elegia, 386
Eleição, 357
Encruzilhada, 194, 353
Ereção da Nova Vila, 8
Escravos, 79
Escritura de Permuta, 361
Escrivão da Intendência de Marinha, 37
Escrivão da Mesa Grande, 110
Espanha, 59
Espantoso (Bagé), 98
Estância Santa Cruz, 57
Estatística do Rendimento do Subsídio Literário, 84
Estatísticas de Importação e Exportação (Capitania do Rio Grande), 42

F

Fagundes, Joaquim Rodrigues, 308
Fagundes, José Francisco Muniz, 74
Fazenda do Patrimônio, 345
Fazenda Provincial, 265
Fazenda Real do Rio de Janeiro, 18
Feitor da Balança, 68
Feitoria do Linho Cânhamo, 177, 182
Fernando VII, 59
Ferreira, Antônio Cândido, 170
Ferreira, Francisco Xavier, 155
Ferreira, Silvestre Pinheiro, 274
Ferrovia, 368
Fialho, Joaquim Severo, 88, 96
Flores, Tomás Francisco, 206, 220, 227, 228, 229, 240, 248
Fonseca, João Felipe da, 32
Fontoura, Bibiano J. Carneiro da, 133

Fontoura, Manuel C. da Silva e, 171
França, 260
França, Clemente Ferreira, 167
França, Manuel José de Souza, 237
Franceses, 33
Franco, Bernardo de Souza, 331
Freire, Vicente Ferrer da Silva, 112, 201
Freitas, Antônio Mascarenhas Teles de, 368
Freitas, Leopoldo de, 397, 398

G

Gados de Corte (Direitos Sobre os), 164
Galvão, Manuel Antônio, 243
Gama, 219
Gama, Antônio Pinto Chichorro da, 256
Gama, Paulo José da Silva, 49
Gazeta do Rio de Janeiro, 142
Gertrudes, Luís Gonzaga de Sta., 162
Governador da Capitania (Rio Grande), 71
Governo de Portugal, 14
Guimarães & Cia, Agostinho de Freitas, 338, 341
Guimarães, José Antônio de Oliveira, 79, 105

I

Ilha de Santa Catarina, 381
Imperador e Seus Conselhos, 166
Imperador Pedro II, 373
Imperador, 284
Indenização pela Perda do Ofício de Juiz da Alfândega, 342
Infante Almirante General, 60
Inglaterra, 29
Inspetor da Alfândega, 273
Institut Historique de France, 340
Instituto Histórico de São Paulo, 398
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 339
Instrução Pública, 196
Invasão do Rio Grande do Sul, 41
Isenção de Direitos, 79

J

Jardim, Ricardo Gomes, 314
Jobim, José Martins da Cruz, 343

Jornal do Comércio, 312
 José (Frei), 285
 Juiz da Alfândega, 100, 115, 129, 215, 342
 Juiz de Paz, 255, 262
 Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda, 219
 Juiz e Ouvidor da Alfândega, 44, 117
 Juiz Vintenário, 182
 Junta da Fazenda Nacional, 164
 Junta da Real Fazenda, 2, 44, 46, 147
 Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, 73, 148, 149
 Junta Governativa Provisória, 134, 138, 139
 Junta Suprema de Governo (Espanha), 59

L

Lacerda, Joaquim Mariano Galvão de Moura, 103, 135
 Lacre Imperial, 392
 Lages, 9
 Laguna, 11
 Leão, Bento Lopes de, 193
 Leiria, J. O. Nogueira, 400
 Lemos, João Carlos Corrêa, 17, 18
 Lemos, José Antônio de, 182
 Lima, Ana Joaquina de, 358
 Lima, Francisco José de, 116
 Lima, João da Costa, 77, 92, 101, 109, 119, 127, 137
 Lima, João de Oliveira, 188
 Lima, José Tomás de, 177
 Limites da América Meridional, 4
 Lisboa, 26, 29, 31, 38, 154, 179, 281, 309, 318
 Livre Nomeação de Serventuários, 199
 Livros e Instrumentos Encomendados à Inglaterra, 29
 Londres, 48
 Loteria (Plano, para Benefício da Cidade do Rio de Janeiro), 34
 Loureiro, Henrique da Silva, 213
 Luzitano, Dionísio José, 262

M

Machado, Antônio Bernardes, 163
 Maciel, Salvador José, 225

Mal Gálico (Sífilis), 377
 Maldonado (Uruguai), 72
 Mapa da Dívida Passiva, 18
 Mapa Geral da Receita e Despesa, 17
 Marquês de Aguiar, 83
 Marquês de Alegrete, 85, 99, 108, 124
 Marquês de Inhambupe, 226
 Marquês de Pombal, 14
 Marquesa de Alegrete, 309
 Masera, José Gaspar, 369
 Mateus (Bispo), 36
 May, Luis Augusto, 234
 Melo, João Manuel de Oliveira, 363
 Melo, Luiz José de Carvalho e, 169
 Memória Histórica e Militar (1808-1818) de J. B. de Carvalho, 118
 Memória sobre as Aldeias de Índios da Província de S. Paulo, 184
 Memória sobre Cima da Serra, Vacaria e Registro de Santa Vitória, 171
 Memórias, 313
 Mineração (Companhia), 385
 Ministro da Fazenda, 111
 Ministro da Justiça, 237
 Ministro Plenipotenciário na Corte de Roma, 83
 Miranda (Monsenhor), 181
 Monólogo de Ines de Castro, 387
 Montevideu, 45, 172, 174, 319
 Moreira, José Pedro de Carvalho, 355
 Moreira, Manuel, 102, 120
 Mota, João José da, 115
 Municípios, 189
 Museu Imperial e Nacional, 214
 Muzzi, Júlio César, 176

N

Narrativa da Passagem do Pacífico ao Atlântico Através dos Andes, nas Províncias do Norte do Peru, e Descendo pelo Rio Amazonas até o Pará, 374
 Natalício de S.A.R. Dom Antônio, 24
 Nery, 360
 Neves, José Joaquim de Andrade, 350
 Niemeyer, Conrado Jacob de, 315
 Nobreza Hereditária, 389

O

Óbitos, 354
Oficiais, 236
Olaria no Caminho do Meio (Projeto e Contas), 364
Oliveira, Francisco Mariano de, 251, 252, 254
Oliveira, Pedro Fagundes de, 95
Oliveira, Saturnino de Souza e, 293, 303
Ordem de Pedro Primeiro, 198
Ouvidor Geral do Crime, 47, 58

P

Paiva & Filhos, Antônio Soares de, 151
Pantoja, Gustavo Adolfo de Aguiar, 268
Papel Selado, 38
Paraná, 6
Paranaguá, 8, 376
Parati, 202
Paris, 25, 300, 302, 305, 310, 325, 340
Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, 357
Passaporte, 287
Pavão, 367
Paz (entre Castela e França), 33
Peçanha, José Maria de Sales Gameiro de Mendonça, 197
Peixoto, Joaquim Teixeira, 376
Pelotas, 232
Pensão, 344
Perda do Ofício, 342
Pereira, José Clemente, 217, 223
Pessoa, José, 399
Philadelphia, 203
Pimentel, Bernardo José Guedes, 41
Pinheiro Filho, José Feliciano Fernandes, 349, 361
Pinheiro, Joaquim Fernandes, 370, 371, 372
Pinheiro, José Feliciano Fernandes (Visconde de São Leopoldo), 27, 28, 37, 78, 124, 151, 154, 190, 208, 255, 263, 270, 387, 393, 396
Pinheiro, Manuel José, 303
Poemas, 390
Pontes, Rodrigo de Souza da Silva, 286

População das freguesias (Arcebispado da Bahia), 19
Porto Alegre, 37, 39, 40, 44, 46, 49, 52, 55, 63, 67, 70, 74, 75, 78, 79, 80, 100, 108, 110, 113, 115, 117, 118, 124, 126, 128, 134, 136, 138, 139, 140, 145, 147, 150, 151, 152, 155, 158, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 175, 176, 243, 246, 247, 248, 251, 255, 259, 263, 264, 267, 270, 275, 276, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 351, 352, 355, 357, 358, 361, 362, 365, 366, 368, 369, 372, 388, 396, 400, 401
Porto Alegre, Manuel de Araujo, 258, 271, 323
Porto, João Baptista Alves, 190
Portugal, 32
Posturas Municipais (Porto Alegre), 255
Povoação de São Leopoldo, 190
Prates, Feliciano José Rodrigues, 353
Prates, Paulo Joaquim de Sousa, 88, 94
Presidente, 366
Princesa Imperial, 359
Príncipe da Beira, 24
Príncipe Dom Pedro, 153
Príncipe Regente D. João, 104
Príncipe Regente de Portugal, 48
Príncipe Regente, 73, 80, 148
Prisões de potência, 31
Procurador da Coroa e Fazenda, 67
Provisões Reais, 31

Q

Quaraí, 103
Quinto dos couros, 164

R

Rangel, Francisco de Paula de Macedo, 307
Rasgado, Joaquim, 244
Receita e Despesa (Mapa da) Reformadores Contemporâneos, 380
Regente, 264

Registro de Obito, 394
 Registro Geral, 2
 Rei, 136, 143
 Reibaud, Louis, 380
 Relação dos Rendimentos Extraordinários, 16
 Rendas da Capitania de São Pedro, 52
 Rendon, José Arouche de Toledo, 184, 205, 233
 Repartição Especial das Terras Públicas, 362
 Repositório das Artes e Ciências, 379
 Ressurreição, Manuel da, 21
 Ressurreição, Mateus da, 26
 Revolução Farroupilha, 299, 336
 Rezende, Estevão Ribeiro de, 165
 Ribeiro, Duarte da Ponte, 319
 Ribeiro, José de Araujo, 274, 310
 Rio de Janeiro, 11, 17, 18, 20, 24, 34, 47, 50, 53, 56, 58, 60, 64, 65, 66, 73, 76, 77, 83, 90, 91, 101, 102, 109, 111, 112, 119, 120, 121, 122, 127, 137, 142, 143, 148, 149, 153, 156, 157, 159, 160, 163, 163A, 170, 178, 183, 184, 192, 193, 198, 199, 202, 204, 208, 234, 235, 236, 237, 238, 249, 252, 254, 256, 257, 266, 268, 272, 277, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 359, 370, 371, 373, 399, 402
 Rio de Santa Maria, 57
 Rio dos Sinos, 345
 Rio Grande, 42, 51, 68, 71, 81, 82, 86, 87, 107, 114, 115, 116, 129, 130, 141, 146, 189, 206, 220, 228, 229, 239, 241, 242, 244, 250, 253, 349, 360
 Rio Pardo, 133, 350
 Rivadávia, Bernardino, 212
 Rodrigues, Luis, 375
 Roma, 258
 Rosa, Domingos Francisco de A., 90
 Roteiros, 6, 9, 11

S

Sacramento, 222
 Saint-Hilaire, Auguste de, 146, 260, 288, 300
 Saldanha, João Carlos de, 145, 150, 151
 Sampaio, João Leme de, 96, 98
 Sandim, José Bartolomeu, 232
 Santa Casa, 326, 328, 329, 335
 Santa Catarina, 13, 43, 381
 Santa Maria, 96
 Santo Antônio da Patrulha, 188
 Santos (São Paulo), 10, 22, 61, 62, 278, 298, 337
 Santos, Antônio Pereira dos, 279
 Santos, Domingos dos, 82, 86, 107, 114, 129, 141, 239, 241
 Santos, Joaquim Antônio Maria dos, 330
 São Francisco do Sul, 10
 São Gabriel, 336
 São João del Rei, 245
 São José do Norte, 125
 São Leopoldo, 190, 200, 354
 São Lourenço, 105
 São Luís de Guaratuba, 8
 São Paulo de Luanda (Angola), 30
 São Paulo, 9, 21, 26, 27, 36, 162, 186, 205, 233, 285, 395, 397, 398
 São Sebastião (Bagé), 94
 São Vicente (Capitania de), 1
 Saque da Chácara do Visconde de São Leopoldo, 263
 Secretaria de Estado dos Negócios do Império, 12
 Secretaria de Negócios Estrangeiros, 236
 Secretaria do Governo do Rio Grande do Sul, 23
 Seguin, M., 379
 Sellow, 194
 Senado, 235, 249
 Sentinela da Monarquia (Jornal), 304
 Serventúrios, 199
 Servius, 359
 Sesmarias (século XVIII), 35
 Sevilla (Espanha), 59

Seweloh, A. A. F. de, 321
 Silva Jr, Antônio José Caetano da, 282
 Silva, André Alves da, 7
 Silva, Joaquim Caetano da, 297
 Silva, José Bonifácio de Andrada e, 163A
 Silva, Melitão José Alvares da, 54
 Silveira, Antônio da, 6
 Silveira, Luís Manuel da, 43
 Simplificações Burocráticas, 210
 Soares, Francisco de Paula, 187, 324
 Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 334
 Sociedades Secretas, 122
 Solar da rua Formosa, 287
 Solar, 399
 Sousa Filho, Manuel Marques de, 51
 Sousa, Antônio José de, 91
 Sousa, Diogo de, 53, 69, 70, 72, 93, 104
 Sousa, Francisco de Azevedo, 125
 Sousa, Luís de Vasconcelos e, 20
 Sousa, Manuel Marques de, 81, 174
 Souza, Cândido Xavier de Almeida e, 306
 Subsídio Literário, 84

T

Tabaco da Virgínia, 73, 382
 Taunay, Félix Emílio, 292, 296
 Teixeira, João Inácio, 126
 Tesouraria Geral do Rio de Janeiro, 17
 Tesouraria Geral, 16
 Tesoureiro dos Ausentes, 7
 Títulos de Crédito, 116
 Títulos do Estado do Brasil, 5
 Tomada da Ilha em 1777, 13
 Tomada do Recife, 387
 Torres Jr. (ou Filho), Boaventura da Costa, 261, 276
 Torres, 187, 262, 324

Tratado de Amizade, Navegação e Comércio com a Inglaterra, 211
 Tratado de El Pardo, 15
 Tratado de Madrid, 3
 Triunfo, 356

U

Uruguai, 72, 164

V

Vale, Antônio Freitas do, 7
 Varnhagen, Francisco Adolfo, 281, 317, 318
 Veloso, José Mariano da Conceição, 29
 Viamão, 261
 Viana, Fernando Antônio, 75
 Vice-Rei e Capitão Geral da Índia, 104
 Visconde d'Alcântara, 238
 Visconde de Baependi, 322
 Visconde de Barbacena, 192
 Visconde de Goiana, 257
 Visconde de Inhambupe, 204
 Visconde de Lages, 259
 Visconde de Pelotas, 361
 Visconde de Santarém, 302, 305, 325
 Visconde de São Leopoldo, Vide: Pinheiro, José Feliciano Fernandes
 Viscondessa de São Leopoldo, 247, 275, 351, 352, 373, 403

W

Walker, J. O. (Agente Consular Norte-Americano), 130

Z

Zimblão, José Joaquim Martins, 68, 97

FUNDO ARQUIVO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO – IHGRGS

Maço nº 1

Documentos do século XVIII ou a ele relativos

- 0001 – Memorial sobre questão judicial relativa à Capitania de S. Vicente.
- 0002 – Compilação de notícias extraídas dos livros 1º, 2º, 3º de Registro Geral, do Arquivo da Secretaria da Junta da Real Fazenda da Capitania do Rio Grande.
- 0003 – 1750 – Cópia do texto do Tratado de Madrid.
- 0004 – Notícias sobre a divisão dos limites da América Meridional até o 1º de abril de 1754.
- 0005 – Notícia dos títulos do Estado do Brasil e de seus limites austrais e setentrionais, no temporal, até o ano de 1765.
- 0006 – 1770 – Roteiro do Capitão Antônio da Silveira pelo Paraná.
- 0007 – 1771 – Decisão proferida em agravo. Agravante: Dr. Antônio Freitas do Vale. Agravado: Tesoureiro dos Ausentes André Alves da Silva.
- 0008 – 1771 – Auto de ereção da nova vila de São Luís de Guaratuba, na comarca de Paranaguá.
- 0009 – 1775 – Roteiro de São Paulo a Lages.
- 0010 – Itinerário da vila de Santos até a Vila de São Francisco (do Sul).
- 0011 – Roteiro do Rio de Janeiro a Laguna.
- 0012 – 1776 – Cópia de correspondência existente na Secretaria de Estado dos Negócios do Império.
- 0013 – 1778 – Santa Catarina – Relato sobre a tomada da Ilha em 1777.
- 0014 – 1777 – Cartas políticas (chamadas Cartas Apologéticas) e interessantes. – Traduzidas do Inglês, sobre o governo de Portugal até a demissão e retiro do Marquês de Pombal.
- 0015 – 1778 – Cópia do texto do Tratado de El Pardo.
- 0016 – 1774/1780 – Relação dos rendimentos extraordinários que auxiliaram os cofres reais da Tesouraria Geral desta Capitania (?).
- 0017 – 1780 – João Carlos Corrêa Lemos – Mapa Geral da receita e despesa da Tesouraria Geral do Rio de Janeiro.
- 0018 – 1781 – João Carlos Corrêa Lemos – Rio de Janeiro – Mapa da dívida passiva da Fazenda Real do Rio de Janeiro.
- 0019 – 1785 – Arcebispado da Bahia – Mapa de população das freguesias.

- 0020 – 1781-88 – Rio de Janeiro – Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa (com respostas).
- 0021 – 1788 – São Paulo – Bispo Frei Manuel da Ressurreição (extremamente dilacerado).
- 0022 – 1789 – Santos-SP – Correspondência ativa: carta a um colega e amigo.
- 0023 – Cópia de documentos diversos existentes na Secretaria do Governo do Rio Grande do Sul (1776-1806).
- 0024 – Rio de Janeiro – Memória das festas que se fizeram pelo natalício de S.A.R. Dom Antônio, Príncipe da Beira, sob o governo do Conde de Rezende.
- 0025 – Paris – Discurso de Boissy d'Anglas na Convenção Nacional, em 20-1-1795, adotado como declaração de princípios do povo francês.
- 0026 – Lisboa – Dom Mateus da Ressurreição, Bispo de São Paulo.
- 0027 – 1797 – Bispado de São Paulo – Sentença de patrimônio de José Feliciano Fernandes Pinheiro.
- 0028 – 1797 – Arcebisado de Braga – Justificação “de genere” de José Feliciano Fernandes Pinheiro.
- 0029 – 1799 – Lisboa – Rol de livros e instrumentos encomendados à Inglaterra por Frei José Mariano da Conceição Veloso.
- 0030 – 1799 – São Paulo de Luanda (Angola) – Regulamentos e estatísticas da Alfândega.
- 0031 – 1770/1801 – Lisboa – Provisões reais sobre prisões de potência.
- 0032 – 1800 – Arco do Cego (Portugal) – Correspondência ativa: requerimento a João Felipe da Fonseca.
- 0033 – Motivos da necessidade que Castela teve de fazer a paz com os franceses – 1801 – Memória anônima.
- 0034 – Rio de Janeiro – Plano de loteria para benefício da cidade do Rio de Janeiro.
- 0035 – Decisões judiciais sobre sesmarias (século XVIII).

Maço nº 2 **Documentos dos anos de 1802 a 1820**

- 0036 – São Paulo – 1802 – Dom Mateus, Bispo.
- 0037 – Porto Alegre – Correspondência ativa: Requerimento de Fernandes Pinheiro como Auditor dos Regimentos da Capitania e certidão do Escrivão da Intendência de Marinha.
- 0038 – 1803 – Lisboa – Rodrigo de Sousa Coutinho, com o Regulamento do Papel Selado (cópia).
- 0039 – 1804 – Porto Alegre – Câmara da Vila de Porto Alegre (cópia de um memorial).
- 0040 – Porto Alegre – Justificação da representação oferecida em 15/12/1806.
- 0041 – 1806 – Aldeia dos Anjos – Bernardo José Guedes Pimentel (Memória sobre a invasão do Rio Grande do Sul em abril de 1763).
- 0042 – 1807 – Capitania do Rio Grande – Estatísticas de importação e exportação.
- 0043 – 1807 – Desterro – D. Luís Manuel da Silveira, Governador de Santa Catarina (com minuta de resposta do Visconde).
- 0044 – 1807 – Porto Alegre – Correspondência ativa: do Juiz e Ouvidor da Alfândega, presumivelmente, à Junta de Fazenda.
- 0045 – 1807 – Montevidéu – S. Auchmuty.
- 0046 – 1807 – Porto Alegre – Junta da Fazenda Real.
- 0047 – 1807 – Rio de Janeiro – Ouvidor Geral do Crime: Paulo...
- 0048 – 1807 – Londres – Reflexões sobre a conduta do Príncipe Regente de Portugal.
- 0049 – 1807 – Porto Alegre – Paulo José da Silva Gama.

- 0050 – 1808 – Rio de Janeiro – Rodrigo de Sousa Coutinho.
- 0051 – 1808 – Rio Grande – Manuel Marques de Sousa (Filho).
- 0052 – 1808 – Porto Alegre – Inventário geral das rendas da Capitania de São Pedro.
- 0053 – 1808 – Rio de Janeiro – D. Diogo de Sousa.
- 0054 – 1808 – Bahia – Melitão José Alvares da Silva (cópia).
- 0055 – 1808 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta ao Ministro Rodrigo de Sousa Coutinho.
- 0056 – 1808 – Rio de Janeiro – Luís Corrêa Teixeira de Bragança (com documento anexo).
- 0057 – 1808/1816 – Assentamento de contas da Estância Santa Cruz, no Rio de Santa Maria.
- 0058 – 1808 – Rio de Janeiro – Ouvidor Geral do Crime: Paulo...
- 0059 – 1808 – Sevilla, Espanha – Bando de Fernando VII e da Junta Suprema de Governo.
- 0060 – 1809 – Rio de Janeiro – Infante Almirante General.
- 0061 – 1809 – Santos-SP – Antônio Carlos Ribeiro (de Andrada).
- 0062 – 1810 – Santos-SP – Antônio Carlos (Ribeiro de Andrada).
- 0063 – 1810 – Porto Alegre – Domingos Pires Monteiro Bandeira.
- 0064 – 1807/1811 – Rio de Janeiro – Catálogo de ordens encontradas na Alfândega.
- 0065 – 1811 – Rio de Janeiro – Conde de Aguiar (com minuta de resposta).
- 0066 – 1811 – Rio de Janeiro – Conselho da Fazenda.
- 0067 – 1812 – Porto Alegre – Correspondência ativa: representação oferecida como Procurador da Coroa e Fazenda.
- 0068 – 1812 – Rio Grande – José Joaquim Martins Zimblão, Feitor da Balança.
- 0069 – 1812 – Barra do Arroio de São Francisco – Dom Diogo de Sousa.
- 0070 – 1812 – Porto Alegre – D. Diogo de Sousa.
- 0071 – s/data – Memorial de comerciantes endereçado ao Governador da Capitania (cópia) – Rio Grande.
- 0072 – 1812 – Maldonado (Uruguai) – D. Diogo de Sousa (com minuta de resposta).
- 0073 – 1812/13 – Rio de Janeiro – 1) Príncipe Regente, por sua Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (1812): remete sementes de tabaco da Virgínia; 2) Minuta de resposta sem data; 3) Príncipe Regente, por sua Real Junta (1813).
- 0074 – 1813 – Porto Alegre – Correspondência ativa: cópia de carta remetida a José Francisco Muniz Fagundes.
- 0075 – 1813 – Porto Alegre – Fernando Antônio Viana.
- 0076 – 1813 – Rio de Janeiro – Conde de Aguiar.
- 0077 – 1813 – Rio de Janeiro – João da Costa Lima.
- 0078 – 1813 – Porto Alegre – Discurso de José Feliciano Fernandes Pinheiro como Auditor Geral das Tropas da Capitania.
- 0079 – 1813 – Porto Alegre – Minuta de parecer sobre pedido de isenção de direitos para importação de escravos, apresentado por Antônio d'Oliveira Guimarães.
- 0080 – 1813 – Porto Alegre – Correspondência ativa: do Desembargador Juiz da Alfândega ao Príncipe Regente.
- 0081 – 1814 – Rio Grande – Manuel Marques de Sousa.
- 0082 – 1814 – Rio Grande – Domingos dos Santos.
- 0083 – 1815 – Rio de Janeiro – Do Marquês de Aguiar (cópia); ao Ministro Plenipotenciário na Corte de Roma.
- 0084 – 1815 – Estatística do rendimento do Subsídio Literário.
- 0085 – 1815 – Porto Alegre – Marquês de Alegrete (com 4 anexos).
- 0086 – 1815 – Rio Grande – Domingos dos Santos (com 1 anexo).

- 0087 – 1815 – Rio Grande – Boaventura Rodrigues Barcelos.
- 0088 – 1815 – Joaquim Severo Fialho (endereçada a Paulo Joaquim de Sousa Prates).
- 0089 – 1815 – Boaventura Rodrigues Barcelos.
- 0090 – 1815 – Rio de Janeiro – Domingos Francisco de A. Rosa.
- 0091 – 1815 – Rio de Janeiro – Antônio José de Sousa (recibos).
- 0092 – 1815 – Rio de Janeiro – João da Costa Lima.
- 0093 – 1815 – Rio de Janeiro – Conde do Rio Pardo (D. Diogo de Sousa).
- 0094 – 1815 – Bagé (São Sebastião) – Paulo Joaquim de Sousa Prates.
- 0095 – 1815 – Pedro Fagundes de Oliveira.
- 0096 – 1815 – Santa Maria (?) – Joaquim Severo Fialho (endereçada a João Lemes de Sampaio).
- 0097 – 1815 – Porto Alegre – Correspondência ativa: informação sobre requerimento do funcionário José Joaquim Martins Zimblão.
- 0098 – 1815 – Espantoso (Bagé) – João Leme de Sampaio.
- 0099 – 1815 – Correspondência ativa: Porto Alegre – Minuta de informação prestada ao Marquês de Alegrete sobre procedimentos da Alfândega.
- 0100 – 1816 – Porto Alegre – Correspondência ativa: portaria expedida como Juiz da Alfândega (minuta).
- 0101 – 1816 – Rio de Janeiro – João da Costa Lima.
- 0102 – 1816 – Rio de Janeiro – Manuel Moreira.
- 0103 – 1816 – Acampamento de Quarai – Joaquim Mariano Galvão de Moura.
- 0104 – 1816 – Príncipe Regente D. João – Carta Patente de Dom Diogo de Sousa como Vice-Rei e Capitão Geral da Índia (cópia).
- 0105 – 1816 – São Lourenço – José Antônio Oliveira Guimarães.
- 0106 – 1816 – Boaventura Rodrigues Barcelos.
- 0107 – 1816 – Rio Grande – Domingos dos Santos.
- 0108 – 1816 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de ofício ao governador Marquês de Alegrete.
- 0109 – 1817 – Rio de Janeiro – João da Costa Lima.
- 0110 – 1817 – Porto Alegre – Auto de avaliação dos rendimentos percebidos pelo Escrivão da Mesa Grande.
- 0111 – 1817 – Rio de Janeiro – João Paulo Bezerra, Ministro da Fazenda (cópia).
- 0112 – 1817 – Rio de Janeiro – Vicente Ferrer da Silva Freire.
- 0113 – 1817 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de ofício ao Capitão-General.
- 0114 – 1817 – Rio Grande – Domingos dos Santos.
- 0115 – 1817 – Porto Alegre – Correspondência ativa: informação do Juiz de Alfândega sobre requerimento do Escrivão João José da Mota (Rio Grande).
- 0116 – 1818 – Rio Grande – Títulos de crédito sacados por Valério Sátiro da Cunha contra Francisco José de Lima.
- 0117 – 1818 – Porto Alegre – Minutas de informações dadas em requerimentos, como Juiz e Ouvidor da Alfândega.
- 0118 – 1818 – Porto Alegre – Memória Histórica e Militar (1808-1818) pelo Ten. Cel. J. B. de C. (João Vieira de Carvalho).
- 0119 – 1818 – Rio de Janeiro – João da Costa Lima.
- 0120 – 1818 – Rio de Janeiro – Manuel Moreira.
- 0121 – 1818 – Rio de Janeiro – Decreto real de 6/2/1818 (impresso).
- 0122 – 1818 – Rio de Janeiro – Alvará régio contra as sociedades secretas (impresso).
- 0123 – 1818 – Bagé – Boaventura Rodrigues Barcelos (com minuta de resposta).

- 0124 – 1818 – Porto Alegre – Marquês de Alegrete (com minuta de resposta do Visconde de São Leopoldo).
- 0125 – 1818 – São José do Norte – Francisco de Azevedo Sousa (com minuta do destinatário sobre o mesmo assunto).
- 0126 – 1818 – Porto Alegre – João Inácio Teixeira, pelos assinantes da construção da Alfândega.
- 0127 – 1819 – Rio de Janeiro – João da Costa Lima.
- 0128 – 1819 – Porto Alegre – Conde da Figueira, Governador.
- 0129 – 1819 – Rio Grande – Domingos dos Santos, Escrivão (incluindo portaria do Juiz da Alfândega).
- 0130 – 1819 – Rio Grande – Agente Consular Norte-Americano J. O. Walker (com minuta de resposta).
- 0131 – 1802/1820 – Resumo de alvarás régios.
- 0132 – 1820 – Francisco Brusque.
- 0133 – 1820 – Rio Pardo – Bibiano J. Carneiro da Fontoura.
- 0134 – 1820 – Porto Alegre – Junta governativa (com minuta de resposta).
- 0135 – 1820 – Campo de São José – Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda.
- 0136 – 1820 – Porto Alegre – Minuta de ofício ao Rei.
- 0137 – 1820 – Rio de Janeiro – João da Costa Lima.

Maço nº 3

Documentos dos anos de 1821 a 1830

- 0138 – 1821 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de ofício à Junta Governativa Provisória.
- 0139 – 1821 – Junta Governativa Provisória – Porto Alegre.
- 0140 – 1821 – Porto Alegre – Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa (com minuta de resposta).
- 0141 – 1821 – Rio Grande – Domingos dos Santos.
- 0142 – 1821 – Rio de Janeiro – Gazeta do Rio de Janeiro (2 exemplares).
- 0143 – 1821 – Rio de Janeiro – Manifesto do Rei, mandando obedecer a Constituição de Portugal (impresso).
- 0144 – 1821 – Assembléia Geral Constituinte (impresso).
- 0145 – 1821 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de ofício ao Governador João Carlos Saldanha.
- 0146 – 1821 – Rio Grande – Auguste Saint-Hilaire.
- 0147 – 1821 – Porto Alegre – Junta da Real Fazenda.
- 0148 – 1821 – Rio de Janeiro – Príncipe Regente e a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.
- 0149 – 1821 – Rio de Janeiro – Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (edital de aviso aos navegantes).
- 0150 – 1821 – Porto Alegre – João Carlos de Saldanha (5 ofícios).
- 0151 – 1822 – Porto Alegre – Apontamentos de J. F. Fernandes Pinheiro sobre correspondência de Antônio Soares de Paiva & Filhos e João Carlos de Saldanha.
- 0152 – 1822 – Porto Alegre – Câmara de Vereadores.
- 0153 – 1822 – Rio de Janeiro – Príncipe Dom Pedro (Alvará).
- 0154 – 1822 – Lisboa – J. F. F. Pinheiro (razões de negativa de assinatura ao projeto de Constituição portuguesa).
- 0155 – 1823 – Porto Alegre – Francisco Xavier Ferreira (decreto).

- 0156 – 1823 – Rio de Janeiro – Assembléia Geral Constituinte (indicação).
- 0157 – 1823 – Rio de Janeiro – Manuel Rodrigues da Costa (indicação à Assembléia Constituinte).
- 0158 – 1823 – Porto Alegre – Câmara Municipal (4 expedientes).
- 0159 – 1823 – Rio de Janeiro – Correspondência ativa: minutas endereçadas à Câmara de Porto Alegre.
- 0160 – 1823 – Rio de Janeiro – João Vieira de Carvalho (cópias).
- 0161 – 1823 – Porto Alegre – Luís Corrêa Teixeira de Bragança (justificação pública, com documentação).
- 0162 – 1823 – São Paulo – Frei Luís Gonzaga de Sta. Gertrudes.
- 0163 – 1823 – Rio de Janeiro – Antônio Bernardes Machado (impresso).
- 0163A – 1823 – Rio de Janeiro – José Bonifácio de Andrada e Silva.
- 0164 – 1824 – Porto Alegre – Junta da Fazenda Nacional: Cópia de representação da Junta ao Conselho da Fazenda; Instruções dadas pela Junta sobre cobrança do quinto dos couros e direitos dos gados de corte que se transportarem para a Cisplatina e outro lado do Uruguai.
- 0165 – 1824 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minutas de ofícios ao ministro Estevão Ribeiro de Rezende.
- 0166 – 1824 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minutas de ofícios ao Imperador e seus conselhos.
- 0167 – 1824 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de ofício ao Ministro Clemente Ferreira França.
- 0168 – 1824 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minutas de ofícios ao ministro João Severiano Maciel da Costa.
- 0169 – 1824 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minutas de ofícios ao Ministro Luiz José de Carvalho e Melo.
- 0170 – 1824 – Rio de Janeiro – Antônio Cândido Ferreira (manifesto impresso).
- 0171 – 1824 – Porto Alegre – Cel. Manuel C. da Silva e Fontoura (Memória sobre Cima da Serra, Vacaria e Registro de Santa Vitória).
- 0172 – 1824 – Montevidéu – Barão de Laguna (dois ofícios).
- 0173 – 1824 – Porto Alegre – Câmara de Vereadores.
- 0174 – 1824 – Montevidéu – Manuel Marques de Souza.
- 0175 – 1824 – Porto Alegre – Tomás Antônio Betancourt.
- 0176 – 1824 – Porto Alegre – Dr. Júlio César Muzzi, Físico-Mór das Tropas.
- 0177 – 1824 – Porto Alegre – José Tomás de Lima, Inspetor da Feitoria do Linho Cânhamo.
- 0178 – 1824 – Rio de Janeiro – Conde do Rio Pardo.
- 0179 – 1822 – Lisboa – Correspondência ativa: minuta de carta a Francisco Villela Barbosa.
- 0180 – 1824 – Porto Alegre – Pe. João de Santa Bárbara (lista de alunos da aula de Filosofia Moral e Racional).
- 0181 – 1824 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta ao Monsenhor Miranda.
- 0182 – 1824 – Aldeia dos Anjos – José Antônio de Lemos (Juiz Vintenário) – Inventário da Feitoria do Linho Cânhamo.
- 0183 – 1824 – Rio de Janeiro – Aviso do Conselho de Estado.
- 0184 – 1824 – Rio de Janeiro – José Arouche de Toledo Rendon, “Memória sobre as aldeias de índios da Província de S. Paulo”, Rio, 1824, Imp. Nacional.
- 0185 – 1825 – Porto Alegre – Minuta de extrato das sessões do Conselho Geral da Província.

- 0186 – 1825 – São Paulo – Lucas Antônio Monteiro de Barros (cópia dilacerada).
- 0187 – 1825 – Torres – Francisco de Paula Soares (3 expedientes).
- 0188 – 1825 – Santo Antônio da Patrulha – Cap. João de Oliveira Lima (1 ofício e Memória dilacerada).
- 0189 – 1825 – Porto Alegre – Armazéns Nacionais: munições, armamentos e utensílios remetidos para Rio Grande.
- 0190 – 1825 – Porto Alegre – João Baptista Alves Porto (planta original da povoação de São Leopoldo, com observações posteriores do Visconde de São Leopoldo).
- 0191 – 1825 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de proclamação.
- 0192 – 1825 – Rio de Janeiro – Visconde de Barbacena.
- 0193 – 1825 – Rio de Janeiro – Bento Lopes de Leão.
- 0194 – 1825 – Porto Alegre – Fr. Sellow. Idem de Encruzilhada e de Caçapava.
- 0195 – 1825 – Porto Alegre – Correspondência ativa: Relatório na abertura do Conselho Geral da Província (minuta).
- 0196 – 1825 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta sobre instrução pública.
- 0197 – 1826 – Porto Alegre – Certidão de agravo interposto por Guiomar Joaquina de Carvalho, sendo agravado José Maria de Sales Gameiro de Mendonça Peçanha.
- 0198 – 1826 – Rio de Janeiro – Projeto de instruções sobre a Ordem de Pedro Primeiro.
- 0199 – 1826 – Rio de Janeiro – Correspondência ativa: Minuta (dilacerada) de requerimento postulando alvará para a livre nomeação de serventuários.
- 0200 – 1826 – Apontamentos relativos à Colonização de São Leopoldo.
- 0201 – 1826 – Porto Alegre – Vicente Ferrer da Silva Freire.
- 0202 – 1826 – Parati-RJ – Bispo Capelão Mór.
- 0203 – 1826 – Philadelphia – The American Philosophical Society.
- 0204 – 1826 – Rio de Janeiro – Visconde de Inhambupe.
- 0205 – 1826 – São Paulo – José Arouche de Toledo Rendon.
- 0206 – 1826 – Rio Grande – Tomás Francisco Flores.
- 0207 – 1827 – Prov. Cisplatina – Boletim da “Typografia do Governo”.
- 0208 – 1827 – Rio de Janeiro – Braço de armas e decreto de concessão do título de Visconde de São Leopoldo.
- 0209 – 1827 – Rio de Janeiro – Correspondência ativa: cópia de carta enviada à Bahia.
- 0210 – 1827 – Rio de Janeiro – Proposta de simplificações burocráticas (sem assinatura).
- 0211 – 1827 – Notas sobre o tratado de Amizade, Navegação e Comércio com a Inglaterra.
- 0212 – 1827 – Buenos Aires – Bernardino Rivadavia (cópia).
- 0213 – 1827 – Porto Alegre – Henrique da Silva Loureiro.
- 0214 – 1827 – Rio de Janeiro – João da Silveira Caldeira, Museu Imperial e Nacional (cópia).
- 0215 – 1827 – Porto Alegre – Autos de investigação sobre Henrique da Silva Loureiro no cargo de Juiz da Alfândega.
- 0216 – 1827 – Rio de Janeiro – Conde de Lages.
- 0217 – 1828 – Rio de Janeiro – José Clemente Pereira (cópia).
- 0218 – 1828 – Bahia – Trecho de carta sem signatário.
- 0219 – 1828 – Rio de Janeiro – Gama – cópia de despacho exarado sobre informação do Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda.
- 0220 – 1828 – Rio Grande – Tomás Francisco Flores.
- 0221 – 1828 – Rio de Janeiro – Conselho de Estado (atas de sessões).

- 0222 – 1828 – Rio de Janeiro – Minuta de intervenção no Conselho de Estado (no verso: lista da freguesia do Sacramento).
- 0223 – 1829 – Rio de Janeiro – José Clemente Pereira.
- 0224 – 1829 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta à Baronesa de Sorocaba.
- 0225 – 1829 – Porto Alegre – Salvador José Maciel.
- 0226 – 1829 – Rio de Janeiro – Marquês de Inhambupe (4 cartas).
- 0227 – 1829 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minutas de cartas a Tomás Francisco Flores.
- 0228 – 1829 – Rio Grande – Tomás Francisco Flores.
- 0229 – 1829 – Rio Grande – Tomás Francisco Flores.
- 0230 – 1830 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta a Manuel de Macedo Brum.
- 0231 – 1830 – Rio de Janeiro – Antônio José de Azevedo Cunha.
- 0232 – 1830 – Pelotas – José Bartolomeu Sandim.
- 0233 – 1830 – São Paulo – José Arouche de Toledo Rendon.

Maço nº 4 **Documentos de 1831 a 1847**

- 0234 – 1831 – Rio de Janeiro – Proposição do deputado Luis Augusto May (impresso avulso).
- 0235 – 1831 – Rio de Janeiro – Discurso no Senado (minuta).
- 0236 – 1831 – Rio de Janeiro – Oficiais da Secretaria de Negócios Estrangeiros: tomada de contas por despesas autorizadas em 1827.
- 0237 – 1831 – Rio de Janeiro – Manuel José de Souza França, Ministro da Justiça.
- 0238 – 1831 – Rio de Janeiro – Visconde d'Alcântara.
- 0239 – 1830/1831 – Rio Grande – Domingos dos Santos.
- 0240 – 1832 – Thomaz Francisco Flores.
- 0241 – 1832 – Rio Grande – Domingos dos Santos.
- 0242 – 1832 – Rio Grande – João Francisco Vieira Braga.
- 0243 – 1832 – Porto Alegre – Presidente Manuel Antônio Galvão.
- 0244 – 1832 – Rio Grande – Joaquim Rasgado.
- 0245 – 1832 – São João del Rei – Francisco Freire de Carvalho.
- 0246 – 1832 – Porto Alegre – Albino...; com resposta de Antônio Azambuja Cidade.
- 0247 – 1832 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta a ser escrita pela Viscondessa de São Leopoldo a uma prima e comadre.
- 0248 – 1832 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta a Tomaz Francisco Flores.
- 0249 – 1833 – Rio de Janeiro – Avulso do Senado, transcrevendo abaixo-assinado de comerciantes (impresso).
- 0250 – 1833 – Rio Grande – José Marcelino da Rocha Cabral.
- 0251 – 1834 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta a Francisco Mariano de Oliveira.
- 0252 – 1834 – Rio de Janeiro – Francisco Mariano de Oliveira.
- 0253 – 1834 – Rio Grande – José Marcelino da Rocha Cabral.
- 0254 – 1834 – Rio de Janeiro – Francisco Mariano de Oliveira.
- 0255 – 1834 – Porto Alegre – Mandado judicial contra o Visconde de São Leopoldo por infração de posturas municipais. Requerente: Francisco Pedro de Miranda e Cas-

tro, Procurador da Câmara Municipal; Juiz de Paz do 2º distrito: Pedro José de Almeida.

- 0256 – 1834 – Rio de Janeiro – Antônio Pinto Chichorro da Gama.
- 0257 – 1834 – Rio de Janeiro – Visconde de Goiana.
- 0258 – 1835 – Roma – Araujo Porto Alegre.
- 0259 – 1835 – Porto Alegre – Correspondência ativa: Minuta de carta ao Visconde de Lages.
- 0260 – 1836 – França – Auguste Saint-Hilaire.
- 0261 – 1836 – Viamão – Boaventura da Costa Torres Jr.
- 0262 – 1836 – Torres – Dionísio José Luzitano, Juiz de Paz.
- 0263 – 1836 – Porto Alegre – Relação de prejuízos causados pelo saque da chácara do Visconde de São Leopoldo.
- 0264 – 1836 – Porto Alegre – Minuta de mensagem ao Regente.
- 0265 – 1837 – Correspondência ativa: requerimentos à Fazenda Provincial.
- 0266 – 1837 – Rio de Janeiro – Albino Gomes Guerra de Aguiar (panfleto impresso).
- 0267 – 1836 – Porto Alegre – Impresso com a representação da Assembléia Legislativa contra o ex-presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga.
- 0268 – 1837 – Rio de Janeiro – Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja (cópia de aviso).
- 0269 – 1838 – Apontamentos sobre a História da Província de São Paulo (um impresso e manuscritos diversos).
- 0270 – 1838 – Porto Alegre – Câmara Eclesiástica: certidões de casamentos do Visconde de São Leopoldo e de batismo dos seus filhos.
- 0271 – 1838 – Araujo Porto Alegre.
- 0272 – 1838 – Rio de Janeiro – Correspondência ativa: carta ao Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida.
- 0273 – 1838 – Minuta de requerimento ao Ministério pleiteando a restituição do ofício de Inspetor da Alfândega.
- 0274 – 1838 – Correspondência ativa: minutas de cartas a Silvestre Pinheiro Ferreira e José de Araujo Ribeiro.
- 0275 – 1838 – Porto Alegre – Viscondessa de São Leopoldo (justificação judicial).
- 0276 – 1838 – Porto Alegre – Boaventura da Costa Torres Fº (requerimento de justificação).
- 0277 – 1838 – Rio de Janeiro – Correspondência ativa: minuta de carta ao Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida.
- 0278 – 1838 – Rio de Janeiro – Apontamentos e observações sobre viagem a Santos.
- 0279 – 1838 – Rio de Janeiro – Correspondência ativa: minuta de carta a Antônio Pereira dos Santos.
- 0280 – 1839 – Rio de Janeiro – Exemplar de “O Despertador” (9-2-1839).
- 0281 – 1839 – Lisboa – Francisco Adolfo Varnhagen.
- 0282 – 1839 – Rio de Janeiro – Antônio José Caetano da Silva Jr.
- 0283 – 1839 – Rio de Janeiro – Correspondência ativa: minuta de requerimento ou carta ao Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida.
- 0284 – 1839 – Rio de Janeiro – Correspondência ativa: minuta de carta ao Imperador oferecendo a 2ª edição dos “Anais”.
- 0285 – 1839 – São Paulo – Frei José.
- 0286 – 1840 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta ao Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes.
- 0287 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de contestação judicial à demanda de Maria Manoela d’Alencastro, relativa ao solar da Rua Formosa (aproveitando o verso de um passaporte de 1837).

- 0288 – 1840 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta a Saint-Hilaire.
- 0289 – 1840 – Porto Alegre – Anotações sobre a vendagem dos “Anais da Província de São Pedro”.
- 0290 – 1840 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta a escritor português.
- 0291 – 1840 – Porto Alegre – Minuta de carta ao Cônego Januário da Cunha Barbosa.
- 0292 – 1840 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta a Félix Emílio Taunay.
- 0293 – 1840 – Porto Alegre – Saturnino de Souza e Oliveira.
- 0294 – 1840 – Rio de Janeiro – Louis Czerniewitz.
- 0295 – 1840 – Rio de Janeiro – João Francisco Vieira Braga (7 cartas).
- 0296 – 1840 – Rio de Janeiro – Félix Emílio Taunay.
- 0297 – 1840 – Rio de Janeiro – Joaquim Caetano da Silva.
- 0298 – 1840 – Santos – Cipriano da Silva Proost.
- 0299 – 1840 – Porto Alegre – Apontamentos sobre a Revolução Farroupilha (manuscritos).
- 0300 – 1841 – Paris – Auguste de Saint-Hilaire.
- 0301 – 1841 – Rio de Janeiro – Exemplar da obra “Da Vida e feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartolomeu Lourenço de Gusmão” (com 3 notas anexas).
- 0302 – 1841 – Paris – Visconde de Santarém.
- 0303 – 1841 – Porto Alegre – Saturnino de Souza e Oliveira (carta de anistia em favor de Manuel José Pinheiro).
- 0304 – 1842 – Rio de Janeiro – Exemplar do jornal “Sentinela da Monarquia” (7-11-1842).
- 0305 – 1842 – Paris – Visconde de Santarém.
- 0306 – 1842 – Campinas-SP – Cândido Xavier de Almeida e Souza (com minuta de resposta do Visconde)
- 0307 – 1842 – Castro – Francisco de Paula de Macedo Rangel (c/ anexo).
- 0308 – 1842 – Porto Alegre – Joaquim Rodrigues Fagundes.
- 0309 – 1842 – Lisboa – Marquesa de Alegrete.
- 0310 – 1843 – Paris – José de Araujo Ribeiro.
- 0311 – 1843 – Correspondência ativa: minuta de requerimento pleiteando aposentadoria com proventos de conselheiro de estado.
- 0312 – 1843 – Rio de Janeiro – Exemplar de suplemento do Jornal do Comércio (19-7-1843).
- 0313 – 1843 – Apontamentos para a redação das memórias.
- 0314 – 1843 – Rio de Janeiro – Ricardo Gomes Jardim (com anexos).
- 0315 – 1843 – Rio de Janeiro – Conrado Jacob de Niemeyer.
- 0316 – 1843 – Rio de Janeiro – Correspondência ativa: requerimento das vantagens da aposentadoria.
- 0317 – 1843 – Rio de Janeiro – Francisco Adolfo Varnhagen.
- 0318 – 1843 – Lisboa – Francisco Adolfo Varnhagen.
- 0319 – 1843 – Montevideu – Embaixador Duarte da Ponte Ribeiro.
- 0320 – 1843 – Rio de Janeiro – Correspondência ativa: minuta de carta a um parente e amigo.
- 0321 – 1843 – Rio de Janeiro – A. A. F. de Seweloh.
- 0322 – 1843 – Rio de Janeiro – Visconde de Baependi.
- 0323 – 1844 – Rio de Janeiro – Manuel de Araujo Porto Alegre.
- 0324 – 1844 – Porto Alegre – Francisco de Paula Soares (com apontamentos sobre Torres).
- 0325 – 1844 – Paris – Visconde de Santarém.

- 0326 – 1844 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta ao Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, Escrivão interino da Mesa da Santa Casa.
- 0327 – 1844 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta ao Brigadeiro Francisco de Paula Soares.
- 0328 – 1844 – Porto Alegre – João Capistrano de Miranda e Castro, Escrivão interino da Santa Casa.
- 0329 – 1844 – Porto Alegre – Luiz de Freitas e Castro, servindo de Provedor da Santa Casa (com minuta de resposta do Visconde).
- 0330 – 1844 – Porto Alegre – Joaquim Antônio Maria dos Santos.
- 0331 – 1844 – Alagoas – Bernardo de Souza Franco (Presidente).
- 0332 – 1845 – Rio de Janeiro – José Vitorino Coimbra.
- 0333 – 1845 – Rio de Janeiro – Paulo José de Melo A. e B.
- 0334 – 1845 – Rio de Janeiro – Recibos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.
- 0335 – 1845 – Porto Alegre – Antônio d'Azambuja Cidade Jr., Escrivão da Santa Casa.
- 0336 – 1845 – São Gabriel – Comissão sobre dívidas do governo farrapo (Manuel José Pereira da Silva e outros).
- 0337 – 1845 – Santos – Cipriano da Silva Proost.
- 0338 – 1845 – Rio de Janeiro – Agostinho de Freitas Guimarães & Cia.
- 0339 – 1845 – Rio de Janeiro – Recibos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 0340 – 1846 – Paris – Institut Historique de France (recibos).
- 0341 – 1846 – Rio de Janeiro – Agostinho de Freitas Guimarães & Cia.
- 0342 – 1846 – Requerimentos de indenização pela perda do ofício de Juiz da Alfândega.
- 0343 – 1846 – Rio de Janeiro – José Martins da Cruz Jobim.
- 0344 – 1846 – Rio de Janeiro – Apontamentos sobre um decreto concedendo pensão a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.
- 0345 – 1846 – Porto Alegre – Apontamentos sobre divisão da Fazenda do Patrimônio, na costa do Rio dos Sinos.
- 0346 – 1842/47 – Porto Alegre – Antônio Martins de Castro (contrato de construção e locação de lojas).
- 0347 – 1847 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta a José Pereira de Almeida.
- 0348 – 1847 – Rio de Janeiro – Antônio J. Gomes... Braga.
- 0349 – 1847 – Rio Grande – João Francisco Vieira Braga.

Maço nº 5

Arquivo de José Feliciano Fernandes Pinheiro (Filho)

- 0350 – 1850 – Rio Pardo – José Joaquim de Andrade Neves, Diretor Geral dos Índios (relatório).
- 0351 – 1850 – Porto Alegre – Correspondência ativa: da Viscondessa de São Leopoldo a João Francisco Vieira Braga.
- 0352 – 1851 – Porto Alegre – Correspondência ativa: da Viscondessa de São Leopoldo a João Francisco Vieira Braga.
- 0353 – 1852 – Encruzilhada – Feliciano José Rodrigues Prates.
- 0354 – 1855 – São Leopoldo – Mapas de Batismos, Casamentos e Óbitos de dois semestres.
- 0355 – 1858 – Porto Alegre – José Pedro de Carvalho Moreira.
- 0356 – 1861 – Triunfo – Câmara Municipal.
- 0357 – 1863 – Porto Alegre – Ata de eleição na paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus.

- 0358 – 1867/68 – Porto Alegre – Ana Joaquina de Lima (recibos de juros).
- 0359 – 1868 – Rio de Janeiro – Panfleto assinado por Servius (Cartas à Princesa Imperial).
- 0360 – 1870 – Rio Grande – Nery.
- 0361 – 1871 – Porto Alegre – Traslado de uma escritura de permuta entre José Feliciano Fernandes Pinheiro (Filho) e o seu cunhado, o Visconde de Pelotas.
- 0362 – 1872 – Porto Alegre – Repartição Especial das Terras Públicas.
- 0363 – 1874 – Cruz Alta (São Martinho) – João Manuel de Oliveira Melo.
- 0364 – 1875 – Olaria no Caminho do Meio (projeto e contas).
- 0365 – 1875 – Porto Alegre – J. H. Bender (recibo).
- 0366 – 1875 – Sem indicação de procedência – Pavão.
- 0368 – 1876 – Porto Alegre – Antônio Mascarenhas Teles de Freitas: autorização de penhor de ações e 4 ações da Cia. Estrada de Ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo.
- 0369 – 1896 – Porto Alegre – Nota de despesas de medição por José Gaspar Masera.
- 0370 – 1869 – Rio de Janeiro – Joaquim Fernandes Pinheiro.
- 0371 – 1873 – Rio de Janeiro – Joaquim Fernandes Pinheiro (com minuta de resposta).
- 0372 – 1875 – Porto Alegre – Correspondência ativa: minuta de carta a Joaquim Fernandes Pinheiro.
- 0373 – 1850 – Rio de Janeiro – Imperador Pedro II – Carta-patente de pensão devida à Viscondessa de São Leopoldo e suas filhas.

Documentos diversos sem identificação ou com identificação insuficiente

- 0374 – Notas de leitura sobre “Narrativa da Passagem do Pacífico ao Atlântico através dos Andes, nas Províncias do Norte do Peru, e descendo pelo Rio Amazonas até o Pará”, por Henrique L... Mais, Liverpool, 1831.
- 0375 – Conselho de Guerra do Príncipe Regente Ajudante Luis Rodrigues (cópia) – (antes de 1818).
- 0376 – Joaquim Teixeira Peixoto (Ouvidor interino da Comarca de Paranaguá e Curitiba), a partir de 1827 – Descrição Topográfica da Comarca (cópia).
- 0377 – Receita para o Mal Gálico (Sífilis).
- 0378 – Apontamentos para os “Anais da Província de São Pedro”.
- 0379 – “Repositório das Artes e Ciências”, por M. Seguin – Sobre o modo de lavar e limpar os couros.
- 0380 – Estudos sobre os reformadores contemporâneos, por Louis Reibaud, 2ª ed., Paris, 1841.
- 0381 – Apontamentos sobre a Ilha de Santa Catarina.
- 0382 – Informação sobre plantio de tabaco na Virgínia.
- 0383 – João de Azevedo Barbosa.
- 0384 – Baronesa de Sorocaba.
- 0385 – Companhia de Mineração (cópia).
- 0386 – Antonius de Almeida Pacheco Ceslans (Elegia em latim).
- 0387 – “Monólogo de Ines de Castro” e “Tomada do Recife”, por Luiz Antônio Burgain (original do poema, dedicado ao Visconde de São Leopoldo).
- 0388 – Porto Alegre – Minuta de uma representação oferecida na condição de Conselheiro do Império, a propósito de uma memória sobre a questão dos dízimos, apresentada na Câmara da Capital.
- 0389 – Apontamentos sobre a nobreza hereditária (além de 1834).

- 0390 – Originais de poemas.
- 0391 – Antônio José Domingues.
- 0392 – Envólucro de papéis diversos, de 1826 e 1827 (com Lacre Imperial).
- 0393 – Visconde de São Leopoldo – Apontamentos diversos, notas de leitura e papéis não identificados.

Notas Bio-bibliográficas sobre o Visconde de São Leopoldo

- 0394 – Biografia sintética com nota sobre seu registro de óbito.
- 0395 – 1914 – São Paulo – Nota jornalística sobre o arquivo do Visconde (Diário Popular).
- 0396 – Porto Alegre – Artigos sobre o Visconde de São Leopoldo: de Coruja Filho, C. B., anônimo do Correio do Povo e Mons. J. M. Balém.
- 0397 – 1927 – São Paulo – Artigo de Leopoldo de Freitas em Folha da Noite; idem em Diário Popular.
- 0398 – 1931 – São Paulo – Leopoldo de Freitas, discurso no Instituto Histórico de São Paulo.
- 0399 – 1944 – Rio de Janeiro – Gen. José Pessoa: declarações sobre a conveniência da compra do Solar.
- 0400 – 1946 – J. O. Nogueira Leiria, Porto Alegre, artigo no Correio do Povo de 12-7-1946.
- 0401 – 1946 – Porto Alegre – Dissertação de Ildefonso Homero Gonçalves Barradas.
- 0402 – 1947 – Rio de Janeiro – Discurso do Senador Aloísio de Carvalho, no Senado Federal (Diário do Congresso, de 10/07/1947).
- 0403 – Manuscrito da Viscondessa de São Leopoldo a respeito do Visconde.

FUNDO DOCUMENTAL MARECHAL CÂMARA
DOCUMENTO Nº 42

1865

Cuiabá – MT

Remetente: MARIA JOSÉ MENEZES⁽¹⁾

Destinatária: sua mãe, a VISCONDESSA DE SÃO LEOPOLDO [Maria Elisa Júlia de Lima]

[9 Documentos]

[fl. 1r.]

Minha adorada Mãe do Coração

Cuiabá, 26 de janeiro

Nunca pensei ver mais a Minha querida mãe, e a pessoa nenhuma de casa. Vou contar todas as minhas desgraças. No dia primeiro de janeiro, eram 9 horas da manhã já tínhamos acabado de almoçar e o Menezes, tinha saído e eu estava na janela com a Ritinha, quando vi correr gente pela rua um oficial que estava conversando comigo, disse que era novidade e correu.

No mesmo instante se encheu a casa de muitas Senhoras e muito pouvo [SIC] dizendo-me que fugisse que o inimigo estava aí, no mesmo instante entrou o Menezes, e logo fizeram o sinal com um tiro, e ele me disse que fosse embarcar com toda a família num vapor e que fugíssemos que os Paraguais [SIC] já estavam todos aí com 7 vapores e três mil homens por terra e que ele ficava e não sabia se me veria mais, faça idéia minha adorada mãe como eu saía de casa só com a roupa do corpo apenas tive tempo de pegar num chale e um vestido e uma camisa e um par de meias e o mesmo a menina e os meninos saíram [1 v.] até descalços, o Menezes

(1) Maria José Fernandes Pinheiro, que nasceu em 2 de fevereiro de 1820, em Porto Alegre, casou-se com o Oficial de Marinha, depois Chefe de Divisão, Francisco Candido de Castro Meneses, que era viúvo de D. Maria Raquel Fróes. O casal não teve filhos e residiu em Porto Alegre. [Nobiliário Sul-Riograndense. Mário Teixeira de Carvalho. pp. 243.]

foi até a bordo e me entregou ao comandante do vapor e nem quis se despedir de mim era tanta confusão no embarque que quando eu o percurei [SIC] já ia se embora em uma lancha aí é que foi o meu desespero e pensei não vê-lo mais e todas as famílias deixavam os seus maridos, pais e filhos todos choravam e sem esperanças de vê-los mais, fomos neste dia para o mato escondidas passamos todo dia sem comer era 8 horas da noite quando pode se matar uma reis [SIC] e fizeram uns assados que havia para mais de 80 pessoas todas fugidas o meu alimento foi água e era uma hora da noite, que estaria para vir uma grande tormenta e a noite estava medonha quando voltou o vapor que o Menezes mandava dizer que fôssemos para Cuiabá que esperavam o inimigo no dia 2 as 10 horas da manhã embarcamos todos em muitas lanchas porque o vapor não [2r.] podia chegar em terra. Os marinheiros se perderam no rio e diziam que não podiam estar parados porque haviam muitos jacarés e sucuris que são umas grandes cobras que entravam na lancha e laçam as pessoas o Menezes me pediu muito que deixasse os seus filhos e aonde eu ia levava a eles e não me deixavam. Por fim fomos o depois de perdidos desembarcar num lugar chamado Corrar [SIC] e andamos por terra no meio do mato e pantanais alagados até os joelhos no meio de jibóias e cascavéis ninguém tinha medo mato que me cobria até o pescoço as crianças com as caras todas feridas, quando amanheceu o dia foi que avistamos o vapor e embarcamos. Eram 7 horas do dia quando saímos do maldito Corumbá e o Menezes veio a bordo e me disse que eu viesse e que toda a minha bagagem estava salva ele mesmo botou em um iate e vinha a reboque do vapor, estivemos de ser prisioneiras só com a vista [2v.] poderei contar todos os meus trabalhos nos salvamos só com a roupa do corpo toda a bagagem se perdeu não salvei senão um cales [SIC] que vinha nos ombros os mesmos nossos soldados é que fizeram o saque, a Ritinha agora é que se fez dois vestidos de chita e os mais todas estamos nós e o Menezes perdeu tudo quanto era dele e de todos só se salvaram as vidas passamos muita fome chegou-se a comer carne podre e isto mesmo por ração para poder chegar, enfim chegamos em Cuiabá no dia 8 de janeiro, logo vieram muitas pessoas e todos aqueles comandantes de vapores me buscarem para duas casas eu a ninguém conhecia e estava em uma terra estranha fui para casa de um Dr. Leites, ali encontrei tudo e muito afago de toda a família e eu estava muito doente e toda inchada e vivia num desespero de chorar estava num estado que só estava me dando vertigens, e a notícia que [3r.] corria era que o Menezes já estava degolado mas eu não sabia. Vivia chorando e não tinha sossego para nada e me lembrava que estava em um terra [SIC] tão longe apesar de todos os cuiabanos e muitos amigos do Menezes, quando souberam que eu tinha perdido tudo até me obrigaram a receber grandes quantias de dinheiro que se haviam de entender com o Menezes que não queriam que eu passasse necessidade nenhuma mas eu nada me consolava o Bispo me mandou o Vigário Geral me visitar e fazer muitos oferecimentos e quem pedia que me consolasse e tivesse fé em Nossa Senhora que o meu marido havia de se salvar assim fui passando, e no dia 20 de janeiro muito cedo estava eu sentada na sala e a Ritinha chegou na janela e o Dr. Leites que mora de frente disse que tinham chegado notícias muito aterradoras e que o vapor em que vinha o Menezes já em retirada de Corumbá que tinha sido atacado por 4 vapores

[3v.] paraguais [SIC] e que dele não se sabia e que tinha havido muito fogo e que o único vapor que era dele estava esbadalhado [SIC] e que estava prisioneiro, e de Menezes não se sabia se era morto ou prisioneiro e se tinha fugido para o mato, Veja minha mãe como eu não ficaria, todas as pessoas que vieram me ver eu não dava atenção por mais que me consolassem eu ainda mais desesperada ficava e contava com ele morto o Presidente me mandou dizer que ia mandar uma parada e alguns vapores para perto para ver se encontravam gente destraviada [SIC] pelo o mato e se soubesse alguma notícia boa ou má que havia de me mandar dizer assim vivia chorando e passava dias sem comer e apenas bebia caldos, quando no dia 25 as 4 horas da tarde eu estava chorando muito e disse a Ritinha teu pai é morto e as notícias já tardavam muito vieram me dizer que um preto estava aí que me queria falar disse-me que o Menezes estava aí e tinha chegado em uma canoinha de bugres e estava [4r.] ainda no porto eu não queria acreditar e entrou-se a encher a casa de gente todos me dando os parabéns quando o Menezes entrou em casa eu não conhecia nem ninguém era um defunto muito magro com a vista espantada todo coberto de feridas por andar pelo mato quase nú sem chapéu dormindo dentro da água levou 9 dias sem comer ele e mais 5 homens entre estes 2 marinheiros sustentavam-se em comer talos de capim e alguma fruta do mato que achavam e quando encontravam uma roça de mandioca que estava abandonada que ficavam muito contentes que comeram crua como desesperados e acharam muito bom não havia fogo e nem levavam armas nenhuma, quando os 4 vapores inimigos atacaram um só vapor em que estava o Menezes, ele adepois [SIC] de fazer muito e já ter perdido toda a gente e já os paraguais [SIC] estavam que por milagre não mataram ele atirou-se na água e foi para o fundo e um tenente foi que [4v.] lhe salvou e assim mesmo o inimigo quando viu na água atiraram duas descargas e ele agarrou-se nuns [SIC] depois e foi para terra.

Nossa Senhora foi que lhe salvou e via que eu ficava desamparada nesta triste terra. Tenho muito que contar mas o correio sai já. Minha mãe peço a todos que recebam esta por sua e não sei se podem entender a letra ainda me conservo muito assustada tudo perdemos foi um naufrágio mas como ele salvou a vida e todos nós estou hoje muito contente peça minha mãe a Nossa Senhora para eu ir para aí por mar não é possível porque está tudo tomado por eles e por terra dizem todos que é preciso muito dinheiro e hoje estamos quase sem nada. Adeus minha adorada mãe, peço-lhe que me bote a sua benção, peço-lhe que abrace a todos por mim e a minha madrinha.

De sua muito obediente filha que muito lhe adora.

Maria José

[fl. 1r.]

Minha adorada Mãe do Coração

Cuiabá, 1 de fevereiro

Há dias já lhe escrevi uma carta contando parte das minhas desgraças. Desde

o dia 2 de agosto foram as últimas cartas que tive, estou certa que haviam de me ter escrito, mas agora é que se sabe que todos os vapores que vinham de Montevideu estão prisioneiros e todos os passageiros que nem se sabe quem são. Enfim tudo estava guardado para nós, mas como o Menezes salvou a vida por um milagre, cada vez tenho mais fé em Nossa Senhora. Perdi toda a minha bagagem: dinheiro, loisa [SIC], tudo quanto estava em casa, menos trastes que ele não pode embarcar no vapor por não ter já tempo tudo ficou no vapor prisioneiro, estou nua eu e todos agora é que estamos fazendo alguma roupa o Menezes comprou meia dúzia de camisas para poder vestir que só tinha 2 de chitas, toda a minha roupa de cambraia, vestidos de seda que nunca os [1v.] vesti feitos no Rio, todos os meus chales, só tenho um que trouxe nos ombros quando fugi, diga ao meu querido Alfredo que a caixa de lenços que ele me deu lá ficou para eles, e já pessoas têm visto os meus vestidos de seda, chales de toquim, os meus lençóis desmanchados para saias, tudo no corpo das chinas, no princípio pensei perder o juízo, mas hoje estou tão resignada, como salvou-se as vidas e principalmente a do Menezes, que eu ficava desamparada nesta terra tão longe, tudo salvou-se para mim e só desejo agora é que minha querida mãe faça uma promessa ao santo da sua maior devoção para eu ir vê-la, apesar de dizerem que a viagem há de ser muito trabalhosa e de muito perigo por causa dos bugres que tem pelo o caminho [SIC] e levasse 2 e 3 meses por terra porque temos de ir a São Paulo e a Santos, porque por [2r.] mar não é possível, tudo está tomado pelos os Paraguais [SIC]. Só com a vista é que poderei contar todas as minhas desgraças porque escrito não é possível. Adeus minha adorada mãe, peço-lhe a sua benção, parece-me que vosmecê não me abençoou-me quando eu daí sai que tão infeliz tenho sido, não porque o Menezes não me trate bem, pelo o contrário, ele já não sabe o que me há de fazer, ele está sucumbido, muito magro, muito velho, todo branco dos trabalhos que tem passado andando dias pelo mato fugido sem comer, disposto a perder a vida, devorado pelas onças e tigres cobras [SIC] que todo este mato está cheio. Nossa Senhora é que lhe livrou e ouviu as minhas orações que tanto pedia debaixo de lágrimas. Minha mãe, peço-lhe que abrace a todas as minhas manas e manos e sobrinhos e tias e tios, o meu Alfredo, a madrinha, a Bi e a todos que perguntarem por mim que eu [2v.] ainda vivo. Adeus, adeus adorada mãe, até um dia, se Deus quiser e torno a pedir-lhe a sua benção. E peço-lhe muito que me escreva para eu saber notícias de todos, que vivo aflita por todos os lados, estou velha e acabada, já não sou a mesma que era, os trabalhos e sustos tudo acaba.

De sua muito obediente filha e muito amante.

Maria José.

P.S.

Minha mãe receba muitas saudades do Menezes, ele ainda está muito doente e cansado, mas hoje teve ordem para seguir para o Melgaço, distante daqui 12 léguas, e lá está toda a força e os vapores, dizem que por horas [SIC] não há perigo, mas eu aqui fico outra vez só e cheia de cuidados.

[fl. 1r.]

Minha adorada Mãe do Coração

Cuiabá, 4 de março de 1865

Que silêncio é este para mim a 7 meses, que não vejo letras da minha querida Mãe, e nem de pessoa nenhuma de casa. Apesar de todas as minhas desgraças e trabalhos que tenho passado, quando tenho ocasião e sei que sai o correio, sempre tenho escrito. Tenha pena de mim, eu aqui estou vivendo nesta triste terra que todos vivem aterrados, esperando a todo o momento que o inimigo entre nesta cidade, por que a gente que está aqui é muito pouca e não tem vindo recursos de parte nenhuma, e estamos em sítio, só por terra é que vão os correios, e com demora de 2 ou 3 meses, aqui minha Mãe é o fim do mundo. Eu vivo chorando e sempre assustada, e já não sei as promessas que hei de fazer; não podemos fugir para Guaiazes [SIC], porque não querem que ninguém saia [1v.] daqui, e o Menezes não pode ainda que queira porque está comandando a esquadra, e aqui esperamos a nossa triste sorte, Deus nos livre que o inimigo aqui venha porque me parece que poucas são as pessoas que escaparão com a vida, eles quando entraram em Curumbá, e vieram pelo o caminho achando canoas, escunas e vapores que vinham com os fugitivos e muitas famílias, praticaram horrores como minha mãe verá nos jornais, matando comandantes de vapores debaixo de açoites, crucificados, outros degolados, judiando com as famílias, parte destas moças, jantavam em minha casa e outras moravam. Nós escapamos milagrosamente e o Menezes, foi Nossa Senhora que lhe salvou por diferença de meia hora não foi espedaçado por eles, Deus lembrou-se dele, de mim e de seus filhos que aqui ficávamos desamparados nesta terra. [2r.] Minha querida Mãe. Vosmecê parece-me que não me abençoou-me quando eu me casei como fez as outras manas, que tantos trabalhos tenho passado, parece-me que não fiz mal a ninguém; o meu único crime foi casar-me. Eu lhe peço por tudo quanto é sagrado que minha adorada mãe faça uma promessa para o inimigo não vir nesta cidade e vir socorros quanto antes senão o Menezes é vítima, e peça que venha novo Chefe, para nós podermos nos retirarmos daqui, embora vamos vivermos [SIC] pobres em Porto Alegre. O Menezes não está na cidade comigo a 36 dias está no Melgaço com a esquadra que é distante daqui 12 léguas, e é um lugar muito doentiu. Hoje tive carta dele que me manda dizer que está a 6 dias muito doente. Com sezões, mandei-lhe pedir muito que desse parte de doente e que viesse se tratar, está em um vapor, fulto de todos os cômodos, no momento em que ele faltar quem há de sentir hei de ser eu. Hoje tenho estado muito triste [2v.] o meu alívio é chorar, estou a espera dele todos os dias que venha para se tratar, e o portador que veio de lá me disse que o Menezes está muito desfigurado e abatido, que nem parece o mesmo; o que ele sofreu quando andou fugido e não lhe deixarão descansar e a cabo de 8 dias logo lhe mandaram para fora, eu esperava tudo isto. Eu vou passando sempre incomodada, tenho estranhado muito o calor que é com excesso, e não sei quando me verei livre daqui. A cidade não é feia, e com vista lhe contarei tudo que tenho visto e passado. Adeus minha querida Mãe, peço-lhe que me bote

muito e muito a sua benção na sua infeliz filha que muito lhe adora. Peço-lhe que abrace por mim as minhas manas, cunhados, sobrinhos, o meu adorado Alfredo, as minhas tias, e tios, ao Juca, a Bi, a minha madrinha. Todos que rezem por mim, para eu sair daqui, e não me aconteça desgraça nenhuma. De sua muito obediente filha. Maria José.

[fl. 1r.]

Minha Querida Mãe do C.[Coração]

Cuiabá, 2 de maio de 1865.

Com a maior aflição pego na pena para lhe escrever, hoje fazem 9 meses que não sei notícias de minha adorada Mãe, e nem de pessoa nenhuma de casa, veja como eu vivo cheia de saudades e passando mil incômodos. Chegam os correios quase sempre por terra, todos têm notícias de suas famílias, menos eu. O meu alívio é chorar e parece-me que todos já se esqueceram de mim. O Menezes, sempre tem cartas de sua família, e por uma delas é que soube que o Mano, com toda a família, tinham ido para a Bahia, no dia 15 de novembro, que foi de comandante das Armas, e teve um grande acompanhamento. Este dia para mim foi da maior aflição. Chorei sem alívio, por me lembrar como minha Mãe ficaria, separando-se de todos, e eu que talvez não os veja mais, que todos estamos separados, [1v.] que sorte foi esta nossa. Mande-me dizer se isto tudo é verdade, eu estou no fim do mundo, e no meio de uma grande guerra que todos os dias se está esperando grandes desgraças, e a Maria Teresa foi gozar e nem ao menos me escreveu duas linhas me dizendo adeus, parece-me que todos já me contam morta. No primeiro deste mes, chegou o Menezes, do Melgaço, que lá estava a mais de um mes. Chegou muito doente, com uma inflamação no fígado e no estômago, hoje botou ventosas sarjadas, e está tomando uma pirolas [SIC], e por horas não [é] o mesmo. Está magro e muito acabado dos trabalhos que tem passado. Veja minha querida Mãe, como eu hei de viver, nesta triste terra, e vendo meu Marido, neste estado e eu longe de todos. O Menezes me promete de muito breve, ver se me leva para o pé de minha Mãe, embora seja a viagem muito custosa por terra, eu me sujeito [2r.] a tudo, quem tem passado tantos trabalhos, enfim passe mais este. O mantimento está se acabando todo, e a carístia cada vez é mais, e a peste está aparecendo. Minha adorada Mãe, peça por mim e a minha família, a nossa Senhora que não aconteça desgraça nenhuma, e que eu breve tenha o prazer de lhe beijar a mão, e abraçá-la e a todos em casa. Peço-lhe muito que me escreva dando notícias de todos de casa. Adeus adeus minha querida Mãe, peço-lhe que me bote a sua benção, e abrace a todas as Manas, Tias e Sobrinhos, e ao Meu adorado Alfredo, que não me lembro dele se não com muitas Saudades. Mende-me dizer se o Mano, foi com esperanças de voltar breve para aí. Torno a pedir-lhe que dê muitas Saudades a Minha Madrinha, e Tia Aninha, e a Bi. Não sou mais extensa porque hoje o Menezes tem passado mal e ele pede que Vosmecê receba muitas Saudades e os mais todos de casa, se minha Mãe [2v.] hoje o ver não conhece de tão magro e velho que está. Só com a vista é que poderei lhe contar os

trabalhos que temos passado e os grandes sustos. Tudo perdemos, mas salvamos as vidas, e para podermos aparecer estou fazendo alguma roupa e todas as crianças e Ritinha, que estavam todos nós, e aqui a fazenda e o mais tudo é muito caro, e muito ruim. Não conto nada da cidade porque não tenho passeado nada, porque o Menezes vive sempre fora, e agora chegou neste estado tão doente, e os Céus permitam que não seja nada e fique bom, e Nossa Senhora se lembre de mim e de todos.

Torno a pedir-lhe que me bote a sua benção em sua muito obediente e amante filha.

Maria José.

[fl. 1r.]

Minha Adorada Mãe do C.

Cuiabá, 11 de maio de 1865.

Apesar de todos os meus trabalhos, sempre que sai correio, não deixo de escrever a minha Mãe, dando notícias minhas que ainda vivo, e o Menezes, e há 9 meses que não recebo ao menos duas linhas de uma só pessoa de casa. Eu vivo cada vez mais triste, vendo o Menezes tão doente, e estes dias têm passado muito mal, vive muito triste e me chega a dizer que não é possível ficar mais bom, está muito magro e abatido e quando se levanta está lhe dando vertigens; ontem tornou a botar 6 ventosas sarjadas, no fígado e sangrou-se no braço, as malditas sezões continuam todos os dias as horas certas, e com muita febre, e grande delírio, e uma sufocação que parece que morre; fico tão aflita, chamam a todos os médicos, e eles me dizem que o Menezes é muito sanguino [SIC] e que lhe ataca [1v.] a cabeça. Neste momento os médicos saem de casa e mandam que ele se sangre outra vez, porque a sangria de ontem, logo que meteram a lanceta, gelou o sangue e por 3 vezes tentaram romper a veia e lhe deu uma vertigem, e eu por estar o pé dele [SIC], fiquei muito incomodada com muitas dores de cabeça, e vivo chorando por vê-lo neste estado. Minha querida Mãe, muito me tenho lembrado de todos de casa. Se eu aí estivesse, haviam de me ajudar a tratar dele, e eu aqui só tão longe falta de tudo, e com este sítio está se acabando tudo, não há nada que se coma, pão não há e nem biscoitos de qualidade, nenhuma galinhas e frangos é um favor quem cede alguns, e estes mesmos são pintos a dois tostões cada um, para um doente e com fastio o que se há de dar para comer, vem dias que desespero, e não sei o que lhe hei de dar para comer, ele se [2r.] incomoda quando me vê aborrecida e eu lhe oculto o mais possível, e dizem que tudo vai se acabar, e a peste continua na cidade, que são sezões e inflamações. O Menezes, não admira, porque o que ele passou de tantos trabalhos, era de supor tudo isto. Ele está com muitos desejos de se ir embora, e já tem mandado vir animais para a nossa viagem por terra apesar de ser muito custosa, e gastar-se muito. Diz ele que não quer mais servir nesta província, que vive muito desgostoso, e os médicos dizem logo que ele saia daqui que fica bom. Peço-lhe que me escreva e todos de casa me dando notícias como passam, e a Maria Teresa e mande-me notícias dela, da Madrinha, e de todos. O Menezes pede que

minha Mãe, o Juca e todos da casa, recebam muitas saudades e ele não pode escrever, porque já está lhe aparecendo os frios, e com muita febre. Eu estou tão triste que não sei o que será. [2v.] As notícias aqui continuam cada vez mais aterradoras, se esperando a todo o momento que o inimigo venha atacar a cidade, e até hoje não tem chegado recursos de parte nenhuma, parece que todos abandonaram esta província, me parece impossível o dia que daqui hei de sair. Adeus minha adorada Mãe, peço-lhe que me bote a sua benção. E abraçe por mim todas as manas, a Madrinha, as Tias Aninhas [SIC], a Bi, ao Juca, a todos os Sobrinhos, ao meu querido Alfredo, se ainda se lembra de mim. Adeus adeus todos, até um dia que os Céus permitam que seja breve, e peço-lhe minha Mãe que reze para termos boa viagem, e os bugres não nos fazer mal. Maria José receba saudades da Ritinha, e os mais todos. De sua muito amante e obediente filha, que torna a pedir-lhe a sua benção. Maria José.

[fl. 1r.]

Minha adorada Mãe do Coração

Cuiabá, 21 de maio de 1865.

Vivo tão aflito por falta de notícias da minha Mãe, há perto de 10 meses que não recebo letras de pessoa nenhuma de casa, e alguns correios que da Corte que tem vindo por terra tem sido tomados no caminho pelo o inimigo, e estamos a espera todos os dias de grande força inimiga que venham arrazar esta cidade, e eu estou a espera do meu triste destino, porque não há socorro de parte nenhuma. Todos daqui estão prontos para fugirem os que puderem. Nós é que estamos de pior partido, o Menezes está muito doente, tem passado muito mal, com as sezões que tem todos os dias a hora certa com muita febre e delírio, inflamação no fígado, no estomago e baço, muito fastio, está tão magro e abatido que não parece o mesmo que era, veja minha mãe, como eu vivo vendo a ele neste estado, e eu tão longe de todos. Os médicos, [1v.] dizem que logo que ele saia daqui que fica bom, com os ares do Sertões [SIC], que melhora. O Menezes está aflito para se ir embora, toda a dificuldade é a falta de condução, todos estão com as suas tropas de bestas prontas para fugirem, e não querem ceder por dinheiro nenhum, mas por todo este mês, até meados de junho, um homem promete se não faltar a palavra, de trazer uma tropa de mulas para ir toda a família, e alguma bagagem, e nos botar daqui por terra até São Paulo, só ajustou por 5 contos de réis, é um despropósito, e não há quem nos faça por menos, o Menezes diz que embora venda a camisa do corpo que quer se ver livre daqui, que já não pode sofrer tantos trabalhos e prejuízos que tem tido, que tudo perdemos. O portador desta é o tenente Hipolitio [SIC], é muito amigo do Menezes, tem sido sempre nosso hóspede [2r.] é muito boa pessoa. Peço a minha mãe que lhe mande visitar a ele lhe há de dar notícias muito exatas, minhas e de toda a família, tem sido sempre nosso companheiro de todos os trabalhos, quando vim fugida de Corumbá para aqui que o Menezes ficou com o vapor e toda a força, ele é que veio entregue de toda a família, lhe sou muito obrigada, e minha mãe, lhe

endague de tudo o que temos passado, e sabe Deus o que mais passaremos. Adeus minha querida Mãe, peço-lhe que me bote a sua benção, e que me escreva uma folha de papel, embora se perca. Abrace por mim as minhas manas, ao Juca, a Madrinha, as Tias Aninhas [SIC], a Bi e todos os meus sobrinhos e Tios. Minha mãe e todos de casa, recebam saudades do Menezes.

De tua muito obediente e amante filha.

Maria José

[fl. 1r.]

Minha adorada Mãe do C.

Cuiabá, 24 de junho de 1865.

Não tenho expressões com que possa afirmar a minha querida mãe o desespero em que vivo por falta de notícias, não sei a que possa atribuir. Vem dias que desespero, que não há nada que me console, e às vezes me lembro que ainda Deus se lembra de mim, que eu tenha o gosto e o grande prazer de abraçar a todas, que dia de prazer será este para mim, no dia 2 do mês que vem fazem 11 meses que não recebo cartas de pessoa nenhuma de casa, será porque tenham me abandonado, ou porque tenham se perdido as cartas. Peço minha adorada mãe que não se esqueça desta infeliz filha que aqui vive tão longe de todos. O Menezes há 11 dias que passa melhor, que não tem tido as sezões, mas ainda está muito abatido por causa da grande quantidade de sangue que lhe tiraram que nem [1v.] se podia por de pé que não lhe desse vertigens, mas graças a Deus, se não tiver alguma recaída que os médicos receiam muito, parece-me que há de ficar bom, veja minha mãe, como eu sou infeliz, que não há nada de trabalhos que não me chegue. Não há portador nenhum e nem correio, de terra que daqui saia que eu não escreva, peço a todos que me façam o mesmo para eu viver sossegada. Todos os dias o Menezes está a espera que venha ordem para ele se retirar que já tem mandado pedir muitas vezes a sua demissão, que não quer servir mais aqui, apesar de ter bom ordenado aqui tudo fica, com o sítio tudo está por um despropósito, e todos estão receando grande fome e peste que já está aparecendo, e não sei o que será de nós, até o fazer esta ainda não chegaram forças nenhuma para nos acudir [2r.] todos os dias aparecem grandes novidades sobre o inimigo, seja o que Deus quiser. Minha mãe, peço-lhe muito que me mande notícias de todas as pessoas de casa, muito por miúdo que eu vivo aflita. Peço-lhe muito que abraçe a todas as minhas Manas, Tias, Tios, Cunhados, a todos os pequenos, ao Meu querido Alfredo, a Bi, a Madrinha, ao Juca, que não escrevo, porque todos se esqueceram de mim, apesar de tantos trabalhos que tenho passado, nunca deixo de escrever. Adeus minha querida Mãe, até um dia cedo, que o Menezes me dá muitas esperanças de breve lhe abraçar, peço-lhe muito e muito que me bote a sua benção em sua

Muito obediente e amante filha que muito lhe adora.

Maria José

P.S.

Vosmecê e todos recebam muitas saudades do Menezes e da Ritinha. Vire.

[2v.] Minha adorada Mãe todas as noites sonho com Vosmecê e todos de casa e quando amanheço me vejo só, peço-lhe que me faça uma promessa para eu ir breve lhe abraçar, e a todos adeus adeus todos até um dia.

[fl. 1r.]

Minha adorada Mãe do C.

Cuiabá, 6 de agosto de 1865.

Neste momento chega o correio por terra, todos receberam cartas menos eu de minha família, qual será o motivo, enfim sou muito infeliz, grandes pecados tenho eu feito neste mundo, e se alguma coisa fiz a minha mãe de mal peço-lhe que me perdoe-me, que já tenho sido bem castigada, passam-se dias que vivo a chorar, e já não sou a mesma que era. Hoje faz um ano e 4 dias que não tenho a fortuna de receber uma só carta de minha querida Mãe, e nem de pessoa nenhuma de casa. Escreva-me minha querida Mãe, mande-me dizer o que há por casa que eu de nada sei e se algumas coisas tenho sabido é pelos os jornais que mal eu tenho feito neste mundo que até privada de notícias [1v.] tenho sido. Eu aqui vou vivendo até um dia que Deus se lembre de mim e que eu tenha o gosto de abraçar a todas. Adeus minha adorada Mãe, peço-lhe que me bote a sua benção. E torno a pedir-lhe que me mande notícias de todos de casa, da minha madrinha e do meu Alfredo e dos mais todos, principalmente de Vosmecê. Eu tenho tido sonhos horríveis, e todo o meu pensamento está para o mal, e vem dias que parece que desespero. Peço-lhe que abraça a todos por mim. Adeus adeus todos até um dia, se eu tiver a fortuna de vê-las.

De sua muito amante e obediente filha que muito lhe ama.
Maria José.

[fl. 1r.]

Minha adorada Mãe do C.

Cuiabá, 12 de setembro.

Ontem as 4 horas da tarde chegou o correio da Corte, não recebi cartas de pessoa nenhuma de casa, mas o Menezes recebeu ordem para ir para a Corte quanto antes, até 20 deste mês pretendemos sair daqui. Estou hoje tão atrapalhada que nem sei o que escrevo, tudo nos falta, nem roupa temos para a viagem, dizem todos que havemos de levar 3 ou 4 meses de viagem até o Rio, e vamos todos a cavalo que não sei se darei conta, apesar de todos estes incômodos, quero me ir embora e ter o prazer de abraçar a todos, peço a minha querida Mãe, e a todos, que rezem para termos boa viagem e nos livre dos perigos dos bugres e do mais tudo, os homens que nos levam com a tropa de bestas, pedem 5 contos para nos botarem até São Paulo, dizem que é um despropósito, o Menezes, já sacou uma [1v.] letra e diz que quer perder tudo contanto que se veja livre daqui. A pressa é muita, estou me aprontando com a casa cheia de visitas, peço que não me escrevam mais e logo que

chegar ao Rio hei de escrever e dizendo o dia que hei de seguir para aí. Minha querida Mãe, não faz idéia [a] alegria com que estou e toda a minha família por ir me aproximando para mais perto, só peço a Deus que me dê saúde, paciência e ânimo para resistir o resto dos trabalhos. Peço a todos que recebam esta carta com sua [SIC]. Adeus todos até um dia, e minha Mãe abraçe a todos por mim. Peço a minha Mãe que me bote a sua benção, e reze para termos boa viagem.

P.S.

Receba saudades do Menezes. Adeus adeus.

De sua filha que muito lhe adora e lhe é muito obediente.

Maria José.

FUNDO DOCUMENTAL BORGES DE MEDEIROS

s/nº

Data: 23.12.1904

Local: New York

Remetente: José Carlos de Carvalho

[fl. 1r.] New York, 23 de dezembro de 1904.

Exmº Amigo Dr. Borges de Medeiros

Porto Alegre

Acabo de deixar St. Louis onde fiz o possível para corresponder à confiança de V. Exa. e do G^{no} [Governo] Federal na Exp. [Exposição] N^a [Nacional] Norte Americana, e volto agora para o Brasil satisfeito por ter cumprido o meu dever e aprendido muito.

A carta de V.Ex. de 8 de out. [outubro] último, recebida somente a 2 deste mês é um penhor precioso que guardarei com muito carinho e profundo reconhecimento.

Estou no fim da vida e muito pouco poderei fazer para retribuir as provas de amizade e confiança que tenho recebido de V.Ex.

No entanto, V.Ex. empresta-me tanta coragem e quer tanto engrandecer o seu que [SIC] querido Rio Grande, que eu me esqueço dos [fl. 1v.] anos, que já são muitos, e corro contente para junto de si e da sua bandeira.

V.Ex. deve estar lembrado das minhas últimas palavras ao receber o seu estremecido abraço de despedida à bordo do **Vitória** em Porto Alegre: "Fique V.Ex. certo que o Rio Grande terá fora daqui um amigo para cuidar do seu destino e engrandecer-lhe o renome."

V. Ex. por sua vez respondeu: "Tenho certeza e por isso mesmo ainda o abraço como Rio Grandense."

Pois bem, fiz o que pude para desobrigar a minha palavra e passo a dar contas de mim a V.Ex.

Depois que se viu neste país o que era o Brasil, apesar da sua incompleta representação, e admirou-se sobretudo o Rio Grande do Sul pela sua variada indústria e recursos, apareceram desejos de conhecê-lo mais de perto.

Tive então motivo para chamar para junto de mim alguns homens de valor capazes de se interessarem pelo desenvolvimento industrial do Estado [fl. 2r.] onde eles viam campo vasto e adequado para algumas explorações industriais de vantagens imediatas.

Neste trabalho, o meu distinto companheiro Dr. C. Dähne, tornou-se um fator muito apreciado, razão porque desde logo faço a devida referência de seu nome.

A princípio as coisas se apresentavam em proporções modestas, mas com o estudo que se fez de outros projetos e a necessidade de garantir as operações de crédito, foi preciso modificar a direção do plano inicial dos ajustes. E, nem podia ser de outro modo uma vez que se oferecia a ocasião de levar de vencida a **abertura pronta da barra do [fl. 2v.] Rio Grande do Sul, a escavação do canal da Lagoa dos Patos até Porto Alegre, e a construção do cais dessa cidade.**

Tudo mais, como trabalho complementar deste plano, seria atendido com facilidade logo depois de realizados os primeiros contratos.

Uma vez aberta a barra com 10 metros ou mais de fundo para dar entrada a navios transatlânticos que possam ir atracar ao cais de Porto Alegre, o Estado do Rio Grande terá conquistado os foros e direitos de um importante empório comercial marítimo na América do Sul, e tornar-se-á uma estação de abrigo naval nas costas do rio da Prata.

Não duvidei, por isso, entabular ajustes **ad referendum**, sobre os melhoramentos acima indicados, levando agora para o Brasil sem dispêndio algum para os cofres públicos, todos os elementos seguros e capazes para resolver-se [fl. 3r.] sem mais perda de tempo a encantada abertura da barra do Rio Grande do Sul.

Outro motivo bastante forte veio atuar no meu espírito e fazê-lo ainda mais firme na mudança do projeto primitivo; = a exploração das jazidas carboníferas do Rio Grande do Sul.

De que servirá essa imensa riqueza explorável agora com facilidade e proveito para o Brasil inteiro, sem os meios seguros de saída para todo o país?

Baratear os meios de transporte reduzindo os fretes e encurtando as distâncias é assunto que não se discute, quando o poder público dirigente tem orientação [fl. 3v.] exata dos princípios econômicos que regem e asseguram a prosperidade dos povos. Levar, portanto, até **Porto Alegre**, ou mais longe, se preciso for, navios de grande capacidade para carregar junto da mina, por assim dizer, o carvão para distribuí-lo por todos os Estados da União, é uma necessidade imprescindível para tornar o Brasil independente do jugo estrangeiro quanto ao suprimento de carvão que necessita para tudo.

Visitei a **Pensilvania** e a **Virgínia**, e de lá trago impressões que muito servirão para me esclarecer no modo de tratar a questão do carvão de pedra no Brasil.

V.Ex. tem em suas mãos os meios prontos e desejáveis para obter sem objeção alguma da parte do Governo Federal, a solução imediata da abertura da barra. [fl.4r.]

Visitei todos os portos americanos à beira-mar e nos seus rios onde se tem feito obras de melhoramentos colossais; conversei com os seus principais engenheiros; obtive informações de tudo e sobretudo. O eminente Engenheiro Elmer L. [Lawrence] Corthell⁽¹⁾, de reputação feita aqui, na Europa e no Rio da Prata, tem-me agora no número de seus amigos, segundo as suas próprias palavras; e tomou-se de tal entusiasmo pela abertura da barra do Rio Grande que declarou ao grande contratador de obras Mr. James Stewart, de Nova Iorque, que se comprometia a realizar e dirigir pessoalmente todos os trabalhos nesse Estado. [fl.4v.]

Tenho gasto vinte dias em conferências com o grupo de capitalistas e industriais que quer fazer negócios com o Brasil e particularmente com o Rio Grande do Sul, e agora posso assegurar a V.Ex. que o caminho está feio para tudo seguir ao desejo de todos.

Conto partir de **nova iorque** no vapor de 5 de janeiro e chegar ao Rio no dia 24, o que comunicarei logo pelo telégrafo a V.Ex. Aí pretendo entender-me imediatamente com o Dr. Lauro Müller⁽²⁾ sobre este e outros assuntos, e por isso seria de toda a conveniência que V.Ex. escrevesse aos Senadores Pinheiro Machado, Ramiro [Barcelos] e Cassiano [do Nascimento]⁽³⁾ para assistirem a exposição que pretendo fazer ao G^{no} [Governo] Federal, para que se possa desde logo tomar algumas providências antes da chegada dos homens ao Brasil. [fl. 5r.]

O eminente Eng^o Americano **Elmer L. Corthell**, por carta que me dirigiu depois de muitas conferências que tivemos, toma a responsabilidade de abrir a barra do Rio Grande em muito pouco tempo, porque conhece bem a questão e diz que presentemente com a experiência de muitas barras que foram melhoradas de 1882 para cá, com os novos tipos de construções hidráulicas, com os maquinismos modernos e processos inteiramente novos empregados nos melhoramentos dos portos dos Estados [fl. 5v.] Unidos nas costas do Atlântico, do Pacífico e do Golfo do México, o porto do Rio Grande do Sul não tem importância.

Espero ir ao Rio Grande no mês de março, logo que tiver matado as saudades com os amigos e tenham chegado ao Rio de Janeiro os amigos que daqui seguem em princípios de fevereiro acompanhados pelo Dr. C. Dähne. Em outra carta direi mais alguma coisa a V.Ex.

Desejo boas festas e que continue a crer no amigo grato.

[a] José Carlos de Carvalho.

(1) Engenheiro norte-americano com o qual o Estado contratou a abertura da Barra do Rio Grande, conforme Decreto Federal nº 5.979, de 18 de abril de 1906.

(2) Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas do Governo Rodrigues Alves, tendo exercido a Pasta de 15.11.1902 a 15.11.1906.

(3) Deputado Alexandre Cassiano do Nascimento, líder da Câmara por diversas vezes.